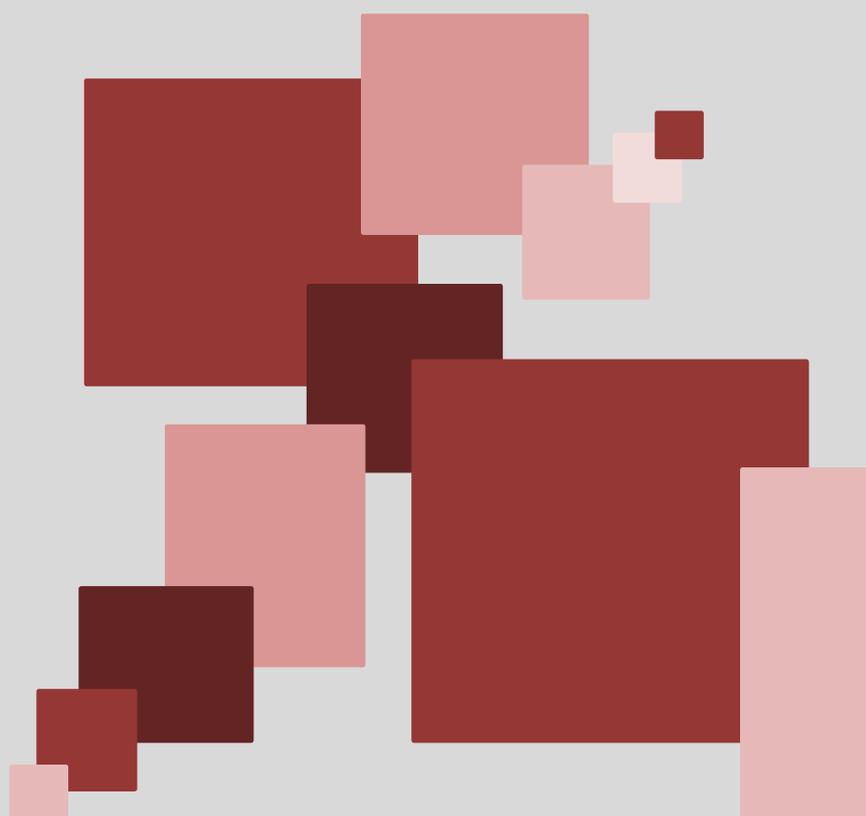


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Campus de Campo Mourão



**DIAGNÓSTICO DE
POTENCIALIDADE LOCAL NO
MUNICÍPIO DE PEABIRU – PR**

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO

DIAGNÓSTICO DE POTENCIALIDADE LOCAL NO
MUNICÍPIO DE PEABIRU – PARANÁ

CAMPO MOURÃO

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - *campus* de Campo Mourão

Reitor Antônio Carlos Aleixo

Diretor do *campus* João Marcos Borges Avelar

Equipe do Programa de Extensão

Fábio Rodrigues da Costa (Coordenador Geral)
Adalberto Dias de Souza (Colegiado de Administração)
Ana Paula Colavite (Colegiado de Geografia)
Claudia Chies (Colegiado de Geografia)
Edson Noriyuki Yokoo (Colegiado de Geografia)
João Marcos Borges Avelar (Colegiado de Administração)
Juliana Carolina Teixeira (Colegiado de Turismo e Meio Ambiente)
Marcos Clair Bovo (Colegiado de Geografia)
Nair Glória Massoquim (Colegiado de Geografia)
Paulo Roberto Santana Borges (Colegiado de Ciências Econômicas)
Rony Peterson da Rocha (Colegiado de Engenharia de Produção)
Sandra Terezinha Malysz (Colegiado de Geografia)
Rafael Almeida Callegari (Acadêmico do Mestrado)
Marco Aurélio Smak Affonso (Acadêmico de Especialização)
Liandra Alves Lourenço (Acadêmica de Graduação)
Caio Fabrício D'Olivo Almeida (Acadêmico de Graduação)
Jonathan Santos Pericinoto (Acadêmico de Graduação)
Matheus Felipe Ferreira Rosam (Acadêmico de Graduação)

Colaboradores

Oséias Cardoso (Colegiado de Geografia)
Millene Maysa Soares (Economista)

SÚMARIO

APRESENTAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE EXTENSÃO, 04

INTRODUÇÃO, 09

1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU, 10

2 – PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PEABIRU, 11

3 – ANÁLISE GEOGRÁFICA DA PAISAGEM, 26

4 – AVALIAÇÃO DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS, 40

4.1 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS, 40

4.2 – INDICADORES SOCIAIS, 46

5 – AVALIAÇÃO DE INDICADORES ECONOMICOS, 57

5.1 – A ECONOMIA, 57

5.2 – FINANÇAS PÚBLICAS, 70

6 – DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DE POTENCIALIDADE LOCAL, 93

6.1 – FRAGILIDADES, 93

6.2 – POTENCIALIDADES LOCAIS, 95

7 – EIXOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, 97

8 – PALAVRAS FINAIS, 101

9 – REFERÊNCIAS, 102

APRESENTAÇÃO GERAL DO PROGRAMA DE EXTENSÃO

O desenvolvimento é atualmente um dos assuntos mais discutidos internacionalmente. Segundo o economista Paul Singer (1975), foi logo após o término da Segunda Guerra Mundial que os debates sobre o tema adquiriram maior relevância no mundo. Nos primeiros estudos produzidos na área de Economia, o desenvolvimento foi compreendido como sinônimo de crescimento econômico, tal interpretação ainda ecoa nos dias de hoje. Contudo, entendemos que essa visão linear e unidimensional está equivocada, pois foi construída a partir de uma abordagem fragmentada e pautada na racionalidade moderna ocidental que não é capaz de relacionar todos os aspectos e dimensões do desenvolvimento.

No transcorrer do século 20 foi amplamente defendida a ideia de que a industrialização, ocorrida inicialmente nos países denominados como “pioneiros” e situados na Europa Ocidental, deveria ser o modelo seguido pelos demais países que almejavam o desenvolvimento. Assim, as primeiras definições elaboradas a partir da década de 1950 sobre desenvolvimento consideravam que a industrialização seria o caminho “natural” para atingir o crescimento econômico e, seguidamente, o desenvolvimento.

As definições economicistas, até a década de 1970, concentraram a sua análise no crescimento econômico. Entretanto, as limitações teóricas e práticas forçaram alguns pesquisadores a realizarem uma revisão conceitual a partir da década de 1980. Desta forma, outros aspectos do desenvolvimento foram incorporados e abriram caminho para uma análise multidimensional da realidade. Dentro do exposto:

Há vários anos que o desenvolvimento econômico e social sustentável deixou de ser visto como um mero crescimento da economia, do PIB ou da renda *per capita*. Ele passou a ser entendido como a formação de instituições – dentre as quais se sobressai um sistema escolar eficiente, além de outras (por exemplo, um ambiente social com normas jurídicas estáveis que garantam os contratos, que coíbam a corrupção e os desmandos dos governantes e das empresas, que valorizem a inovação tecnológica) – que constituem uma sociedade moderna de fato (VESENTINI, 2009, p. 57).

Atualmente, estudar o desenvolvimento continua sendo uma questão complexa. Para a sua compreensão é preciso estar atento à totalidade e não apenas focado em uma das suas partes. A abordagem do desenvolvimento a partir de uma ótica interdisciplinar,

multidimensional e relacional – proposta defendida no presente programa de extensão – tem que envolver as questões ambientais e sociais, valorizar a educação escolar, considerar o papel da economia e da política, das normas jurídicas, da democracia, da inovação tecnológica, da justiça social, do direito à cidade, do direito ao espaço rural e a produção saudável de alimentos para a população, ressaltar a qualidade de vida e oferecer oportunidades para que as pessoas possam realizar as suas escolhas profissionais e pessoais.

Segundo Oliveira (2002), para ocorrer o desenvolvimento é fundamental que no transcorrer do processo ocorra à satisfação das necessidades humanas elementares como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. De acordo com o autor o desenvolvimento não se completa sem os avanços capazes de melhorar a vida das pessoas. No entanto, sabemos que ainda existe, em praticamente todos os lugares do mundo, fatores que dificultam as transformações capazes de promover o desenvolvimento. Isso é mais nítido em países como Brasil (que possuem grandes desigualdades regionais), e evidente em regiões periféricas, como a Microrregião Geográfica de Campo Mourão.

Uma contribuição importante para a redefinição do que é o desenvolvimento, ainda que existam algumas limitações teóricas na sua formulação, foi apresentado pela Organização das Nações Unidas – ONU, por intermédio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que elaborou o conceito de desenvolvimento humano. A ONU (2017) define desenvolvimento humano como: “um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser”. Com isso, a ONU passou a diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento humano:

Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano (ONU, 2017, s.p.).

A mudança proposta pela ONU é importante, visto que transfere o foco das ações para os seres humanos e não mais para o crescimento econômico. Com isso, o Relatório do Desenvolvimento Humano (2015), elaborado pelo PNUD considera o desenvolvimento humano a partir de: vida longa e saudável, conhecimento, nível de vida digno, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e segurança, participação na vida política e

comunitária, igualdade e justiça social. Também considera que para ocorrer o desenvolvimento humano deve-se atribuir maior destaque à riqueza da vida humana do que simplesmente à riqueza das economias, visto que são as pessoas a verdadeira riqueza de uma localidade.

O enquadramento do desenvolvimento humano, ao adotar uma abordagem centrada nas pessoas, alterou a perspectiva das necessidades de desenvolvimento colocando a vida das pessoas na linha de frente. [...] o verdadeiro objetivo do desenvolvimento não se traduz apenas no aumento dos rendimentos, mas também na maximização das escolhas, através do reforço dos direitos humanos, das liberdades, da capacidade e das oportunidades e dando ao indivíduo a possibilidade de ter uma vida longa, saudável e criativa (PNUD, 2015, p. 03).

Também vem recebendo destaque as abordagens que tratam do desenvolvimento territorial e local. Nesse debate, a presença dos atores locais ganhou evidência, visto que a participação ativa da comunidade local e regional é fundamental para o estabelecimento de ações capazes de transformar a realidade.

O processo de desenvolvimento sustentável de uma região depende não só do seu crescimento econômico, mas principalmente da sua capacidade de organização social e política, a qual está relacionada ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. (HADDAD, 2009, p. 120).

Para a potencialização do desenvolvimento em uma determinada região, Haddad (2009, p. 122) compreende que seja fundamental: 1) um crescente processo de autonomia decisória; 2) uma crescente capacidade de captação e reinversão do excedente econômico; 3) um crescente processo de inclusão social (inclusive digital); 4) uma crescente consciência e ação ambientalista; 5) uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento; 6) uma crescente percepção coletiva de pertencer à região. Ainda segundo o autor:

O desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los (HADDAD, 2009, p. 128).

Tomando por base a discussão exposta e acreditando na necessidade de promover uma práxis transformadora aliando teoria e prática, a Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão, elaborou no final do ano de 2017, o programa de extensão nominado “**Diagnóstico de Potencialidade Local na Microrregião de Campo Mourão**” constituído por alguns docentes e discentes vinculados aos cursos de Administração, Economia, Engenharia de Produção Agroindustrial, Geografia, Turismo e Meio Ambiente e o Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD. A realização de programas e projetos de extensão na Universidade são demasiadamente importantes, visto que:

Sem as ações extensionistas [...] corre-se o risco de repetição dos padrões conservadores e elitistas tradicionais, que reiteram a endogenia, abrem espaço para a mera mercantilização das atividades acadêmicas e, assim, impedem o cumprimento da missão da Universidade Pública. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2012, p. 27).

Dentro da temática apresentada, Furtado (1984, p. 56), ao tratar do papel da universidade na sociedade, compreende que é preciso combinar o trabalho de produção de conhecimento com: “[...] o de transformação desse conhecimento em instrumento de ação posto a serviço da sociedade [...]”. Com isso, as ações de extensão devem ter como finalidade utilizar o conhecimento produzido pela pesquisa para transformar a realidade.

Tendo como norte os princípios expostos, a equipe que compõe o programa de extensão definiu os seguintes objetivos: 1) elaborar o diagnóstico das potencialidades existentes nos municípios que compõem a Microrregião de Campo Mourão com o intuito de oferecer subsídios para projetos de extensão pautados no desenvolvimento territorial local; 2) realizar parcerias de cooperação entre a Unespar – *campus* de Campo Mourão e os municípios da Microrregião de Campo Mourão; 3) analisar as características da paisagem e os indicadores socioeconômicos dos municípios; 4) levantar os principais problemas existentes nos municípios; 5) verificar as potencialidades capazes de alavancar o desenvolvimento local e regional; 6) propor ações temáticas divididas em eixos norteadores para o desenvolvimento local e regional.

Compreendemos que para a reversão do atual quadro de estagnação instalado em inúmeros municípios da Microrregião de Campo Mourão é preciso à elaboração de um diagnóstico qualificado das potencialidades locais. Isso com o intuito de elaborar projetos universitários e políticas públicas com a finalidade de promover o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões. Nesse aspecto, Saquet (2015), compreende que:

A pesquisa científica e a concretização de projetos de desenvolvimento passam, necessariamente, pela análise e interpretação das territorialidades e temporalidades, contrapondo-se ao *status quo*, desgastando-o e tentando amenizar os processos de subordinação e exploração bem como os de concentração de riqueza, centralização de poder e degradação do ambiente. A relação territorialidade-temporalidade com um conteúdo político bem definido pode ser transformada num paradigma que favoreça uma interface-interação mais intensa entre intelectualidade-ciência e cotidianidade-saber-arte, numa práxis de transformação territorial em favor das necessidades e anseios do povo (SAQUET, 2015, p. 126-7).

As pesquisas científicas produzidas nas universidades podem contribuir, via extensão, para a elaboração e implantação de projetos, em parceria com a comunidade local e regional, que tenham como foco o desenvolvimento das potencialidades endógenas. Desta maneira, entendemos que é preciso instituir na Microrregião de Campo Mourão uma práxis transformadora pautada em princípios justos e em favor da população.

Com o propósito de discutir os procedimentos para a elaboração das ações de extensão, foi realizado, no final do ano de 2017, o “Primeiro Fórum de Desenvolvimento Regional” na cidade de Campo Mourão, onde a comunidade regional foi convidada para discutir o desenvolvimento. Com embasamento nas informações preliminarmente levantadas no Fórum, o grupo que coordena o programa de extensão se reuniu para estabelecer as estratégias para implementar a primeira etapa, que é a realização do diagnóstico de potencialidade nos municípios. Na reunião foi definido o município de Peabiru para o início das atividades.

O presente Diagnóstico, que estamos disponibilizamos ao público interessado, é o resultado do trabalho coletivo realizado por professores pesquisadores e extencionistas, bem como por acadêmicos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Unespar, e conta com a participação efetiva da comunidade local. Agradecemos a todas as pessoas envolvidas que tornaram a realização do projeto viável e esperamos que as parcerias firmadas entre a universidade e as comunidades locais possam ser duradouras e resultem em mudanças reais, capazes de melhorar a vida das pessoas.

Equipe do Programa de Extensão
Diagnóstico de Potencialidade Local na Microrregião de Campo Mourão

INTRODUÇÃO

O Diagnóstico de potencialidade local do município de Peabiru é um dos resultados da parceria firmada entre a Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão e a Prefeitura Municipal de Peabiru, e contou com a presença efetiva da comunidade local que participou das atividades desenvolvidas, entre elas o “Fórum de Desenvolvimento Territorial Local”. A presente publicação, fruto da parceria, apresenta um conjunto de informações referentes aos aspectos históricos, sociais, ambientais, demográficos e econômicos do referido município.

O objetivo do Diagnóstico é oferecer ao poder público municipal, as lideranças comunitárias locais, aos empresários, aos movimentos sociais, bem como a população interessada; um conjunto de informações e orientações que poderão ser utilizadas com o propósito de estabelecer estratégias capazes de potencializar o desenvolvimento local.

Entre as informações contidas no Diagnóstico destaquemos as seguintes: 1) o levantamento do processo histórico de ocupação e colonização de Peabiru; 2) a análise geográfica da paisagem; 3) a avaliação de indicadores demográficos e sociais; 4) a avaliação de indicadores econômicos; 5) o diagnóstico participativo contendo as fragilidades e as potencialidades locais; 6) os eixos norteadores para o desenvolvimento territorial local.

Acreditamos que as informações apresentadas poderão contribuir para a reflexão crítica da situação atual em que se encontra o município de Peabiru, bem como para a definição de qual é a situação desejada para o futuro. Com isso, será possível a elaboração do planejamento para a superação das limitações existentes e para a potencialização das capacidades endógenas.

Temos a convicção de que a atuação da Universidade pública, em conjunto com a comunidade, é capaz de articular um projeto de transformação da realidade social. Quando o conhecimento teórico é seguido de uma prática consciente, torna-se possível reverter o quadro de estagnação socioeconômica no qual se encontra uma população. Sair do interior de seus muros e dialogar com a comunidade é um dos papéis da Universidade pública. Isto posto, esperamos ter contribuído para o despertar de ações práticas transformadoras.

1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE PEABIRU

O município de Peabiru está localizado do Estado do Paraná, compõe a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense e a Microrregião Geográfica de Campo Mourão. Possui área territorial de 468,59 km² e população estimada para o ano de 2018 em 13.985 habitantes (IBGE – CIDADES, 2019). Faz fronteira com os municípios de Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, Fênix, Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Campo Mourão e Araruna, conforme demonstrado na figura 1.

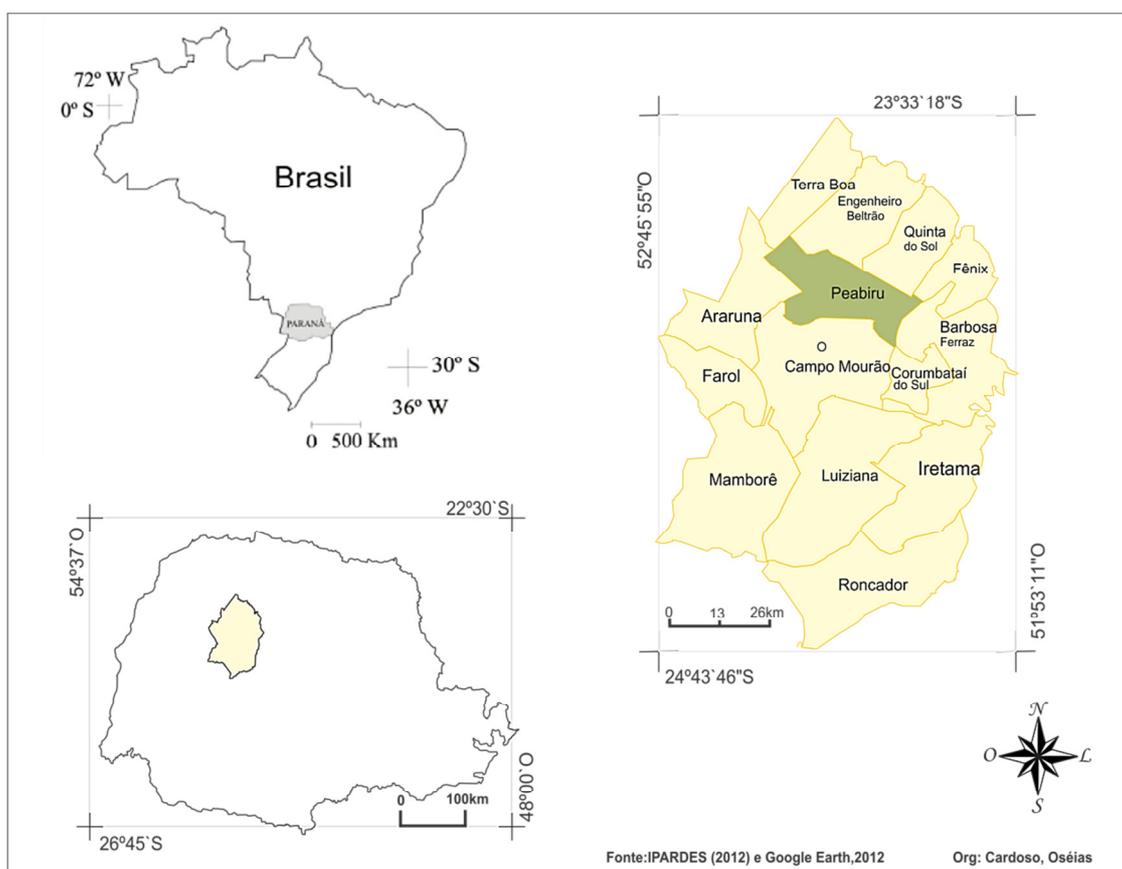


Figura 1 – Localização geográfica do município de Peabiru
Fonte: IPARDES (2012). Org: Cardoso, Oséias

Peabiru foi desmembrado do município de Campo Mourão em 14 de novembro de 1951 por meio da Lei Estadual nº 790 e a sua instalação ocorreu no dia 14 de dezembro de 1952. A altitude da sede do município é de 523 metros acima do nível do mar e está a uma distância de 467,33 km da capital Curitiba. As coordenadas geográficas de referência para a posição de Peabiru são: latitude de 23° 54' 46" S e longitude de 52° 20' 35" W (IPARDES, 2018).

2 – O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Prof. Dr. Edson Noriyuki Yokoo¹

A guisa de introdução é preciso destacar que os fenômenos socioeconômicos e ambientais não se restringem aos limites territoriais impostos pela sociedade capitalista. Nesta perspectiva procuramos compreender o processo de colonização do município de Peabiru, emancipado em 1951 e, quando necessário, ampliar o recorte espacial e temporal para Araruna, Cruzeiro do Oeste, Rondon, Engenheiro Beltrão emancipados em 1954, Terra Boa e Jussara, emancipados em 1955, e demais municípios.

Para se compreender os primórdios da ocupação no município de Peabiru na Mesorregião Centro-Occidental, é necessário, primeiramente, realizar um breve retrospecto das tentativas de fixação humana no noroeste paranaense.

A ocupação humana na região é antiga, remontando a mais de 7.000 anos A.P. (Antes do Presente), conforme as pesquisas de Annette Laming e Joseph Emperaire, em 1957. Estes pesquisadores encontraram ferramentas indígenas produzidas por paleo-índios no sítio arqueológico José Vieira localizado na margem esquerda do rio Ivaí, no município de Cidade Gaúcha (MENDES, *apud* LAMING; EMPERAIRE, 1970, p. 67).

Este grupamento humano são antecessores das nações indígenas modernas, portanto, foram os primeiros a perambular para coletar víveres nas matas de Peabiru e na *savana estépica* de Campo Mourão. Região *ecotonal*, ou seja, de transição entre a *Floresta Estacional Semidecidual*, *Floresta Ombrófila Mista* e o *Cerrado* (YOKOO, 2013).

Posteriormente adentraram no respectivo território, através de sucessivos fluxos migratórios, povos oriundos da Bacia Amazônica, as sociedades indígenas ceramistas *Guarani* e *Kaingang*, constituindo no oeste paranaense o *Território Tradicional Indígena* que: “compreende todo o vale do rio Tibagi, do *rio Ivaí*, a Serra de Apucarana, até os cursos do *rio Corumbataí* e *Mourão* (BELOTTO, 2007, p. 136, grifo nosso).

Entre os séculos XVI e XVII ocorreu a ocupação espanhola na região. O movimento remonta a formação da *Província Jesuítica do Guairá*, de tutela da governança espanhola de Assunção, no Paraguai, delimitado territorialmente entre os interflúvios dos rios Paraná, Paranapanema, Piquiri, Ivaí e Iguaçu. É, neste recorte temporal e espacial, que ocorre os

¹ Docente vinculado ao Colegiado de Geografia da Unespar – *campus* de Campo Mourão

trabalhos de evangelização indígena da nação Guarani pelas autoridades espanholas em parceria com os padres da *Companhia de Jesus* com a construção, no noroeste paranaense, de dois centros urbanos, a *Ciudad Real del Guairá* (1557/1631), situada na margem esquerda do rio Paraná (algumas das edificações se encontram preservadas na cidade homônima de Guaíra) e a *Villa Rica del Espíritu Santo* (1570/1632), construída na desembocadura do rio Corumbataí, afluente do rio Ivaí, de cujos vestígios se encontram no Parque Estadual de Vila do Espírito Santo, no município de Fênix.

Estes vilarejos tinham o objetivo de controlar o estratégico *Caminho do Peabiru* e seus ramais, ou seja, a trilha ligando ao litoral paulista de São Vicente ao rio Paraná, passando pelas inúmeras ilhas situadas a montante das corredeiras de Sete Quedas, antecedentes a estas no sentido oriental cruzava os rios: Tibagi, Ivaí e Piquiri e, a partir deste ponto seguia para o *Chaco* paraguaio. Esta via terrestre estendia-se até *Cuzco*, nos altiplanos andinos peruano, seguindo até o oceano Pacífico. Nesta região andina os incas extraíam o metal precioso – a prata, cobiçada pela sociedade dos não-índios (YOKOO, 2013).

Os exploradores ibéricos, no afã de enriquecimento fácil procuraram apropriar-se das novas jazidas e saquear minérios valiosos existentes em locais distantes, portanto, percorreu pelos rios navegáveis e, principalmente, o *Caminho do Peabiru* que cruzava o território paranaense, sendo este uma das toponímias do município de Peabiru, pois corrobora com informações contidas na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. “Pelos descrições de viajantes e exploradores e pelos mapas e cartas existentes verifica-se que esse caminho atravessava, em sentido leste–oeste, a região onde hoje se situa o município de Peabiru, na zona noroeste do Estado do Paraná” (IBGE, 1959, p. 387).

Vale relembrar que a ocupação espanhola avançou em sentido Oeste para o Leste com a construção de duas cidades e, contou com o apoio de 13 (treze) outros aldeamentos estratégicos situados as margens dos principais rios e interligados por trilhas indígenas para fixar e subordinar 100.000 *Tupi-Guarani*: “[...] onde os índios das vastas regiões [*Guairá*] eram catequizados e educados para o trabalho” (MAACK, 1981, p. 36), conforme se pode visualizar a distribuição espacial pela Figura 2.



Figura 2 - Reduções Jesuíticas no Guairá
 Fonte: WACHOWICZ, 1995 (org. Edson Yokoo)

Enquanto isto, os bandeirantes luso-brasileiros e mamelucos, ao contrário dos espanhóis, penetraram de Leste para o Oeste. Tal avanço foi facilitado pela reunificação do trono português e de todas as suas colônias do além-mar a coroa espanhola dando origem a chamada *União Ibérica* (1580-1640), ou seja, o rei espanhol Felipe II foi também o monarca dos portugueses. Deste modo, tornou-se sem efeito o *Tratado de Tordesilhas* para as questões de limites territoriais entre os dois países da península ibérica no continente sul-americano. Ressaltamos que os limites territoriais entre Portugal e Espanha, no oeste paranaense, foram estendidos até o rio Paraná, a partir de 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid e, confirmada em 1777, pelo Tratado de Santo Ildefonso.

É neste contexto geopolítico que os bandeirantes perceberam as possibilidades de acumulação de capitais: a) cata do ouro de lavagem no litoral paranaense, que logo se mostrou exíguo; b) a preação de nativos em território paranaense, “a caça ao índio era o ‘remédio’ para a sua pobreza” (WEFFORT, 2012, p. 148), pois, os bandeirantes não tinham os capitais suficientes para adquirir no mercado o escravo africano.

Deste modo, organizaram-se expedições para capturar índios-cristãos reunidos nas *Reduções Jesuíticas*. Na opinião de Wachowicz (2001, p. 41), na ação dos bandeirantes morreram 15.000 índios, e dos sobreviventes, 60.000 adultos e crianças foram aprisionados e levados para a vila de São Paulo para serem comercializados e, assim, suprir a mão-de-obra

cativa nos engenhos canavieiros nordestinos e de suas roças de subsistências, de extrair o pau-brasil para a retirada de pigmentos para tingimentos de tecidos.

Com a dizimação das *reduções jesuíticas*, os ameríndios sobreviventes, de acordo com Lugon (2010, p. 40): “100 mil cristãos, 12 mil foram salvos” e, transferidos pelos missionários guaireños para recriar no noroeste do Rio Grande do Sul, os *Sete Povos das Missões*, situado na porção oriental do rio Uruguai, em território fora do alcance da sanha escravagista dos bandeirantes paulistas.

Encerrado a tentativa de ocupação índio-cristão espanhola no oeste paranaense, três séculos depois iniciou, de modo gradual, um novo e definitivo processo de colonização camponesa que também contou com imigrantes europeus e asiáticos para reprodução social na região florestada de Peabiru.

O processo de colonização efetivado no município de Peabiru é resultado da sobreposição de duas frentes de povoamento: Frente Nortista e a Frente Sulista.

1) Frente Nortista: está baseada na colonização empresarial que se manifestou a partir da década de 1940, com o deslocamento da frente cafeeira até o vale do rio Ivaí. Este avanço esteve em consonância com a ideologia da *Marcha para Oeste* do governo getulista para: “[...] integrar os extensos territórios despovoados ao desenvolvimento econômico e as conquistas sociais urbanas, através da ocupação de terras públicas (terrenos devolutos). Com a repartição das terras agrícolas em pequenas unidades de produção, utilizando-se o trabalho familiar” (YOKOO, 2002, p. 97). É nesta perspectiva que se compreende a colonização do norte e noroeste paranaense.

Para o empreendimento da colonização do norte paranaense contribuíram as ações de infraestruturas executadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná, que posteriormente foi sucedida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Entre as ações está o funcionamento de uma balsa no rio Ivaí para a continuação da estrada para Peabiru e Campo Mourão, conforme se pode visualizar pela Figura 3. Foi por esta via terrestre, conforme o retratado na Figura 4, que a frente pioneira em 1942, avançou a partir de Maringá e penetrou em direção ao vale dos rios Ivaí e Piquiri.

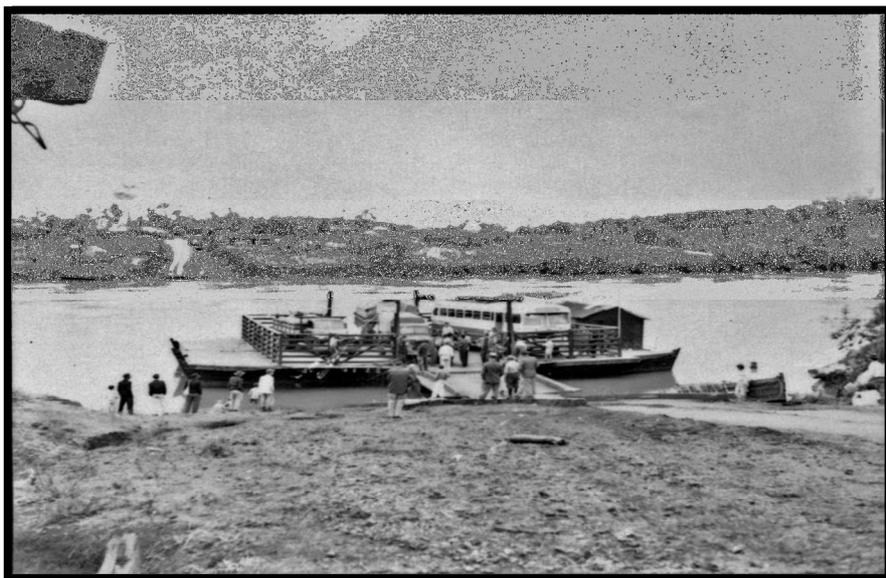


Figura 3 - Balsa no rio Ivaí, interligando a estrada de chão entre Campo Mourão e Maringá, PR, 1957.

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=420955>. Acesso: 01/09/2018



Figura 4 - Estrada-de-chão batido entre Peabiru – Maringá, 1948

Fonte: acervo particular do Prof. Dr. João José Bigarella

Nesta região ocorreu a sobreposição de duas frentes: a Frente Nortista (cafeeira) de maior dinamismo econômico interligou-se com a Frente de Expansão (agricultura colonial e pecuária suína) do oeste. Esta última frente estava estacionada no entorno de Peabiru e Campo Mourão, de acordo com o que constatou os estudos de Monbeig (1984):

Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando as boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os “safristas” vindo do sul preferem os solos

pobres dos altos. Entretanto, essa estratificação não parece ter chance de durar, porque os plantadores de café sabem muito bem que suas plantações não resistirão às geadas brancas dos vales e que terão de abandonar as terras roxas e subir para o alto dos espigões (MONBEIG, p. 207).

A penetração dos *safristas* fazendo no interior das matas as roças de milho e abóboras para a engorda de porcos caipiras na região de Peabiru e Campo Mourão se tornou importante, pois o Censo Agropecuário do IBGE, de 1948 chegou a estimar em 150.000 cabeças. Vejamos a opinião de Monbeig sobre esta atividade: “Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migrando essa também de “safristas” que tudo ignoram das culturas tropicais” (MONBEIG, 1984, p. 207).

Assim, os safristas da região foram os primeiros tropeiros de porcos caipiras e levavam estes animais para venda em Mandaguaçu e/ou em Guarapuava, para posteriormente serem transportados aos abatedouros em Ponta Grossa e Jaguariaíva (Frigorífico Matarazzo) para a extração da banha e carne para abastecer os principais centros urbanos do sudeste brasileiro. Esta fase perdurou até o início da repartição das terras e a colocação dos marcos divisórios das propriedades, ou seja, da colonização oficial e empresarial.

A lavoura cafeeira, que motivou a colonização do norte paranaense, ao avançar ao sul em direção a transição climática - Paralelo 24⁰ teve o seu limite meridional no vale do rio Ivaí, tornando em tese esta região a fronteira cafeeira no sul do Brasil. O café era o principal produto da pauta de exportação da economia brasileira.

O excedente da produção agropecuária entre os interflúvios dos rios Ivaí – Piquiri passa a ser mercantilizado junto aos cerealistas em Maringá e Londrina. Foi nestas cidades da frente pioneira cafeeira que o modal misto da rede rodoferroviária ligou a região produtora do excedente agrícola da região de Peabiru aos centros dinâmicos da economia brasileira situado no sudeste e, com os portos de Santos e Paranaguá.

2) Frente Sulista: é a primeira a iniciar o povoamento da região do Piquiri-Ivaí. Iniciado de modo espontâneo a partir de uma expedição de 1893, liderada por Guilherme de Paula Xavier, Jorge Walter e Norberto Mendes Cordeiro (conhecido, também, por Comendador Norberto Marcondes), com a intenção de explorar o sertão além da Serra da Pitanga e de chegar ao descampado do Campo do Mourão caminhando pelas antigas trilhas indígenas.

Os expedicionários, exceto Jorge Walter (russo-branco nacionalizado brasileiro), sendo ao todo 24 (vinte quatro) guarapuavanos e agregados, em 25 de setembro de 1893, em

um requerimento coletivo reivindicam 60.000 hectares em posses de terras para o criatório de gado ao juiz distrital da Colônia Therezina, no vale do Ivaí. Este é o primeiro documento de posse da terra, alegando *posse mansa e cultura efetiva e morada habitual* no Campo do Mourão, embasado na legislação fundiária da Lei Estadual nº 68, de 20 de dezembro de 1892, e no Decreto Estadual 1-A, de 8 de abril de 1893 (VEIGA, 1999, p. 29). A Figura 5 representa a savana estépica dos Campos do Mourão, em 1926.



Figura 5 - Savana estépica de Campo Mourão (foto de Alexandre Linzmeyer, 1926)
Fonte: YOKOO, 2013, p. 106.

Dos guarapuavanos requerentes, somente Guilherme de Paula Xavier tomou posse do seu quinhão ao mandar construir um casebre provisório, conforme o depoimento de um filho, “mas nunca morou lá” (entrevista de Sebastião de Paula Xavier), referindo-se a Fazenda Santa Maria, localizada na periferia de Campo Mourão, dedicando-se a acumular capitais com o comércio de gado e aos pleitos políticos (BATHKE JUNIOR, 2001, p. 7).

No entanto, o povoamento efetivo da região de Peabiru e Campo Mourão não deslancharam em virtude do isolamento geográfico e das dificuldades para o escoamento do excedente produzido nas roças de cana de açúcar (extração do melado), feijão, mandioca, milho, batata doce e da extração de peles de animais para comercialização em Guarapuava, centro urbano mais próximo localizado a mais de 200 quilômetros.

A partir de 1903, reinicia-se o gradual povoamento do isolado Campos do Mourão e região florestada de Peabiru cabendo a novos atores sociais: as famílias de camponeses paulistas, mineiros e ucranios pobres da antiga região colonial Irati e Prudentópolis, que vão se reproduzir socialmente nos terrenos devolutos da *fronteira-livre* nos interflúvios dos rios Ivaí e Piquiri.

Enfim, a disponibilidade dos vastos terrenos devolutos desabitados; a reforma em 1907, da precária picada entre Pitanga e Campo do Mourão (132 quilômetros), permitindo a passagem dos cargueiros (carros de bois) e tropas de mulas; a redescoberta do descampado “Campo do Mourão” no sertão do Piquiri-Ivaí tornou-se atrativo para os camponeses e suas famílias subsistirem na nova frente de expansão demográfica.

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Peabiru, data de 1916 a chegada das primeiras famílias de camponeses que foram se reproduzir socialmente nos territórios-livres da região de Peabiru. Certamente, estas famílias pioneiras se internaram nas matas para apossamento de terras e fazer roças de subsistências e, eventualmente fazer caças de animais silvestres para subsistência familiar e extrair peles para serem vendidos e/ou trocadas por outras manufaturas no longínquo centro urbano de Guarapuava. Demonstrando o baixo grau de monetarização da sociedade camponesa.

As famílias isoladas no sertão de Peabiru se comunicavam com os amigos e parentes que ficaram em suas regiões de origem e, informavam da disponibilidade de terras-livres para abrir novas posses de terras, para posterior legalização da propriedade.

Enfim, o processo de povoamento no sertão do Piquiri-Ivaí se fez com a formação de fluxos migratórios de excedentes populacionais oriundos de diversas regiões paranaenses e brasileiras.

Na falta de literatura específica sobre os primórdios do povoamento da região de Peabiru, recorreremos a algumas informações disponibilizadas pela Diocese de Campo Mourão que descreve a primeira visita pastoral em 1909/1910 pelo padre Francisco Vedder, da *Sociedade do Verbo Divino* coadjutor Guarapuava, Pitanga respectivamente descrevendo as dificuldades de todos os tipos e isolamento que levava de dois a três meses para atender o imenso território do sertão do Campo do Mourão (DIOCESE DE CAMPO MOURÃO, 2018). Ou seja, o processo de povoamento foi acompanhado de perto pelos religiosos, inicialmente da igreja católica e depois pelas demais denominações religiosas.

De acordo com Ilivaldo Duarte (2018), em 1940, as comunidades camponesas atendidas pelos missionários foram: Sertãozinho (Santa Cruz), Água Doce, Vila Rica, Roncador, Cancam (Mamborê), Barras, Km 123, Rio da Vargem, Farol (Pinhalão), Rio 31, Km 131, Estiva, Ibitil, Araruna, Km 142, Santa Maria, Paulista, Bairro Aparecida, Lisete, Macacos, Rio Claro, Pensamento (Mamborê), Peabiru, Ivailândia, Campina, Engenheiro Beltrão.

Os dados estatísticos disponíveis na Tabela 1 são estimativas feitas para os referidos períodos e mostram o gradual crescimento populacional do sertão do Campos do Mourão.

Tabela 1. População da região dos Campos do Mourão (1909/1934)

ANO	POPULAÇÃO
1909	100
1921	200
1934	2.000

Fonte: VEIGA, 1999, pp. 55-56

Certamente, a população estimada entre 1909/1934 é constituída de camponeses pobres de origem paulistas, mineiras, eslavas, guarapuavanos, entre outros que vieram pela Estrada Boiadeira que, em: “1920 atinge Pitanga e, em 1940 Campo Mourão” (BERNARDES, 1953, p. 394). A estrada continua até o porto Camargo, no rio Paraná, divisa com o atual Mato Grosso do Sul. É por esta via terrestre que a população local realizava as eventuais trocas comerciais e os pecuaristas traziam o gado comprado no sul mato-grossense para a engorda nas invernadas em Guarapuava, antes de serem vendidos para consumo na região sudeste/sul.

Também, é neste sertão isolado que serviu de refúgio para aventureiros, os procurados pela justiça, e para os revoltosos paulistas da Coluna de João Cabanas (1924/1925) que em uma picada ervateira encontrou com o *obragero* argentino Júlio Thomaz Alica, e seus *mensus* (escravos) paraguaios contrabandeando as folhas de erva-mate, extraído na região entre Campo Mourão – Mamborê – Pitanga, na década de 1920 (YOKOO, 2013).

No entanto, a intensificação do processo de ocupação ocorreu a partir da entrada em vigor da Lei nº 8.564, de 17 de maio de 1939, que autorizou a Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura a instalar o Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC para executar nos municípios de Londrina e Guarapuava os Planos de Colonização dirigida, isto é, desenvolver: “processo de ocupação de novas terras por meio de planejamento governamental ou privado” (DIAS; CASTRO, 1986, p. 12).

A função atribuída ao DGTC foi a de identificar e regularizar as antigas posses dos camponeses e, também as concessões de terras anteriores à 1939, e mapear as glebas não povoadas e não alienadas a terceiros, imbuídos nesta perspectiva, o planejamento:

[...] o Estado incluía na época, dois setores: 1 – o que abrangia as terras do norte e do noroeste, na região compreendida pelas bacias hidrográficas dos rio Paranapanema e Ivaí, à margem esquerda do primeiro e direita do segundo; 2) A região localizada à margem esquerda do rio Ivaí, incluindo as terras de Campo Mourão e seguindo até o rio Piquiri (COSTA, 1976, p. 832).

Entre os vales dos rios Ivaí e Piquiri foram demarcados várias glebas de terras para a instalação de diversas Colônias Estaduais, totalizando 1.079.109,85 ha, conforme podemos visualizar na Tabela 2. Nas colônias estaduais foram planejados e criados pequenos centros urbanos, adotado a repartição de lotes com pequenas propriedades. As pequenas propriedades estavam organizadas da seguinte maneira: nos fundos dos vales o acesso à água dos rios e, ligados por carreadores até o espigão acessando por estradas vicinais interligado aos centros urbanos de apoio aos agricultores.

Amparado pela legislação vigente na década de 1940, o DGTC deu encaminhamento aos pedidos de concessão e demarcação de glebas de terras para colonização e assentamento dos pequenos agricultores que se deslocavam pela região norte paranaense atraídos pela perspectiva de valorização das terras proporcionadas pelo avanço frente cafeeira.

Tabela 2. Colônias Estaduais localizados entre os rios Ivaí e Piquiri

COLÔNIAS	Área (ha)	Lotes	Área Média (ha)
Mourão	171.001,67	1.606	106,48
Goio-Bang	105.095,29	1.626	64,63
Goio-Erê	333.487,08	2.829	117,68
Muquidão	216.998,53	2.563	84,67
Cantú	201.079,27	2.638	76,22
Rio Verde*	51.448	**	**
TOTAL	1.079.109,85	13.892	77,67

* adquirida em 1954, pela Sociedade Colonizadora Noroeste do Paraná S/A – SINOP

** sem informações

Fonte: YOKOO, 2013, p. 117.

De modo mais específico elaboramos uma análise aprofundada para a Colônia Mourão – 171.001 ha, pois foi a primeira a ser demarcada e a assentar colonos, nesta situação estão os núcleos urbanos de Campo Mourão, Peabiru, Engenheiro Beltrão, Araruna entre outros de acordo com o Quadro 1.

Assim, em 1941, os trabalhos de divisão dos lotes da Colônia Mourão começaram com a demarcação de 3 glebas com área aproximada de 12.544 ha, e, deste 1.010 ha estavam sendo

cultivados por agricultores, com total de 619 habitantes conforme Mensagem do Governador Moysés Lupion para a Assembleia Legislativa do Paraná (1949, p. 72).

Em termos de dimensão a Colônia Mourão é a quarta maior das colônias estaduais, subdividida em perímetros de 15 glebas menores. Observando as datas das sentenças de autorização do início de repartição dos lotes, o mais antigo é de 30 de abril de 1941, para a gleba nº 5, e o mais recente é de 10 de agosto de 1959, para a gleba nº 1, 2ª parte, fechando os perímetros de terras disponibilizados para colonização.

Quadro 1. Glebas da Colônia Mourão

Colônia Estadual	Área (ha)	Processo	Sentença
Colônia Mourão Gleba nº 1, 1ª parte	5.510,64	2.712	24/04/1950
Colônia Mourão Gleba nº 1, 2ª parte	10.211,61	3.750	10/08/1959
Colônia Mourão Gleba nº 1, 3ª parte	2.415,02	3.400	23/09/1954
Colônia Mourão Gleba nº 2	13.316,90	2.726	31/08/1950
Colônia Mourão Gleba nº 3	12.544,64	782	20/08/1947
Colônia Mourão Gleba nº 4, 1ª parte	4.946,84	2.296	28/03/1949
Colônia Mourão Gleba nº 4, 2ª parte	5.285,51	2.431	14/07/1949
Colônia Mourão Gleba nº 5	9.496,50	783	30/04/1941
Colônia Mourão Gleba nº 5 (Araruna)	27,002	3.699	12/12/1956
Colônia Mourão Gleba nº 6, 1ª parte	8.517,80	2.524	30/11/1949
Colônia Mourão Gleba nº 6, 2ª parte	6.651,84	2.531	27/02/1950
Colônia Mourão Gleba nº 7	10.000,77	784	30/09/1943
Colônia Mourão Gleba nº 8	20.336,01	Tratos isolados	Individual
Colônia Mourão Gleba nº 9	12.569,50	785	31/07/1942
Colônia Mourão Gleba nº 10	5.450,53	Tratos isolados	Individual
Colônia Mourão Gleba nº 10, 2ª parte	3.448,58	2.912	11/12/1950
Colônia Mourão Gleba nº 11	8.096,76	786	12/11/1942
Colônia Mourão Gleba nº 12	6.813,63	2.973	12/01/1951
Colônia Mourão Gleba nº 12, 2ª parte	2.660,38	2.944	30/12/1950
Colônia Mourão Gleba nº 12, 3ª parte	2.600,54	2.766	26/05/1950
Colônia Mourão Gleba nº 13, 1ª parte	4.747,00	2.010	20/08/1947
Colônia Mourão Gleba nº 13, 2ª parte	6.052,00	2.010	20/08/1947
Colônia Mourão Gleba nº 15	9.276,80	2.822	24/10/1950
TOTAL	171.001,67	-	-

Fonte: YOKOO, 2013, p. 119.

As glebas de nº 8 e 10 identificadas por *tratos isolados* são posses documentados em contrapartida pelo governo estadual para empreiteiros para a construção e conservação de picadas na região anterior a 1939, neste caso a regularização fundiária foi realizada de modo *individual*.

A Gleba nº 11, da Colônia Mourão estava a sede urbana de Peabiru. Os trabalhos de repartição dos lotes se iniciaram em 12 de novembro de 1942 e, “foi planejada, uma sede urbana, além de lotes rurais de área também variável, cuja divisão foi estabelecida tendo em

vista obter condições favoráveis de “servidão d’água” e facilidade de acesso” (BERNARDES, 1953, p. 351). A Figura 6 apresenta a Gleba nº 11, da Colônia Mourão.

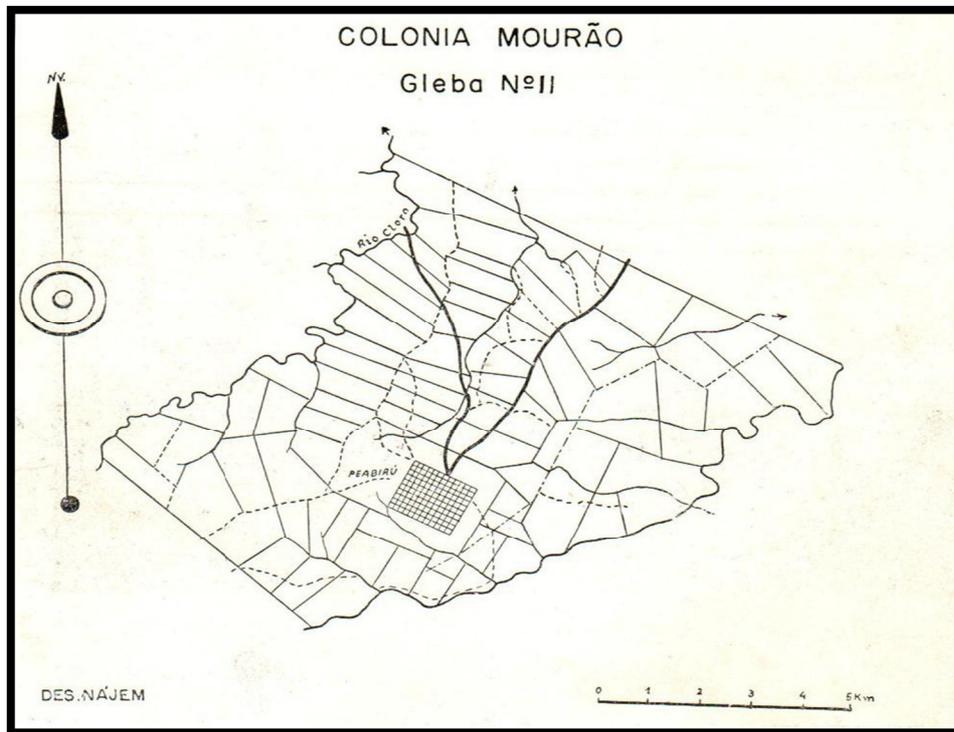


Figura 6 - Croqui da Gleba 11, da Colônia Mourão
Fonte: BERNARDES, L.M.C.1953, p. 395.

A sede urbana citada por Bernardes (1953) se refere ao patrimônio de Peabiru. Para este foi transferido de Guarapuava o escritório do DGTC para agilizar os trabalhos de campo com o intuito de demarcar os lotes coloniais e regulamentação das posses de terras, pois, “as glebas 3 e 7 da Colônia Mourão havia respectivamente, 102 e 60 famílias com morada efetiva e culturas habituais” (BERNARDES, 1953, p. 352).

Com a vinda de novos compradores de lotes rurais, expandiram-se as atividades do campo com reflexo na área urbana, como podemos observar a qualidade da construção do Hotel Avenida, de Peabiru, conforme a representação da Figura 7.



Figura 7 - Hotel Avenida – Peabiru, 1948

Fonte: acervo particular do Prof. Dr. João José Bigarella

A Figura 8 ilustra os troncos calcinados por toda a área, lembrando a derrubada e a queimada recente para o preparo do plantio do café em Peabiru. A derrubada das matas e queimadas (coivara) ocorreu em decorrência dos sitiantes possuírem poucos recursos financeiros. A técnica que dominava era assim caracterizada: derruba da mata a base do machado e da foice e da caixa de fosforo para preparar o terreno, com o objetivo de subsistência familiar e, posteriormente realizar o plantio da rubiácea.

Enquanto o cafezal não se tornava produtivo (levava de 4 a 5 anos para a primeira colheita) os sitiantes vendiam as madeiras nobres e cultivavam o arroz, o feijão, o milho e outras culturas de ciclo fenológico rápido.



Figura 8 - Queimadas no município de Peabiru, 1957

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=420959>. Acesso: 01/09/2018

No entanto, alguns cafeicultores arriscaram cultivar a rubiácea entre os espigões além do rio Ivaí até o vale do rio Piquiri. Mesmo assim, não conseguiram êxito, pois nesta região a geada é recorrente e prejudicial no desenvolvimento vegetativo do café. Citamos os depoimentos do final da década de 1960 de dois sítiantes de café, um no município de Engenheiro Beltrão e o outro de Peabiru: “informaram que durante 17 anos mantiveram os cafezais formados, mas nesse período só obtiveram 3 colheitas” (DUARTE; STRAUCH, 1972, p. 142). Mas, mesmo assim a Tabela 3 demonstra a cultura dominante do café em relação a agricultura colonial.

Tabela 3. Lavoura cultivada no município de Peabiru – 1962 a 1968

Lavoura	1962	1963	1967	1968
Café (ha)	13.781	25.700	16.300	13.300
Milho (ha)	830	1.230	2.000	2.200
Feijão (ha)	785	580	600	610
Algodão (ha)	600	660	570	600
Soja (ha)	*	*	210	250

*sem dados

Fonte: DUARTE; STRAUCH, 1972, p. 150.

A soja foi cultivada por colonos sulistas a partir dos anos de 1950, para alimentação dos porcos e, passou a apresentar a expansão na área cultivada como cultura de verão no município de Peabiru, conforme referenciado na tabela anterior.

Com relação ao uso da terra prevaleceu o plantio do café nos municípios de Peabiru e Engenheiro Beltrão, vindo em seguida a lavoura branca do milho e algodão (Quadro 2). Estas culturas não eram mecanizadas, portanto, de intensa utilização do trabalho familiar.

Quadro 2. Hierarquias de Culturas, 1968

Município	1ª cultura	% da área	2ª cultura	% da área
Engenheiro Beltrão	Café	50,1	Algodão	19,2
PEABIRU	Café	69,4	Milho	11,4
Campo Mourão	Milho	23,5	Feijão	20,2

Fonte: DUARTE; STRAUCH, 1972, p. 146.

Enfim, com a intensificação de novos fluxos de sítiantes capitalizados para o município de Peabiru, conforme se pode observar na Tabela 4, deu-se o aumento gradual da população até a década de 1970 e, depois desta dá-se o início ao processo de redução populacional em função da substituição de culturas, pelo plantio em larga escala da soja, milho, trigo e outras *commodities*, originando êxodo rural com destino para novas fronteiras agrícolas da região centro-oeste e norte do Brasil e para os grandes centros urbanos e industriais do sudeste.

Tabela 4. População do município de Peabiru, 1950-1991

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1950	*	*	10.376**
1960	5.368	13.812	19.180
1970	6.726	17.446	24.172
1980	7.939	8.292	16.231
1991	9.147	5.014	14.161

* sem dados estatísticos ** Prefeitura Municipal de Peabiru

Fonte: IBGE, Censo Demográfico dos Municípios da COMCAM, 1960-1991.

A partir da década de 1980, ocorre a diminuição da população absoluta municipal e, também, a população urbana ultrapassa em termos quantitativo a população do campo – ocasionado pelo êxodo rural-urbano.

3 ANÁLISE GEOGRÁFICA DA PAISAGEM

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Colavite²

Prof.^a Dr.^a Nair Glória Massoquim³

Caio Fabrício D’Oliveira Almeida⁴

A paisagem abarca os aspectos perceptíveis do espaço geográfico. Ela é resultado da interação entre os elementos da natureza em associação com a dinâmica das sociedades. Os elementos da natureza (meio físico) apresentam dinamismo e ritmo de transformações próprios, um interfere no outro, um deriva das características dos demais e dos processos a esses relacionados.

Mas, a paisagem não é fruto apenas das relações da natureza, ela carrega marcas dos processos sociais que a modificaram, é resultado da construção e da alteração dos distintos ambientes. Ao observar e analisar uma paisagem é possível identificar diferentes dinâmicas e características da sociedade, bem como as formas de produção social do espaço. É na paisagem que as relações entre a sociedade e a natureza encontram-se materializadas.

Propôs-se, neste relatório, apresentar uma breve caracterização da paisagem de Peabiru, correlacionando os aspectos da paisagem e suas relações com o uso da terra e com a fragilidade ambiental. Foram definidos os seguintes elementos de interesse na análise geográfica da paisagem natural: geologia; clima; relevo; hidrografia; pedologia; vegetação. Com relação as interações da sociedade com esta paisagem, foram analisadas atividades econômicas materializadas nos diferentes tipos usos da terra e nas formas de exploração dos recursos naturais.

Portanto, este texto traz uma breve descrição das características da paisagem do município de Peabiru – PR, que de acordo com Massoquim (2010), assim como o restante da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, encontra-se em uma área de inúmeras transições paisagísticas, tanto no que concerne a natureza, quanto no que se refere as transformações históricas, socioculturais e socioeconômicas, aspectos esses que são apresentados na sequência.

² Docente vinculada ao Colegiado de Geografia da Unespar – *campus* de Campo Mourão.

³ Doutora em Geografia pela USP e docente aposentada da Uneapar – *campus* de Campo Mourão.

⁴ Graduando em Geografia pela Uneapar – *campus* de Campo Mourão.

A paisagem natural e suas características

O município de Peabiru localiza-se no interior do Estado do Paraná. Encontra-se no Terceiro Planalto Paranaense (macrounidade morfoescultural do relevo), o qual faz parte da unidade morfoestrutural Bacia do Paraná.

Com relação a formação geológica (Figura 9), seu arranjo estrutural é delineado por rochas do Grupo São Bento - Formação Serra Geral, do Período Jurássico-Triássico da Era Mesozoica e rochas do Grupo Bauru – Formação Caiuá, do Período Cretáceo da Era Mesozoica.

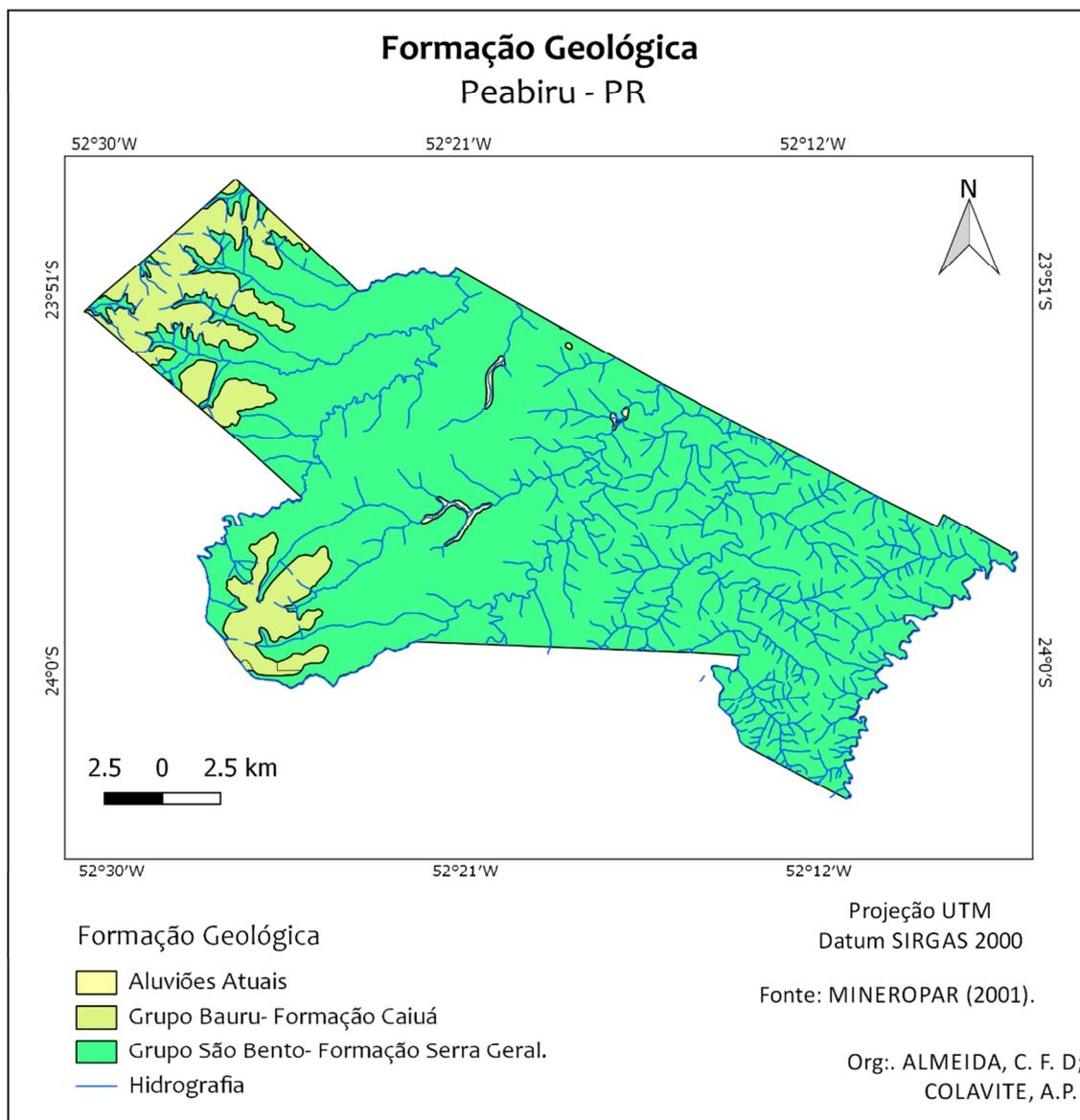


Figura 9 – Mapa das Formações Geológicas do município de Peabiru-PR

Da Formação Serra Geral, deriva a litologia composta por rochas ígneas extrusivas de composição predominantemente básica, oriundas de extensos derrames basálticos (MINEROPAR, 2001). Esta unidade litoestratigráfica é predominante no território do município, ocupando área de 419 Km².

Desta formação geológica, provem a exploração mineral, neste caso o concreto usinado e a brita. No município de Peabiru está presente a Pedreira Santa Helena, localizada há aproximadamente 2 Km da cidade (Figura 10). Os reflexos da atividade mineradora da paisagem são nítidos e é perceptível a magnitude dos impactos promovidos. Entretanto, é impossível imaginar a sociedade atual se desenvolvendo sem os recursos obtidos com este tipo de atividade.

De acordo com dados do Ipardes (2019), referente ao ano de 2018, houve arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) no valor de R\$25.528,81, dos quais R\$ 15.615,50 são destinados na distribuição dos recursos para o município, ainda de acordo com o Ipardes (2019) a empresa gera 18 empregos diretos.

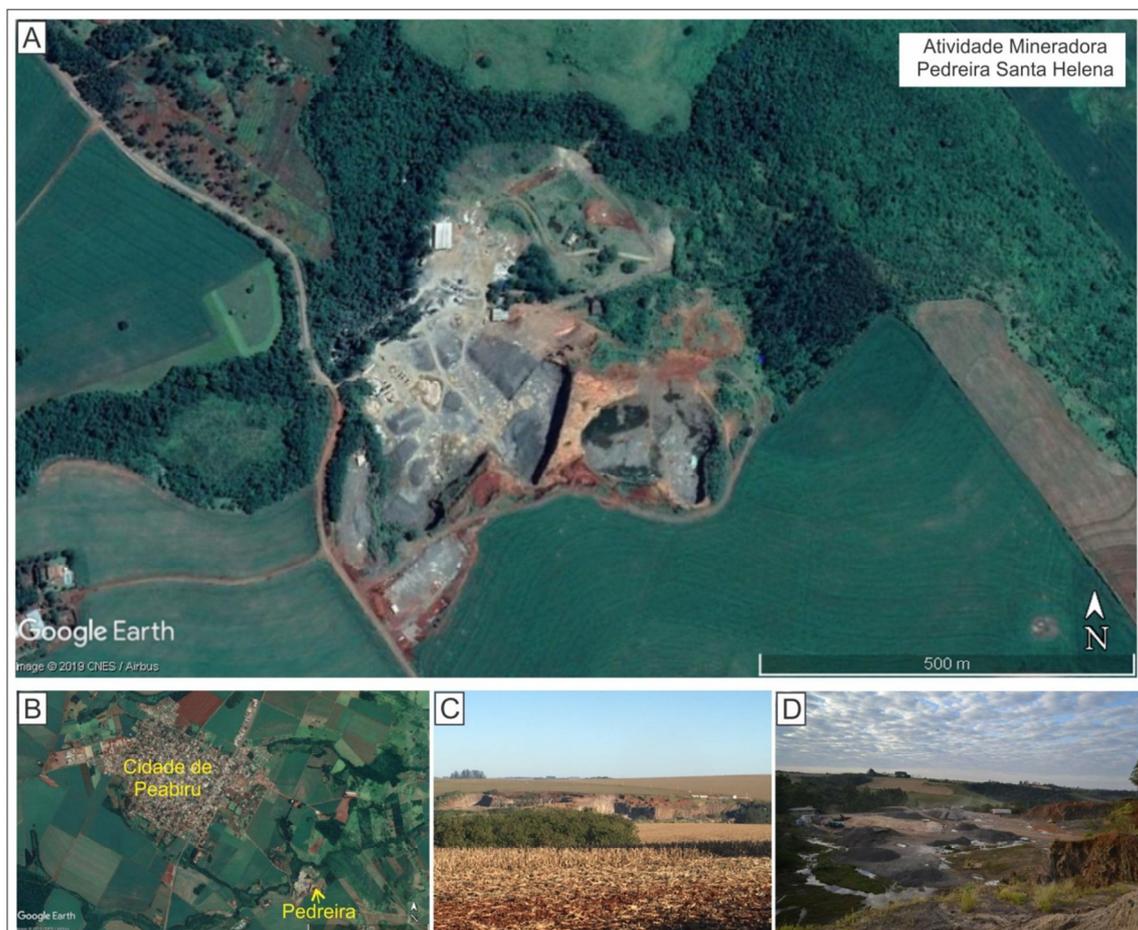


Figura 10 – Exploração econômica dos recursos minerais

Já a Formação Caiuá é constituída por depósitos sedimentares, representados por arenitos finos a médios, de coloração arroxeadada. Ocupa área aproximada de 49Km², situadas nas porções leste e sudeste do município, nas áreas mais altas das cabeceiras de drenagem. E, ainda fazem parte da paisagem municipal, pequenas áreas de aluviões atuais que ocupam aproximadamente 2 Km², acompanhando o curso do ribeirão da Lagoa, do rio do Campo e do Córrego do Agrião, depositando-se nas áreas mais planas.

A área de aluvião, formada no rio do Campo, apresenta marcas simétricas (na forma de linhas paralelas) que indicam ações antrópicas realizadas no passado, muito provavelmente associadas ao projeto Pro-Várzea da década de 1980. De acordo com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (2005),

Em 81, foi lançado o Pro-várzea, do Governo Federal, para aproveitamento dessas áreas visando o plantio de arroz irrigado. Houve liberação de financiamentos especiais e com subsídios significativos. No Paraná, em 87, aconteceu o lançamento do Proid (Programa de Irrigação e Drenagem), na prática o Pró-Varzea em âmbito estadual.

Destaca-se a contrariedade desta medida, tendo em vista que foi um projeto financiado pelo Governo (esfera nacional e estadual) para ocupação e exploração de uma área que segundo a legislação ambiental vigente na época deveria ser preservada. Ricci (2013) explica que a partir do Código Florestal de 1965 (Brasil, 1965) as várzeas foram consideradas como Áreas de Preservação Permanente, não podendo ser desenvolvidas atividades nestas, porém essa questão estava muito mais a cargo da interpretação da lei, do que da especificação direta dessas áreas no código. O autor destaca ainda que no Novo Código Florestal (Brasil, 2012) a definição de uso das áreas de várzea continua imprecisa e deixando dúvidas com relação a este quesito (RICCI, 20130).



Figura 11 – Marcas de antiga exploração econômica em área de aluviões atuais

Na análise da paisagem a geologia apresenta fundamental importância. Primeiramente por ser a base para a exploração econômica de inúmeras atividades, essenciais ao desenvolvimento das sociedades. E também nos aspectos da natureza, pois o substrato geológico dá suporte para a configuração morfoestrutural do relevo e a composição e resistência das rochas, em associação as condições intempéricas e climáticas constituem a base para a configuração morfoescultural de uma paisagem (MINEROPAR, 2006).

Assim como a geologia, o clima de uma região é fator preponderante para a sobrevivência e o desenvolvimento das sociedades, ora atua como fator limitante ao uso e a exploração econômica de uma região, ora pode ser vista como ideal para o seu progresso. De acordo com o Nitsche et al (2019, p.7): “O clima é considerado o fator de maior relevância para as atividades agropecuárias, sendo sua variabilidade o maior causador de sucesso ou fracasso das safras, na produção animal, nas oscilações dos preços do mercado e, conseqüentemente, das tomadas de decisões de toda a cadeia produtiva”.

O município de Peabiru situa-se a aproximadamente 50km ao sul do Trópico de Capricórnio e enquadra-se na classificação climática proposta por Köppen como Cfa, Clima subtropical húmido. De acordo com o Atlas Climático do Estado do Paraná (NITSCHKE et al, 2019), registra média anual de precipitação entre 1600 a 1800mm na parte leste do município e entre 1400 a 1600mm na parte oeste. O verão é a estação mais chuvosa marcando entre 500 e 600mm (com maior intensidade registrada no mês de janeiro), seguida pela primavera com

400 a 500mm, o outono registra entre 300 a 400 e o inverno é a estação mais seca com 200 a 300mm (agosto é o mês que registra os menores valores de precipitação).

A média anual de temperatura fica entre 21,1 a 22°C a sul e leste e 22,1 a 23°C a oeste e norte. No verão a média de temperatura registrada fica entre 24 e 26°C, a primavera apresenta média de temperatura entre 21 e 24°C, no outono entre 21 e 23°C e no inverno a média registrada situa-se entre 17 a 19°C. O mês de julho é o mais frio com a média das temperaturas mínimas registradas entre 12 e 14°C e o mês de janeiro o mais quente com a média das temperaturas máximas calculadas entre 30 e 32°C.

Na análise da paisagem, as formas do relevo assumem papel de suma importância, pois interagem diretamente com os demais aspectos físicos e influem na organização do espaço. O município de Peabiru localiza-se em uma área de transição planáltica entre o Planalto do Alto/Médio Píquiri (PAMP), o Planalto de Campo Mourão (PCM) e o Planalto de Umuarama (PUM), os quais são classificados pela Mineropar (2006) como subunidades morfoesculturais do relevo (Figura 12). Cada uma das subunidades apresenta características distintas, que implicam nas formas e nas dinâmicas da paisagem local, bem como na fragilidade ambiental do terreno e nos tipos de usos da terra.

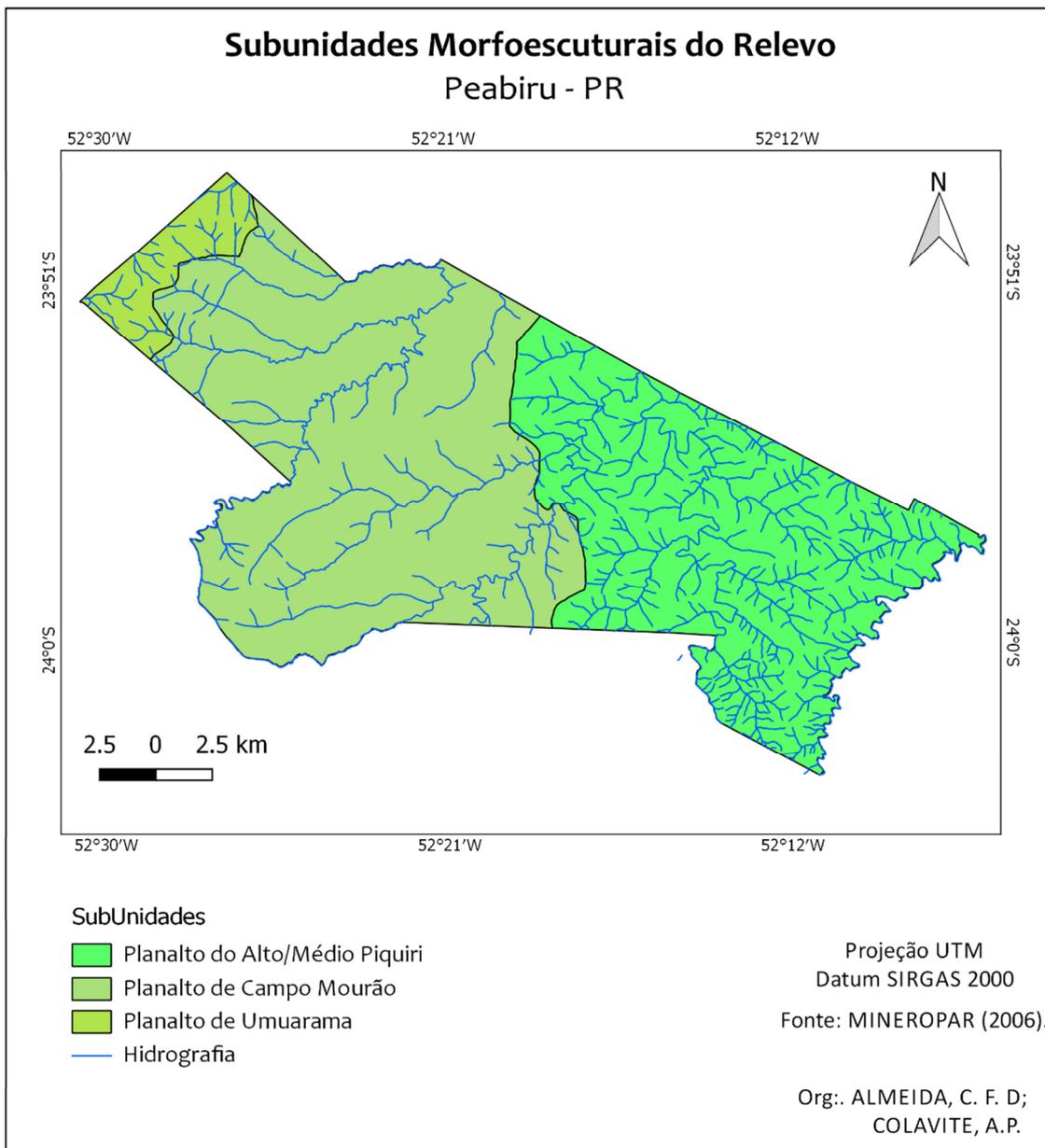


Figura 12 – Mapa das Subunidades Morfoesculturais do Relevo

Da área total do município, aproximadamente 54% do território (254 Km²) encontra-se assentado sobre o PCM, na porção centro oeste. Em termos gerais, a Mineropar (2006) descreve esta subunidade como de baixa dissecação, com declividade predominante entre 6 e 12%, no município as cotas de altitude variam entre 440 e 640 m.s.n.m.; como formas predominantes tem-se topos aplainados, vertentes retilíneas e côncavas na base e os vales em calha. Esta subunidade é a que apresenta os menores graus de fragilidade ambiental associados às formas do relevo e as maiores cotas de altitude.

Já o PAMP ocupa 41% do território (193Km²) na porção centro leste do município. Esta unidade é descrita pela Mineropar (2006) como de elevada amplitude altimétrica, no

município as cotas variam entre 320 e 560 m.s.n.m e dissecação média com declividade predominante entre 12 a 30%, já as formas predominantes constituem-se em topos alongados e isolados, com vertentes convexas e côncavo-convexas, os vales em 'U' aberto. Sobre os vales em U aberto, cabe ressaltar que o processo erosivo atuou intensamente na escavação dos vales que encontram-se no entorno dos canais principais de drenagem, entretanto são um pouco mais fechados nas cabeceiras de drenagem, nos canais de ordem inferior. Esta subunidade apresenta índices médios e altos de fragilidade ambiental, associados ao relevo, e merece cuidados e atenção especial no que tange as práticas conservacionistas.

Os 5% de área restantes (23Km²) assentam-se sobre o PUM, na borda oeste de Peabiru, com cotas que variam de 480 a 620 m.s.n.m. Em termos gerais, a Mineropar (2006) descreve esta subunidade como de média dissecação, com declividade predominante entre 6 e 12%, como formas predominantes tem-se topos alongados e aplainados, vertentes convexas e vales em V, modeladas em rochas do arenito Caiuá. Embora exista uma fragilidade ambiental mediana nesta subunidade, ela está muito mais associada ao tipo de solo do que às formas do relevo.

Com relação ao gradiente altimétrico, o município apresenta altitudes que variam de 320 a 640 m.s.n.m (Figura 12). As áreas mais altas no Planalto de Campo Mourão e Planalto de Umuarana e as altitudes mais baixas no Planalto do Alto/Médio Piquiri. Na Figura 13 observa-se ainda a rugosidade do terreno e na Figura 14 é apresentado o mapa de Declividade, cujas classes foram associadas com a fragilidade ambiental a partir da metodologia de Ross (2000) adaptada por Colavite (2013).

Em Peabiru predominam as baixas inclinações do terreno, notadamente declividades que variam entre 0 a 6%, distribuindo-se com maior expressividade nos interflúvios do PCM. Essa classe de declividade também está presente nos interflúvios do PUM e do PAMP, porém nestas subunidades os interflúvios não são tão extensos e largos como no PCM, por este motivo essa classe de declividade não se destaca da mesma forma. A fragilidade ambiental desta área é considerada baixíssima e o uso da terra mais recorrente é a agricultura mecanizada, com o plantio de culturas voltadas à exportação.

As áreas com declividade entre 6 e 12%, são as de maior recorrência no PUM, nas altas e médias vertentes, e no PAMP, nas altas e baixas vertentes. No PCM essa faixa de declividade predomina nas vertentes. Esses valores de declividade resultam em uma paisagem de baixa fragilidade ambiental e, assim como a faixa anteriormente descrita, nessas áreas o uso agrícola da terra é o mais expressivo com o plantio de culturas voltadas à exportação.

A terceira faixa de declividade, agrega os valores de 12 a 20%, sendo segunda classe de maior predomínio no PUMP, com distribuição por todas as vertentes. No PAMP aparece com menor expressividade na média vertente e no PUM é um pouco mais recorrente nas baixas vertentes. A fragilidade dessas áreas é considerada mediana e, portanto, o uso um pouco mais restrito e que exige algumas ações de conservação do solo.

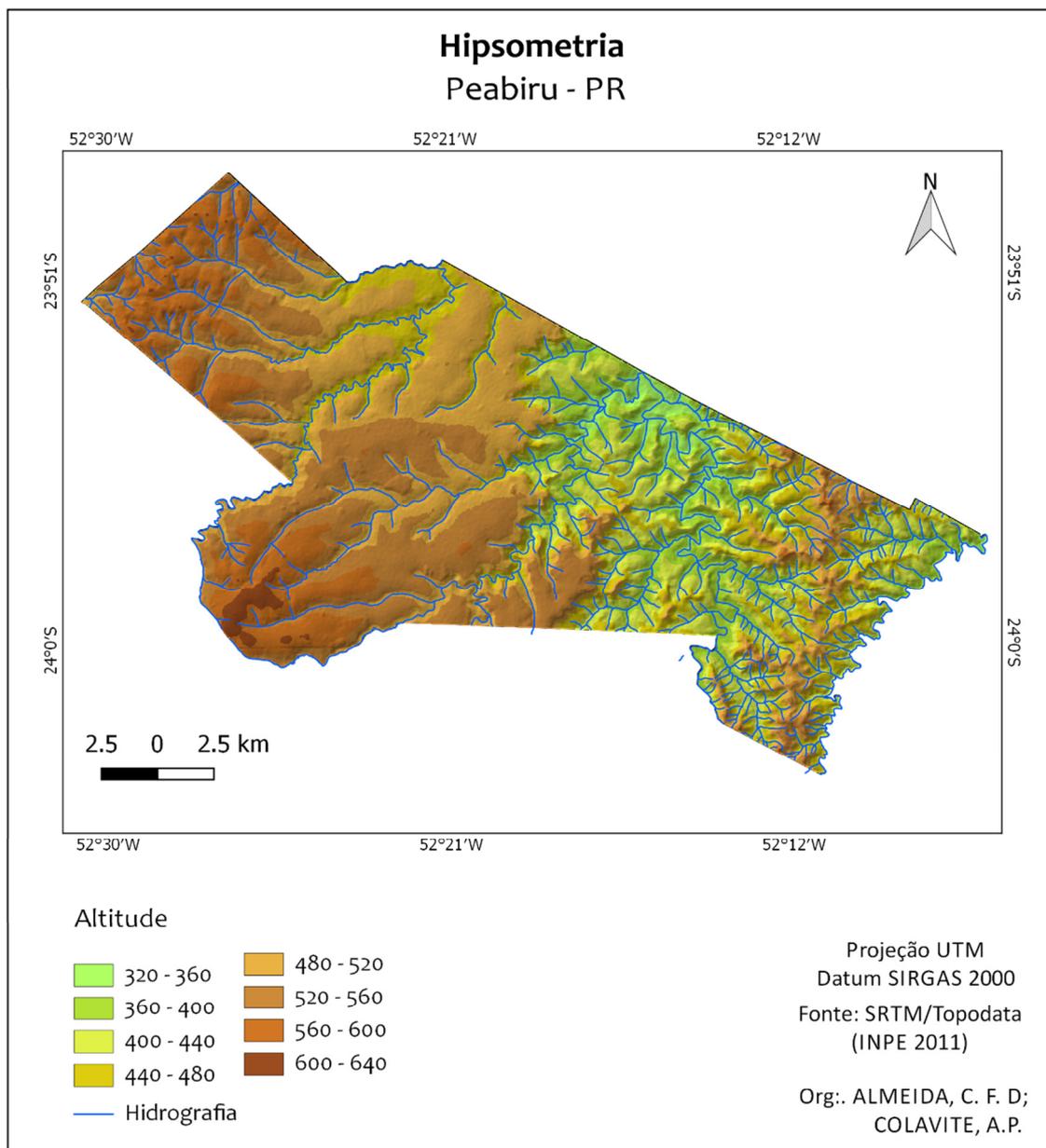


Figura 13 – Mapa Hipsométrico com a Textura Topográfica

As declividades situadas entre 20 e 30% são pouco recorrentes no PUM e no PCM, estando presentes com maior frequência no PAMP, localizadas principalmente nas altas vertentes, nas bordas dos interflúvios. Estas áreas inspiram cuidados especiais, pois

apresentam alta fragilidade ambiental. Associadas e entremeadas a estas áreas temos as classes de declividade de 30 a 50%, com altíssima fragilidade ambiental e as declividades superiores a 50%, as quais devem ser preservadas por efeito da lei, não sendo permitido o desenvolvimento de práticas agropecuárias, ou outra forma de exploração dos recursos. Estes valores mais acentuados de declividade não estão presentes no PUM e no PCM.

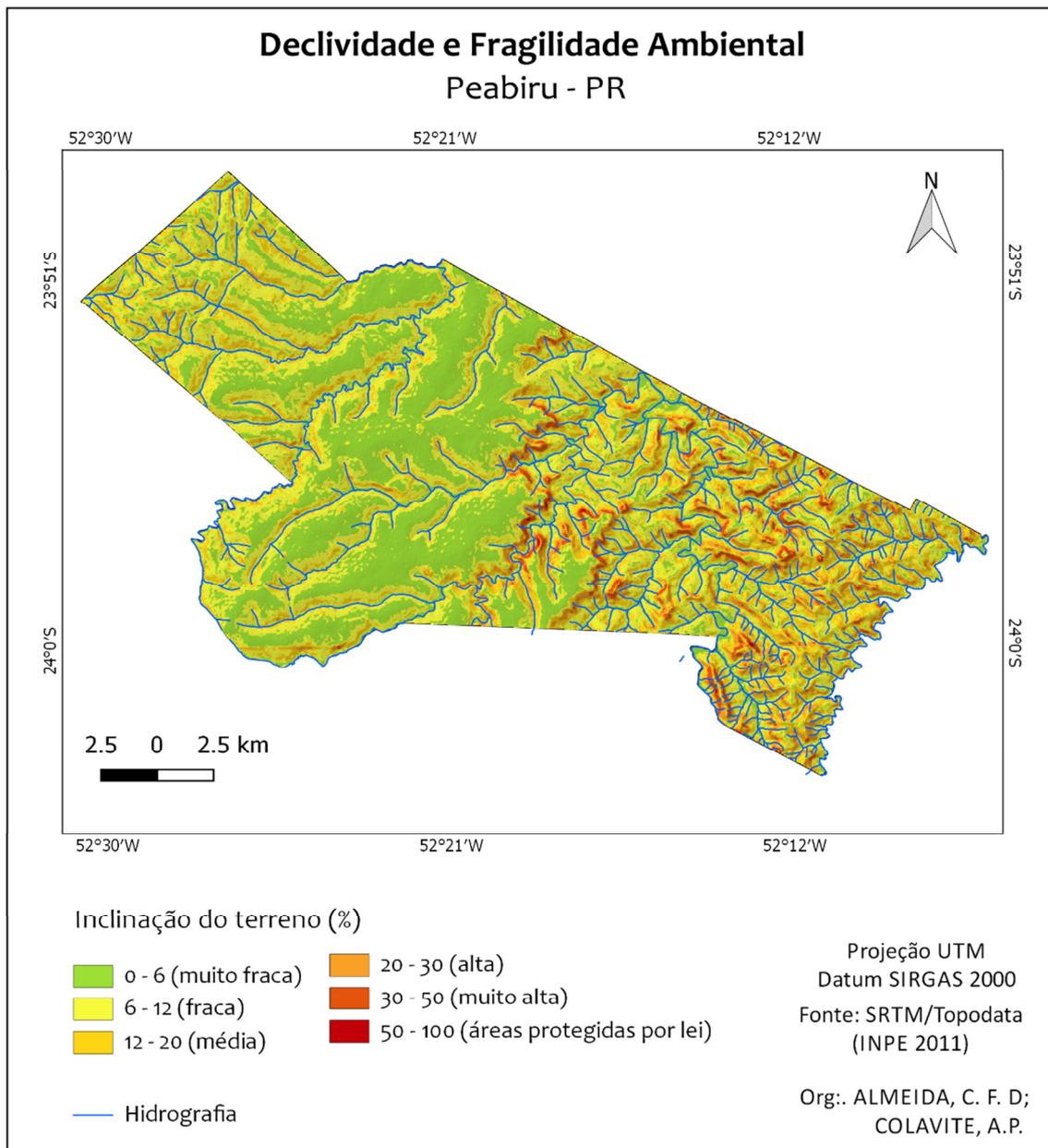


Figura 14 – Mapa da Declividade e Fragilidade Ambiental

Na paisagem do município são encontrados quatro tipos predominantes de solos, o Nitossolo Vermelho (154Km² – 33% do território municipal), o Latossolo vermelho (138Km² – 29% do território municipal), o Argissolo Vermelho (61Km² – 12% do território municipal)

e o Neossolo Regolítico (118Km² – 26% do território municipal). A distribuição espacial dos solos no município associa-se a base geológica e ao relevo (Figura 15).

O Latossolo vermelho localiza-se na porção central do município nos interflúvios dos rios do Campo e Claro e o Nitossolo vermelho predomina nas baixas vertentes no entorno desses mesmos rios. O Neossolo regolítico predomina no setor leste do município, onde o relevo é mais dissecado e o Argissolo vermelho está associado às áreas de Arenito Caiuá situadas no setor oeste do município.

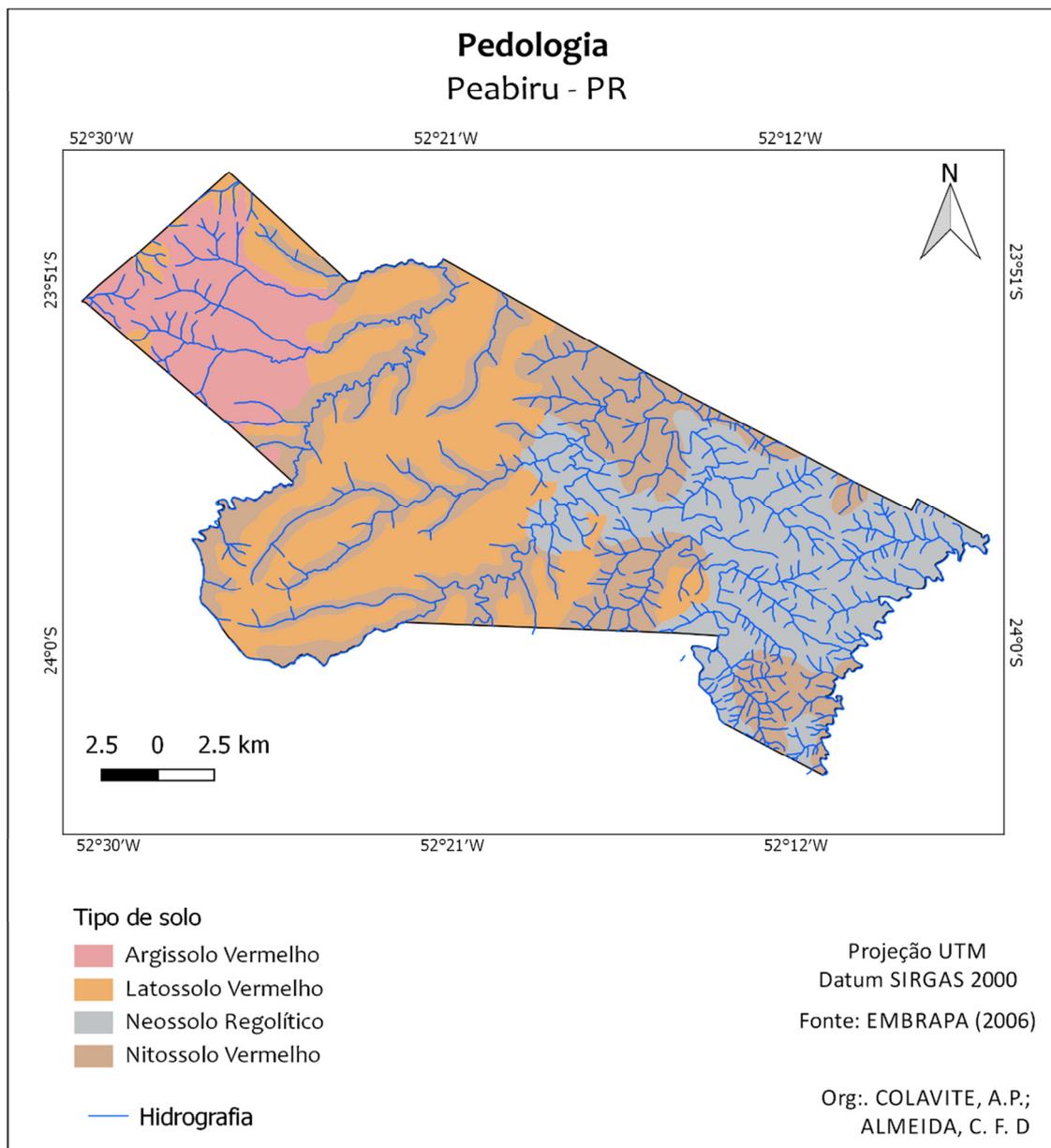


Figura 15 - Mapa de Solos de Peabiru

Os usos da paisagem

As características da paisagem de Peabiru resultam em um ambiente diverso e com características variadas, onde a antropização atingiu boa parcela do município (Figura 16). Os usos da terra predominantes são a agricultura e a pecuária. Com relação a agricultura mecanizada, esta predomina na maior parcela das propriedades rurais, na região central e a oeste, nas áreas de relevo menos dissecado, de Latossolo Vermelho, Nitossolo Vermelho e Argissolo Vermelho (Figura 16). Os tipos de cultivos mais frequentes são a soja e o milho, destinados à exportação, embora também estejam presentes plantações de trigo e aveia, cana, feijão e mandioca, porem com pouca expressividade no cenário geral.

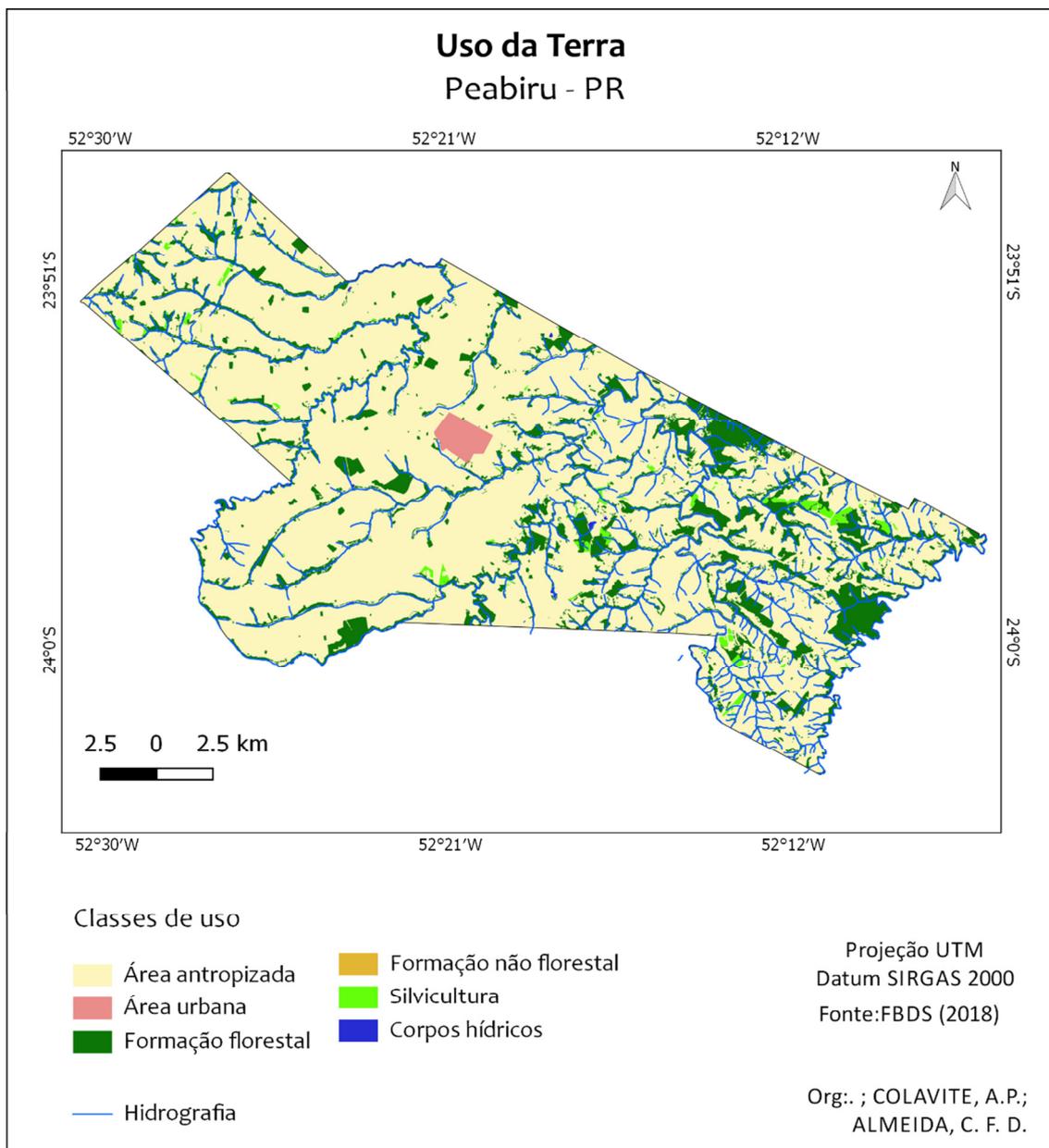


Figura 16 – Mapa do uso da terra na paisagem de Peabiru

A pecuária se desenvolve com maior intensidade no setor leste, nas áreas com relevo mais dissecado e composta por solos rasos (Neossolo regolítico), menos propícios a mecanização agrícola conformando uma paisagem com maiores graus de fragilidade ambiental (Figura 17). Nas áreas mais planas dos interflúvios e das baixas vertentes também são encontradas áreas de cultivos agrícolas, porém em pequenas parcelas de terra. Com relação à criação de animais, além do expressivo quantitativo do rebanho bovino, no município existem granjas de frango, rebanhos de suínos e está em estudo a implantação de viveiros de peixe.



Figura 17 – Os usos da terra na paisagem de Peabiru

As áreas de vegetação preservadas ou em regeneração encontram-se em pequenos fragmentos, especialmente associados às áreas de preservação permanente, notadamente nas Matas ciliares. Fragmentos um pouco maiores podem ser visualizados no setor leste, coincidindo com as áreas de relevo mais dissecado. As áreas de silvicultura (cultivo do eucalipto) estão dispersas pelo município em pequenas porções de terra.

Algumas diversificações, nos tipos de usos da terra, ainda podem ser observadas na paisagem: a) culturas temporárias diversas como amendoim, alho, tomate, melão e batata

doce; b) culturas permanentes diversas tais como maracujá, banana, uva, caqui, figo, laranja, tangerina e café (IBGE, 2017). Entretanto destaca-se que essas variedades são cultivadas em pequenas parcelas de terra.

Considerações

Conforme apresentado, neste texto, as correlações entre agricultura e paisagem estão fortemente presentes no município de Peabiru. Nestes, pode-se observar o alto índice de investimento de capital no campo e a adoção da agricultura mecanizada e de precisão, especialmente nos espaços onde a conformação do meio natural assim o propicia. A agricultura voltada à exportação, neste caso salientamos a soja e o milho, são os cultivos de maior destaque e predominância no cenário local. Ao observar a paisagem percebe-se que essas culturas estão presentes em quase todos os espaços onde é possível a mecanização.

Embora existam exemplos de diversificação nos tipos de usos da terra, observa-se que o dinamismo socioeconômico depende sobremaneira das atividades desenvolvidas no espaço rural, especialmente às oriundas do agronegócio, articuladas pelas grandes cooperativas agroindustriais.

É necessário que o poder público, em conjunto com a sociedade, desenvolvam alternativas de uso e exploração da paisagem, que aproveitem melhor o potencial local, criando condições para a melhoria da qualidade de vida da população e também ampliem a renda das famílias. Sem contudo, perder de vista a conservação e o correto manejo dos recursos naturais.

4 AVALIAÇÃO DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa⁵

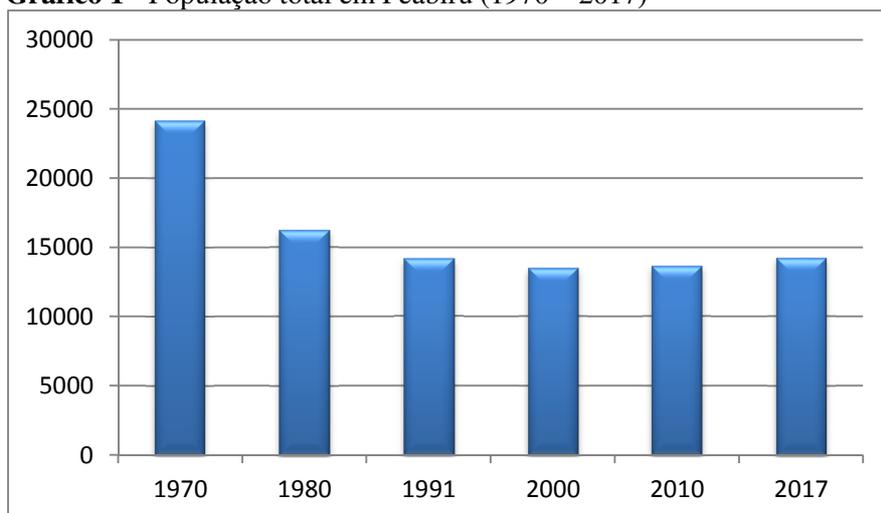
4.1 INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Os indicadores demográficos se constituem em uma importante ferramenta para o diagnóstico e a avaliação do desenvolvimento de um determinado município. De posse das informações demográficas, com relação a um respectivo período de tempo, é possível verificar as principais transformações ocorridas, bem como os avanços conquistados com as políticas públicas. Isto é possível porque os indicadores demográficos respondem bem as políticas públicas implantadas em âmbito local. Por exemplo, a mortalidade infantil reduz rápido quando são estabelecidas políticas de saúde pública que atendam adequadamente as gestantes e os recém-nascidos.

No quesito população total, o município de Peabiru passou por um período de redução de população entre as décadas de 1970 e 2000, obtendo ligeira recuperação a partir de 2010. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população absoluta contabilizada no ano de 1970, foi de 24.172 habitantes (Gráfico 1). No censo de 1980 foram verificados 16.231 habitantes, em 1991 atingiu o valor de 14.161 habitantes. Continuou em queda e no ano 2000 foram contados 13.487 habitantes. No censo de 2010 ocorreu um pequeno crescimento passando para 13.624 habitantes. A projeção elaborada pelo Iparde para 2017 foi de 14.198 habitantes e a do IBGE para 2018 de 13.985.

⁵ Docente vinculado ao Colegiado de Geografia da Unespar – Campus de Campo Mourão

Gráfico 1 - População total em Peabiru (1970 – 2017)



Fonte: IBGE censo (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010), Ipardes (2017)

A redução da população total e a transição da população do meio rural para o meio urbano (tabela 5) estão, inicialmente, relacionados com o processo de modernização da agricultura. A modernização ganhou força no Brasil a partir da década de 1960, e no Paraná a partir da década de 1970. Segundo Graziano da Silva (1982), a modernização da agricultura foi baseada na elevação da composição técnica no campo e na subordinação do setor agrícola aos interesses do capital industrial e financeiro. Conforme Hespanhol (1990), no Paraná a modernização das técnicas de produção agrícolas foi incorporada pelo binômio soja/trigo, uso de modernos equipamentos de infraestrutura, concentração fundiária e mudanças nas relações de trabalho. Moro (2001), por sua vez, verificou que a modernização é o resultado de uma política oficial de Estado, que já no final da década de 1960 desestimulou o cultivo do café e incentivou a plantação de oleaginosas com crédito rural subsidiado (privilegiando os médios e grandes proprietários em detrimento dos pequenos).

Tabela 5 – População rural e urbana em Peabiru (1970 – 2010)

População %	Pop. (1970)	Pop. (1980)	Pop. (1991)	Pop. (2000)	Pop. (2010)
População urbana	27,82	48,89	64,59	77,79	80,81
População rural	72,18	51,11	35,41	22,21	19,19

Fonte: IBGE censo (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

A modernização da agricultura favoreceu a concentração fundiária, visto que os agricultores mais capitalizados e com acesso ao crédito foram incorporando os pequenos. Tal processo retirou do campo muitos pequenos produtores familiares. Inúmeras pequenas

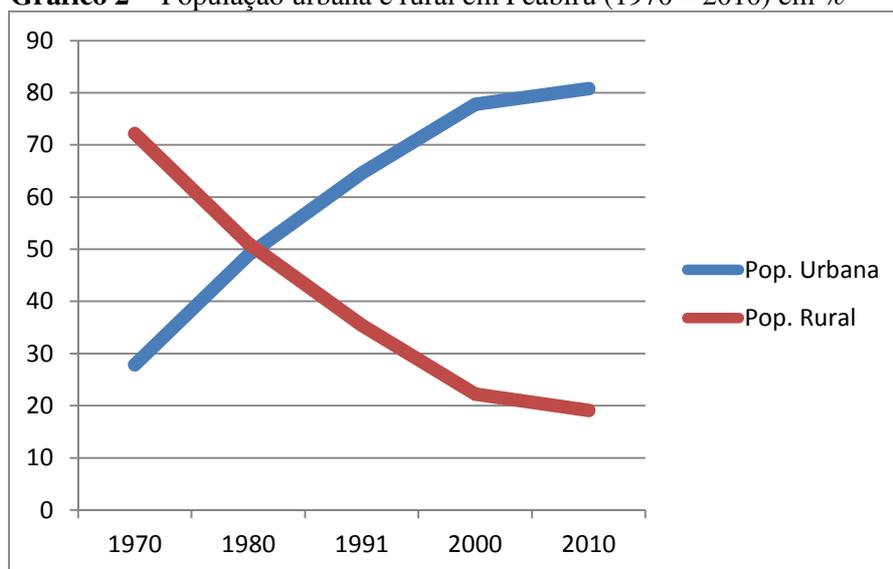
propriedades rurais foram anexadas às médias e grandes, que passaram a predominar em área na paisagem rural do Paraná e de Peabiru. As inovações técnicas também promoveram a substituição do trabalho braçal por máquinas, fato que estimulou ainda mais o êxodo rural. O uso de tratores, caminhões, máquinas semeadoras, colheitadeiras e insumos químicos reduziu significativamente a necessidade de trabalho humano na agricultura. Com isso, milhares de trabalhadores rurais perderam os seus empregos e foram forçados a deixar o campo.

De acordo com Endlich (2006), muitas das pessoas que viviam no campo tiveram que deixar para trás o que tinham construído. Assim, foram embora dos municípios com pequenas cidades, como é o caso de Peabiru, levando somente a esperança de conseguir vender o seu trabalho em outro lugar.

A nova dinâmica estabelecida na produção agrícola, a partir da década de 1970, intensificou a mobilidade da população do campo para as cidades e, posteriormente, das pequenas cidades do interior do Paraná para a capital Curitiba ou para os Estados de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia (COSTA, 2016).

Em Peabiru, mesmo com a redução da população total, a população urbana aumentou de 27,82% em 1970, para 80,81% em 2010, conforme demonstrado no gráfico 2. Ainda que atualmente exista o predomínio do urbano sobre o rural no município, não se pode negar a importância da agricultura para Peabiru, fato que será detalhado especificamente no tópico que trata dos indicadores econômicos.

Gráfico 2 - População urbana e rural em Peabiru (1970 – 2010) em %



Fonte: IBGE censo (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Com relação a estrutura etária da população, os dados disponíveis na tabela 6, indicam que no período entre 2000 e 2010 vem ocorrendo a redução de população jovem (com menos de 15 anos), a elevação dos adultos (entre 15 e 64 anos), assim como o aumento significativo da população idosa (com 65 anos ou mais). A redução da população jovem, que compõe a base da pirâmide etária é o resultado da queda na taxa de natalidade.

A redução do número de filhos por casal foi incentivada no Brasil desde a década de 1970, estimulando-se o modelo de família nuclear (no qual o número de filhos deveria ser de no máximo dois). Em Peabiru a população com menos de 15 anos passou de 29,44% para 22,53% e a taxa de fecundidade total, conforme a tabela 6, passou no mesmo período de 2,5 para 1,8 filhos. Por sua vez, a população entre 15 e 64 anos cresceu de 64,02% para 68,45% no período avaliado. Assim, a razão de dependência (que é o percentual da população com menos de 15 anos e mais de 65 anos, em relação aos que possuem entre 15 a 64 anos) caiu de 56,19% em 2000, para 46,10% em 2010.

Tabela 6 – Estrutura etária da população em Peabiru

Estrutura etária	Pop. (2000)	% Pop. (2000)	Pop. (2010)	% Pop. (2010)
Menos de 15 anos	3.970	29,44	3.070	22,53
15 a 64 anos	8.635	64,02	9.325	68,45
Pop. De 65 anos ou mais	882	6,54	1.229	9,02
Razão de dependência		56,19		46,10
Taxa de envelhecimento		6,54		9,02
Taxa de fecundidade	2,5		1,8	

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil

Muitos demógrafos consideram este momento, marcado pelo predomínio de população entre 15 a 64 anos, como uma **janela de oportunidades ou um bônus demográfico**, visto que o município dispõe, em maior quantidade, de força de trabalho em idade disponível para ser aproveitado economicamente, o que pode contribuir para alavancar o desenvolvimento local.

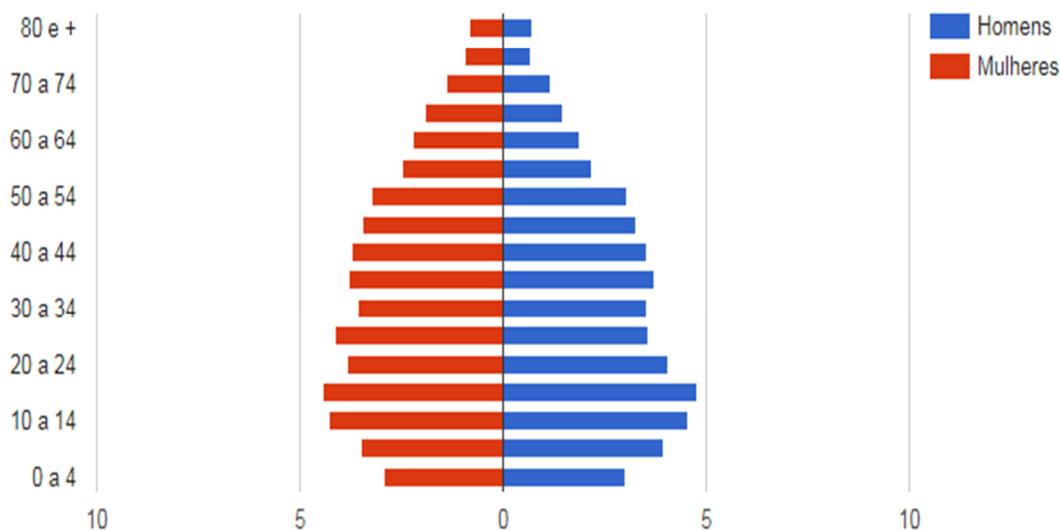
Uma maneira de medir a extensão temporal da Janela de Oportunidade demográfica é comparar o percentual da População em Idade Ativa (PIA) com a Razão de Dependência (RD), conforme propôs Alves (2008). Neste caso, o começo e o fim do período do Bônus seria definido da seguinte

forma: a) o Bônus começa quando a percentagem da população de 15-64 (PIA) é igual ou maior que a percentagem da Razão de Dependência (RD); b) o Bônus termina quando a percentagem da população de 15-64 (PIA) é igual ou menor do que a percentagem da Razão de Dependência (RD). (ALVES, 2008, p. 07).

Para o aproveitamento adequado da janela de oportunidades é fundamental o investimento em educação e qualificação profissional. Caso contrario, as ações capazes de promover o desenvolvimento serão significativamente limitadas.

A população idosa vem crescendo em Peabiru e passou de 6,54% em 2000, para 9,02% em 2010. Esse fenômeno está alargando lentamente o cume da pirâmide etária (gráfico 3). A elevação no percentual de população com mais de 64 anos tem como explicação o aumento na média dos anos de vida das pessoas, em virtude das melhorias na saúde e nas condições de trabalho. Em Peabiru a esperança de vida ao nascer passou de 69,5 anos em 2000, para 74,6 anos em 2010. Frente ao exposto, é importante ressaltar a necessidade do estabelecimento de políticas públicas direcionadas para atender os idosos, visto que a projeção indica o contínuo crescimento da população nessa faixa etária.

Gráfico 3 - Pirâmide etária do município de Peabiru (2010)

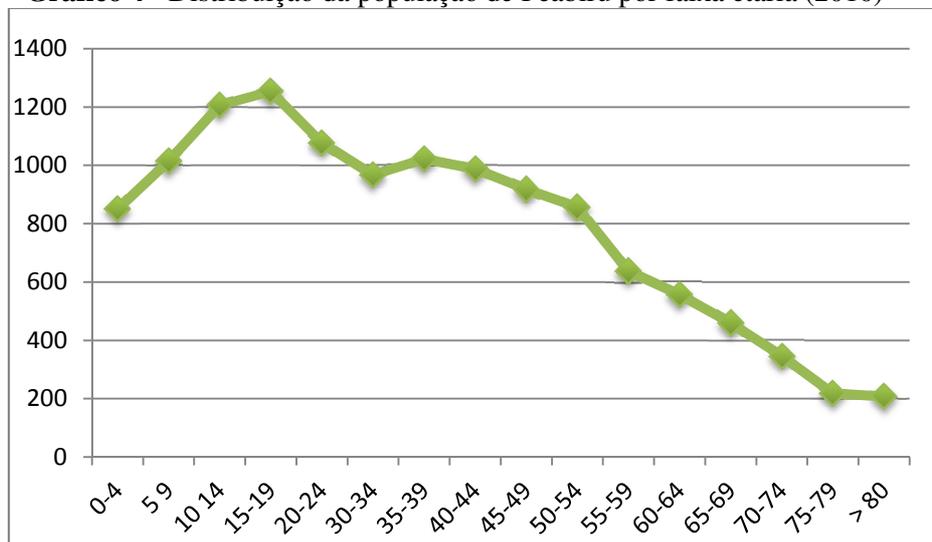


Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil

O gráfico 4 indica que predomina em Peabiru a população na faixa etária entre 15-19 anos com 1.254 habitantes, seguida pela faixa entre 10-14 anos com 1.206 habitantes e entre 20-24 anos com 1.077 habitantes. Os dados reforçam que os investimentos em educação e qualificação profissional são fundamentais para atender a população de jovens (até 14 anos) e

adultos jovens (entre 15 e 24 anos) e aproveitar a janela de oportunidades que se abre para o município.

Gráfico 4 - Distribuição da população de Peabiru por faixa etária (2010)



Fonte: IBGE Cidades

Com relação a taxa de mortalidade infantil, segundo Damiani (2004), é um dos indicadores mais sensíveis aos dramas sociais vividos pela população. As metas dos Objetivos do Milênio, promovidos pela Organização das Nações Unidas – ONU, são reduzir no mundo as taxas de mortalidade infantil para 17,9 óbitos por mil nascidos vivos. De acordo com a Unicef Brasil (2018), para a redução da mortalidade na infância é necessário prover serviços de saúde eficientes e intervenções nutricionais, melhorar as práticas familiares de cuidado, aumentar o acesso à água potável e ao saneamento e responder rapidamente às emergências. O município de Peabiru conseguiu reduzir a mortalidade infantil, que em 2017 se encontra dentro dos limites estabelecidos pela ONU, assim como a mortalidade até cinco anos de idade, como demonstra a tabela 7.

Tabela 7 – Longevidade, mortalidade e fecundidade em Peabiru

	(2000)	(2010)	(2017/2018)
Esperança de vida ao nascer	69,5	74,6	-
Mortalidade infantil	28,2	13,3	17,9 (2017)
Mortalidade até 5 anos de idade	32,8	15,5	6,62 (2018)
Taxa de fecundidade total	2,5	1,8	-

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil para 2000 e 2010, Ipardes para 2017 e 2018

A análise dos indicadores demográficos no município de Peabiru indica que o esvaziamento da população foi parcialmente contido, porém o ritmo do crescimento ainda é considerado lento, pois a taxa de crescimento geométrico em 2010 foi de apenas 0,10%, inferior à média paranaense que foi de 0,89% (IPARDES, 2018). O predomínio da população jovem na faixa etária entre 15 a 24 anos abre uma janela de oportunidades, que se aproveitada adequadamente pode contribuir para o desenvolvimento local. A redução da mortalidade na infância foi uma grande conquista para o município. Um dos maiores desafios para a próxima década será lidar com o crescimento da população acima dos 65 anos, o que exige planejamento desde agora.

4.2 INDICADORES SOCIAIS

Um dos instrumentos mais utilizados internacionalmente para avaliar o desenvolvimento social de um país, de uma Unidade da Federação ou de um município é o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O IDH considera em sua análise três dimensões: renda, educação e saúde. O índice foi criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e contou com a participação do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia do ano de 1998.

Segundo a ONU (2017): “o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento”. Os resultados do IDH, depois de elaborados os cálculos, variam de 0 até 1. Os valores mais próximos de 1 indicam melhor desenvolvimento humano.

Para avaliar o desenvolvimento dos municípios foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. Atualmente são adotadas cinco faixas para o índice: muito alto (0,800 – 1,000), alto (0,700 – 0,799), médio (0,600 – 0,699), baixo (0,500 – 0,599) e muito baixo (0,000 – 0,499).

No município de Peabiru o IDMH aumentou de 0,616 no ano 2000, para 0,723 no ano de 2010, passando da faixa de médio desenvolvimento para a faixa de alto desenvolvimento humano (tabela 8). Mesmo com os avanços constatados no período, o índice ainda está abaixo do valor médio obtido pelo Estado do Paraná, que foi de 0,749 para o ano 2010.

Tabela 8 - IDHM em Peabiru (2000 – 2010)

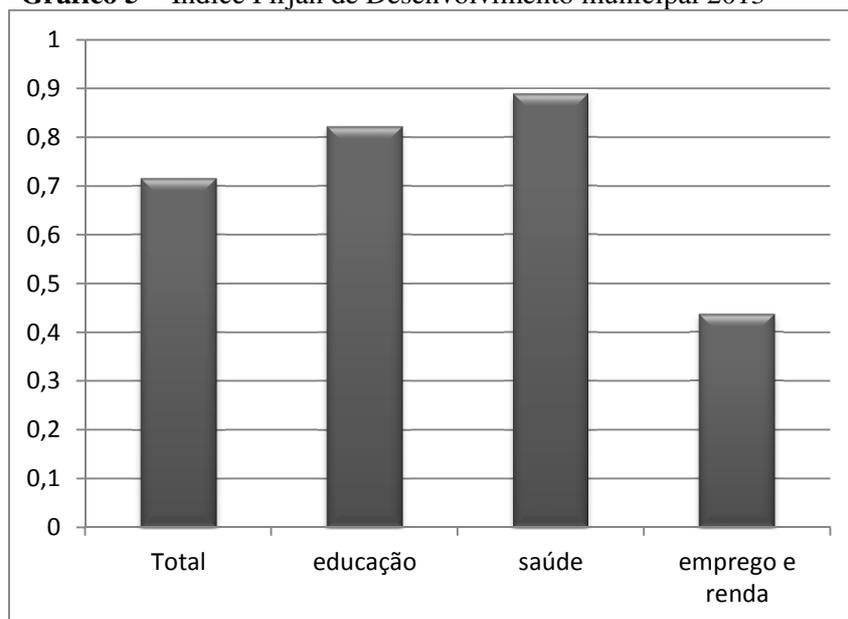
IDHM	2000	2010
IDHM Total	0,616	0,723
IDHM Educação	0,504	0,629
IDHM Longevidade	0,741	0,826
IDHM Renda	0,626	0,727

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Analisando separadamente as três dimensões do índice, o maior destaque em 2010 foi para a longevidade com valor de 0,826. A renda obteve o valor de 0,723 e a educação ficou com o menor valor atingindo 0,629 (considerado como de médio desenvolvimento). Os dados indicam que a educação, mesmo avançando no período retratado, ainda não se encontra no mesmo patamar das demais dimensões.

Por sua vez, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM (gráfico 5), para o ano de 2013 verificou que a educação se encontra no patamar de alto desenvolvimento 0,8218 juntamente com a saúde 0,8888. O maior problema encontrado, de acordo com esse indicador, foi no emprego e na renda cujo valor obtido foi de apenas 0,4368 e classificado como desenvolvimento regular. O IFDM consolidado foi de 0,7158 e considerado como de desenvolvimento moderado. Peabiru ocupa a posição de 204º no ranking paranaense e 1709º no ranking nacional.

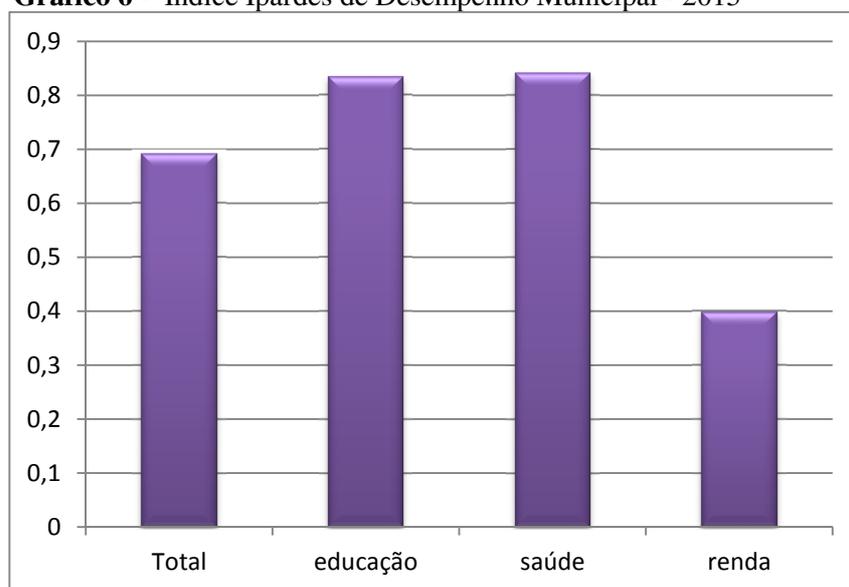
Gráfico 5 - Índice Firjan de Desenvolvimento municipal 2013



Fonte: Firjan (2015)

Outro indicador social importante para mensurar o desenvolvimento é o Índice Iparades de Desempenho Municipal – IPDM, que também leva em consideração três aspectos (educação, saúde e renda). No município de Peabiru, para o ano de 2015, o valor total obtido foi de 0,6913. A educação obteve 0,8337, a saúde 0,8418 e a renda 0,3984. A renda apareceu novamente como uma das principais fragilidades. Tanto o IFDM com o IPDM indicam melhorias significativas na saúde e na educação, porém maior limitação na geração de emprego e renda. Os dados do IPDM podem ser visualizados no gráfico 6.

Gráfico 6 - Índice Iparades de Desempenho Municipal - 2015



Fonte: Iparades (2015)

Os três indicadores utilizados (IDH-M, IFDM e IPDM) indicaram que os maiores avanços verificados em Peabiru estão relacionados à saúde. A redução da mortalidade infantil e a elevação da esperança de vida ao nascer foram conquistas importantes e frutos das políticas públicas colocadas em prática nas últimas décadas. A educação vem avançando, mais ainda apresenta problemas, especialmente ligados ao ensino médio, como demonstraremos logo a seguir. No entanto, os dados com relação a geração de emprego e renda, como evidenciaram o IFDM e o IPDM estão em um patamar bem inferior e limitam o desenvolvimento.

Uma renda baixa estimula a migração para outras cidades em busca de condições de trabalho melhores. Nesse quesito, no dizer de Damiani (2004), a migração na maioria das vezes envolve uma população expropriada e empobrecida. A renda baixa também inviabiliza a dinâmica da economia local, pois o salário obtido pela maioria da população é insuficiente para promover o crescimento do consumo interno. A estagnação do consumo acaba

estagnando os pequenos e médios comércios locais, que não possuem condições de contratar novos empregados ou elevar os salários dos já empregados. Na prática temos um ciclo vicioso de estagnação que atua como um limitador para o desenvolvimento local.

Para aprofundar na temática educação alocamos os valores de matrículas de alunos na creche, na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação especial, na educação de jovens e adultos e a taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais na tabela 9. Entre os problemas relacionados com a educação podemos indicar: 1) a redução de número de alunos no ensino médio em relação aos concluintes no ensino fundamental e 2) a taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais ainda se mantem em um patamar elevado, bem acima da média paranaense que é de 6,28%.

Tabela 9 – Matrículas e taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais em Peabiru

Educação	data	valores
Matrículas na creche (alunos)	2018	308
Matrículas na Pré-escola (alunos)	2018	338
Matrículas no Ensino Fundamental (alunos)	2018	1.504
Matrículas no Ensino Médio (alunos)	2018	434
Matrículas Educação Especial (alunos)	2018	120
Matrículas Educação de Jovens e Adultos (EJA)	2018	195
Taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais %	2010	10,42

Fonte: Iparades (2018)

Não há dúvidas com relação à importância da educação de qualidade para o desenvolvimento. Porém, a realidade revela que, no geral, Peabiru ainda se encontra em um patamar abaixo do necessário. Além do mais:

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 10,64 anos para 9,69 anos, no município, enquanto na UF passou de 10,11 anos para 10,43 anos. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL).

A queda no indicador Expectativa de Anos de Estudo de 10,64 para 9,69 revelou que uma parcela da população jovem não terminará o ensino médio, cuja soma mínima é de 12 anos de estudo. Avaliando os dados de 2010, sobre a escolaridade da população com 25 anos ou mais, temos os seguintes resultados: 13% são analfabetos; 44% possuem o ensino fundamental incompleto; 13,6% o fundamental completo e médio incompleto; 21,4% o médio completo e o superior incompleto e apenas 8,1% o superior completo (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL). Em Peabiru, quando agrupamos as três primeiras faixas verificamos que 70,6% da população com mais de 25 anos não tem o ensino médio completo. Isso é um grande problema, visto que a educação tem um papel importante para a realização do desenvolvimento. Além do mais, a grande porcentagem de população que não possui o ensino médio completo inviabiliza o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica, pois para aproveitá-la é necessário melhorar a qualificação profissional. No dizer de Haddad (2009):

Pessoas qualificadas são indispensáveis para descobrir novos conhecimentos, inventar novos produtos e novos processos tecnológicos, operar e manter equipamentos mais complexos, usar eficientemente novos produtos e novos processos etc. O capital humano e as habilidades de um país ou região determinam o seu crescimento econômico no longo prazo e suas chances de transformar este crescimento em processos de desenvolvimento (HADDAD, 2009, p. 139).

Outra questão levantada no presente diagnóstico, que também indica problemas mais intensos no ensino médio, foi à taxa de distorção idade série. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP:

Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 8 anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada série. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. (INEP, 2018).

No município de Peabiru, nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de distorção foi de apenas 5,4% das crianças com idade acima da desejada. No entanto, quando avaliamos os anos finais do ensino fundamental os valores sobem para 17,9%, e no ensino médio atingem o elevado valor 25,3% dos estudantes com distorção de idade. Os dados estão alocados na tabela 10.

Tabela 10 - Taxa de distorção idade série nos ensino fundamental e médio em Peabiru - 2018

Tipo de Ensino	Taxa (%)
Fundamental	11,1
• Anos iniciais (1ª a 4ª série e/ou 1º a 5º ano)	5,4
• Anos finais (5ª a 8ª série e/ou 6º a 9º ano)	17,9
Médio	25,3

Fonte: MEC/INEP - IPARDES (2018)

O número de reprovações dos alunos que frequentam o ensino médio em Peabiru também preocupa. O valor, para o ano de 2018, foi de 14,1%. Quando somamos os valores de reprovação com os de abandono obtemos 15,8% de acordo com a tabela 11.

Tabela 11 - Taxa de rendimento educacional no ensinos fundamental e médio – 2018

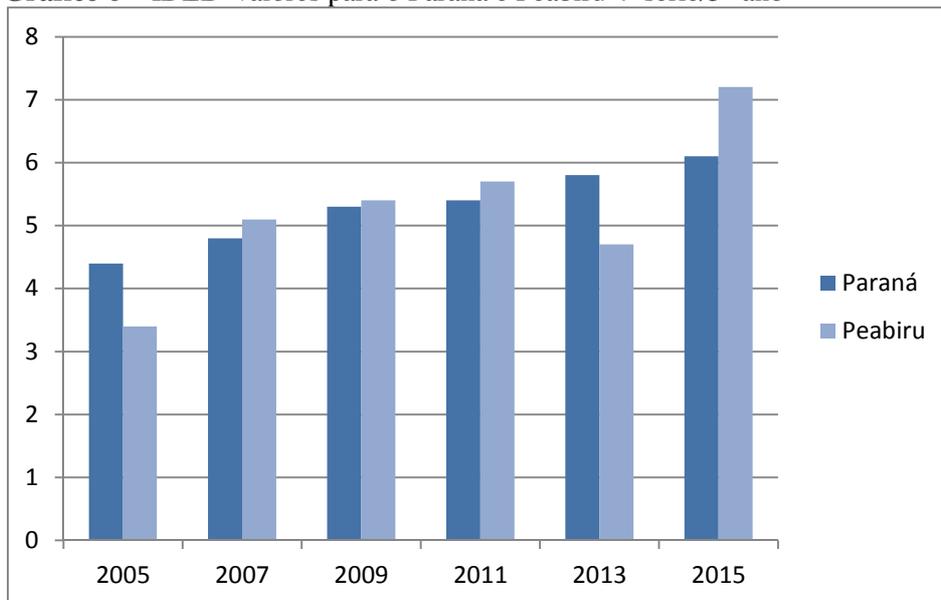
Tipo de Ensino	Aprovação %	Reprovação %	Abandono %
Fundamental	92,6	7,2	0,2
• Anos iniciais (1ª a 4ª série e/ou 1º a 5º ano)	96,0	4,0	-
• Anos finais (5ª a 8ª série e/ou 6º a 9º ano)	88,5	10,9	0,6
Médio	84,2	14,1	1,7

Fonte: MEC/INEP - IPARDES (2019)

Os maiores avanços na educação em Peabiru foram verificados no primeiro ciclo do ensino fundamental que corresponde, atualmente, do primeiro ao quinto ano. Os dados produzidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para a 4ª série/5º ano atingiram o valor de 7,2 em 2015 e também de 7,2 em 2017, acima da meta projetada para o município de Peabiru, que foi de 4,8 para 2015 e 5,1 para 2017. Os valores estão disponíveis no gráfico 6.

Os dados evidenciam que os investimentos públicos no primeiro ciclo do ensino fundamental obtiveram resultados satisfatórios. Assim, é necessário continuar com as políticas públicas para a educação, especialmente as direcionadas para a formação continuada dos professores, capacitação dos servidores, aumento dos salários dos professores e servidores, melhorias na infraestrutura das escolas, redução do número de alunos por turma e o envolvimento das famílias com a escola.

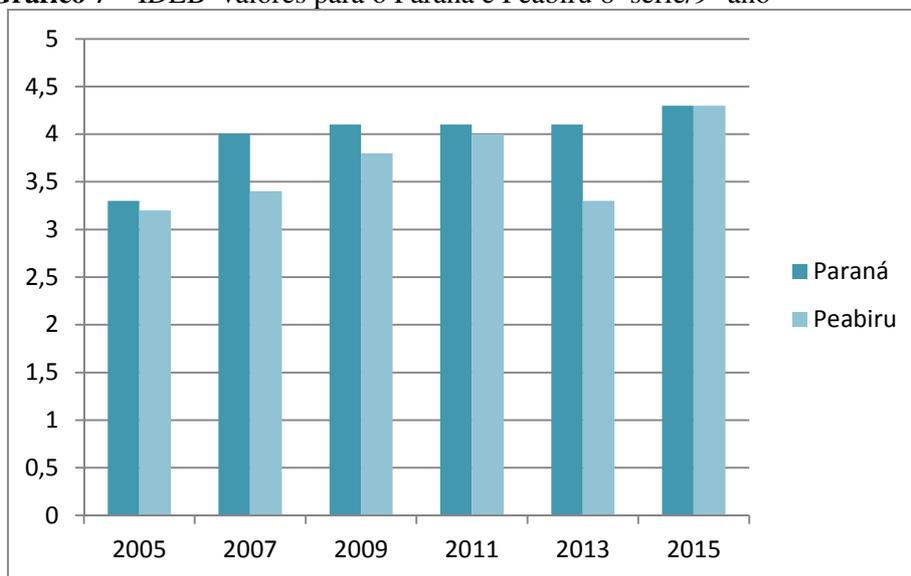
Gráfico 6 – IDEB valores para o Paraná e Peabiru 4ª série/5º ano



Fonte: IDEB

Em relação ao segundo ciclo do ensino fundamental os valores do IDEB para Peabiru 8ª série/9º ano não avançaram nas mesmas proporções do que no primeiro ciclo. No ano de 2015 o valor obtido foi de 4,3 e no ano de 2017 de 3,7. A meta projetada para 2017 era de 4,7 e não foi atingida.

Gráfico 7 – IDEB valores para o Paraná e Peabiru 8ª série/9º ano



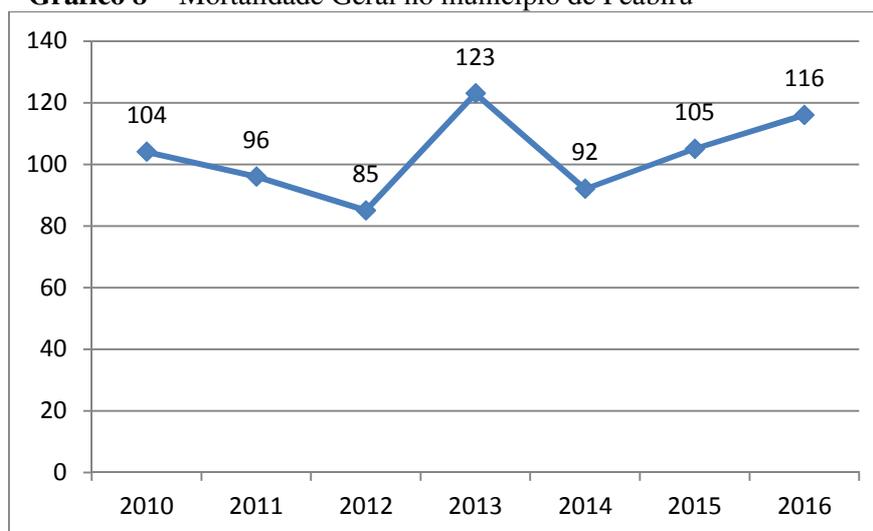
Fonte: IDEB (2018)

De acordo com Souza et. al. (2012) pensar nas melhorias na Educação Básica significa pensar não somente nas competências e habilidades, mas também em que cidadãos estão sendo formados e que tipo de sociedade desejamos para o futuro, visto que a educação é

fundamental para o desenvolvimento social e econômico. Posto isso, entendemos que seja necessário que o município de Peabiru intensifique os seus esforços para melhorar a Educação Básica.

A saúde é outro tema que merece especial atenção. Para a efetivação do desenvolvimento local é preciso que as condições de vida da população melhorem e isso inclui a saúde. Nesse aspecto, reduzir a mortalidade deve ser uma das metas. O gráfico 8 apresenta os valores de mortalidade geral para o município no período entre 2010 e 2016.

Gráfico 8 - Mortalidade Geral no município de Peabiru



Fonte: DATASUS

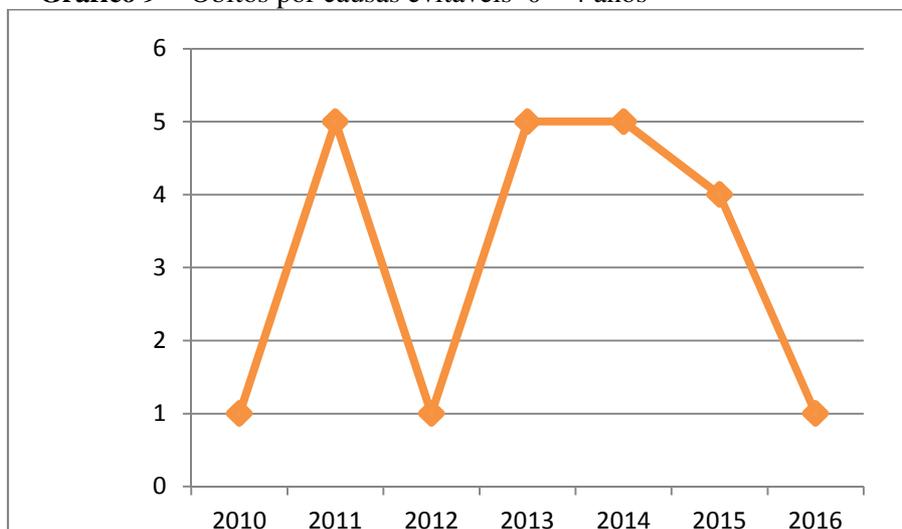
A média para o referido período retratado no gráfico foi de 103 óbitos. Para o ano de 2018, os óbitos gerais totalizaram o número de 93, conforme dados disponibilizados pelo IPARDES (2019). Os tipos de doenças dos óbitos foram: do aparelho circulatório 21,5%; neoplasias (tumores) 21,5%; do aparelho respiratório 11,8%; do aparelho digestivo 11,8%; causas externas de morbidade e mortalidade 10,8%; endócrinas, nutricionais e metabólicas 9,7; do sistema nervoso 4,3%; do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo 3,2%; do aparelho geniturinário 2,2%; infecciosas e parasitárias 2,2%; gravidez parto e puerpério 1,1%.

As doenças do aparelho circulatório foram as responsáveis pelo maior número de óbitos, juntamente com a neoplasia. Entre as principais doenças ligadas ao aparelho circulatório, conforme o CID 10 estão: febre reumática aguda; doenças reumáticas crônicas do coração; doenças hipertensivas; doenças isquêmicas do coração; doenças cardíaca pulmonar e da circulação pulmonar; doenças das artérias, das arteríolas e dos capilares; doenças das veias, entre outras.

Os gráficos 9 e 10 apresentam dados com relação ao número de óbitos por causas evitáveis de 0 a 4 anos e de 5 a 74 anos. Os óbitos evitáveis na faixa etária entre 0 a 4 anos

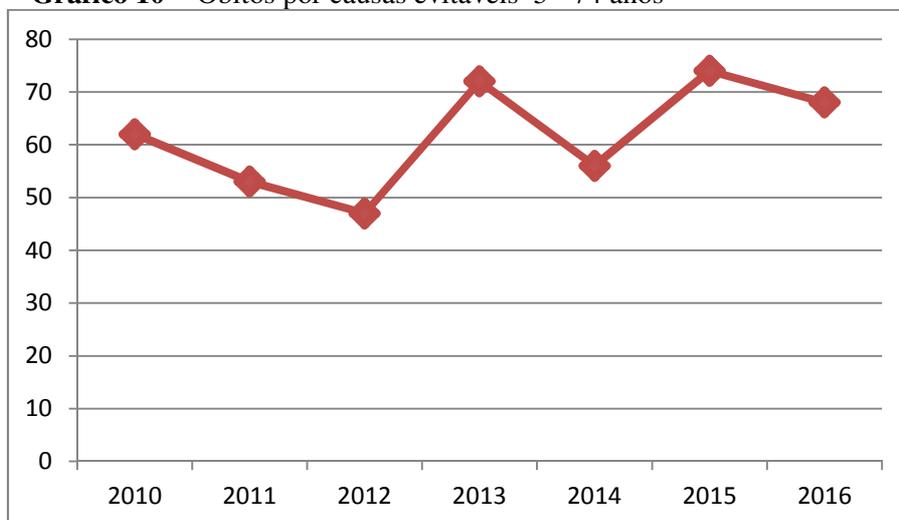
obtiveram um valor médio de 3,14 óbitos para o período entre 2010 e 2016, sendo os melhores resultados atingidos nos anos de 2010, 2012 e 2016.

Gráfico 9 - Óbitos por causas evitáveis 0 – 4 anos



Fonte: DATASUS (2018)

Gráfico 10 - Óbitos por causas evitáveis 5 - 74 anos



Fonte: DATASUS (2018)

Para a redução no número de óbitos são necessárias ações preventivas e melhorias no atendimento médico. Entre as medidas preventivas destacamos campanhas incentivando a promoção de alimentação adequada e saudável, incentivo a prática de atividade física regular, medidas antitabagistas, prevenção e redução do uso de bebidas alcoólicas entre outras.

Além das medidas preventivas, que são fundamentais para combater tanto a mortalidade infantil como a geral, também se faz necessário avançar no atendimento médico

especializado no próprio município de Peabiru. O número de estabelecimentos de saúde está disponível na tabela 12.

Tabela 12 - Número de estabelecimentos de saúde segundo o tipo de estabelecimento - 2017

Tipo de estabelecimento	Número
Centro de saúde/Unidade básica de saúde	3
Clínica especializada/ Ambulatório especializado	1
Consultórios	7
Posto de saúde	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	3
Outros tipos	1
TOTAL	16

Fonte: IPARDES (2018)

Pesquisa realizada por Ferreira e Costa (2013) verificou que 50% das pessoas entrevistadas avaliaram o atendimento médico na cidade de Peabiru como regular, 35% avaliaram como ruim e apenas 15% como bom. As principais dificuldades relatadas pela população foram: falta de médicos especialistas 35,71%; falta de aparelhos/equipamentos 28,57%; inexistência de um hospital com leitos para internação 21,42%; atendimento inadequado 9,52%; demora no atendimento 7,14%; e poucas ambulâncias para o deslocamento de pacientes para outras cidades 2,38%. O município de Peabiru não possui um Hospital Geral, o que agrava a situação.

As melhorias na saúde também passam pelo saneamento básico. De acordo com a Lei nº 11.445 de 05/01/2007, o saneamento básico envolve abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente. Conforme informações disponibilizadas no *site* Trata Brasil:

Ter saneamento básico é um fator essencial para um país poder ser chamado de país desenvolvido. Os serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vidas das pessoas, sobretudo na Saúde Infantil com redução da mortalidade infantil, melhorias na Educação, na expansão do Turismo, na valorização dos Imóveis, na Renda do trabalhador, na Despoluição dos rios e Preservação dos recursos hídricos, etc. (TRATA BRASIL, 2018, s.p.)

Com relação aos domicílios com saneamento em Peabiru, a tabela 13 mostra que de um total de 4.587 domicílios, segundo o censo demográfico de 2010, possuem água

canalizada 94,6%; possuem banheiro ou sanitário 94,8%; são atendidos por coleta de lixo 80,4%; possuem esgotamento sanitário adequado 25%; e energia elétrica 94,6%.

Tabela 13 - Percentual de domicílios com saneamento e energia elétrica

Saneamento e energia elétrica	Domicílios %
Água canalizada	94,6
Com banheiro ou sanitário	94,8
Destino de lixo (coletado)	80,4
Esgotamento sanitário adequado	25
Energia elétrica	94,6

Fonte: IBGE (2010), IPARDES (2018).

Os maiores problemas em Peabiru estão no reduzido número de domicílios com esgotamento sanitário adequado e na dificuldade de atender um maior número de domicílios com coleta de lixo. Ampliar o esgotamento sanitário e a coleta de lixo são ações necessárias para o combate a doenças e para melhorar a qualidade de vida da população. Dentro do exposto no Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB (2008):

A universalização do Saneamento Básico – em abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais – deve garantir, independente de classe social e capacidade de pagamento, qualidade, integralidade e continuidade e inclusão social e, ainda, contribuir para a superação das diferentes formas de desigualdades sociais e regionais, em especial as desigualdades de gênero e étnico-raciais. (PLANSAB, 2008, p. 6).

Consta no PLANSAB (2008, p. 12), com base na Constituição Federal, que: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos”. Além do mais: “A presença de patologias tais como cólera, febre tifóide, leptospirose, malária e dengue, além da desnutrição infantil, está vinculada às condições do ambiente, à deficiência no acesso ao Saneamento Básico, às condições dos recursos hídricos e da habitação, de higiene e extrema pobreza”. Portanto, é evidente que a necessidade de ampliar o esgotamento sanitário e a coleta de lixo no município de Peabiru é uma questão de saúde pública.

5 AVALIAÇÃO DE INDICADORES ECONOMICOS

Prof. Dr. Paulo Roberto Santana Borges⁶

Millene Maysa Soares⁷

5.1 A ECONOMIA

Considerando a relevância da análise econômica municipal, essa parte do diagnóstico econômico do município de Peabiru tem o objetivo de mostrar as principais variáveis que se localizam nas informações macroeconômicas que mostram os resultados que medem o crescimento econômico e que servem de subsídios para a aproximação do desenvolvimento econômico e social de um país, de Estado e dos Municípios.

As variáveis utilizadas nessa parte do PDM estão relacionadas ao Produto Interno Bruto – PIB, Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB), Valor Adicionado Fiscal (VAF), Estabelecimentos Econômicos e Empregos. Para tanto, como metodologia serão utilizados os últimos três anos disponibilizados pelos Institutos e Órgãos Públicos, ou seja, as variáveis do PIB e do VABPB o período utilizado será 2014 a 2016 e para o VAF, estabelecimentos das atividades econômicas e Empregos o período foi 2015 a 2017.

A atualização dos dados econômicos por meio de índices possibilita uma análise real dos dados pesquisados e para que isso aconteça os valores financeiros serão deflacionados para corrigir os números do PIB, do VABPB e do VAF. Para os cálculos das variações serão considerados, implicitamente, o ano imediatamente anterior ao ano inicial das análises.

Produto Interno Bruto

Principal indicador da atividade econômica, o PIB - Produto Interno Bruto - exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, de um Estado e de um Município em um determinado período de tempo, independentemente da nacionalidade e ou região das unidades produtoras. As informações do Produto Interno Bruto dos Municípios são de importância crucial para o desenvolvimento sustentável, involuntariamente das condições econômicas ou políticas, e pode servir como uma ferramenta potencialmente

⁶ Docente vinculado ao Colegiado de Ciências Econômicas da Unespar – *campus* de Campo Mourão.

⁷ Economista

relevante na formação das opções de promover o desenvolvimento socioeconômico. Os resultados são apresentados pelo IBGE, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente aos anos de 2013 a 2016.

A Tabela 14 ilustra o desempenho da economia do município de Peabiru durante o período de 2014 a 2016, resultado do esforço produtivo dos grupos de atividade econômica.

Tabela 14 – Peabiru: Produto Interno Bruto de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2016 e a Variação Real em percentual, período 2014-2016.

Ano	PIB de mercado (R\$ 1,00)		PIB Per Capita (R\$ 1,00)	
	Valor Deflacionado	Variação Real (%)	Valor Deflacionado	Variação Real (%)
2014	299.633.542,58	-2,82%	21.226,70	-3,02%
2015	298.021.127,60	-0,54%	21.070,87	-0,73%
2016	307.770.000,00	3,27%	21.718,00	3,07%
Média	301.808.223,39	-0,03%	21.338,52	-0,23%

Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018).

Considerando os resultados do PIB de mercado referente aos períodos 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016, a economia do município de Peabiru teve crescimento médio real de -0,03%. As razões principais desse resultado não satisfatório são justificadas pelo decréscimo, principalmente, na agricultura e indústria. O setor de comércio de serviços, apesar de que algumas quedas pontuais foram identificadas em algumas atividades, tais como administração pública e comércio/serviços que apresentaram taxas negativas no ano de 2015 e 2016, respectivamente, de acordo com Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos. Denota-se que a economia do município suportou os problemas políticos e econômicos brasileiros iniciados no período 2013-2014.

O indicador médio de crescimento do PIB municipal é relevante na conjuntura econômica do país devido às dificuldades dos setores com as questões políticas e econômicas nacionais que ficou fragilizada com perdas, devido à redução de 2,17% de crescimento da economia brasileira, enquanto que o Estado do Paraná a queda foi de 2,40% do PIB em igual período de tempo.

Em relação ao decréscimo do PIB de mercado no município de Peabiru, detectou quedas significativas de 2,82% e 0,54% nos períodos 2013-2014 e 2014-2015, porém, com aumento substancialmente de 3,27% no período 2015-2016 devido aos impactos macroeconômicos com a economia em baixa e a política brasileira tumultuada.

O cenário econômico pós-período 2013-2014 se caracterizou, inicialmente, com o resultado negativo e em seguida evoluiu progressivamente, fechando o período com aumento.

Esses resultados apontaram, em análise com a média, decréscimo de 0,03. Destaca-se, que durante os períodos 2013-2014 e 2015-2016 não houve crescimento médio real do PIB, assim foi pautado por perdas econômica e financeira quando comparado com a movimentação do IPCA que mede a inflação⁸ brasileira, que em média atingiu 7,79% em igual período.

Assim, o crescimento do PIB municipal, não superou o PIB nacional, portanto traz preocupações para a economia referentes aos próximos anos que dependem do comportamento político econômico brasileiro, por isso, algumas ações para retomadas do crescimento, como incentivos aos setores econômicos, devem ser feitas como forma de recuperar os prejuízos que refletem diretamente nas condicionantes para o desenvolvimento local.

Considerando os resultados do PIB Per Capita referente aos períodos 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016, apontou crescimento médio de -0,23%, devido aos índices negativos nos níveis de crescimentos nos períodos de 2013-2014 e 2014-2015 que foram de 3,02% e 0,73%, respectivamente, e com crescimento de 3,07% no período 2015-2016.

Em relação ao PIB Per Capita médio, o Estado Paraná apontou queda de 2,21%, enquanto no Brasil houve decréscimo de 3,02%, indicando que no município de Peabiru houve decréscimo de 0,23% não superou as duas esferas institucionais hierarquicamente acima, de acordo com valores reais durante o período 2014-2016. Dessa forma, identifica-se uma significativa desvantagem comparativa no desempenho desse município em relação à economia nacional e estadual em relação ao PIB Per Capita.

Sintetizando, o crescimento econômico acumulado do município de Peabiru entre 2014 e 2016, apontou aumento de 2,72% no PIB Preços de Mercado⁹, considerando os valores reais de R\$299.633.542,58 e R\$307.770.000,00; enquanto o crescimento acumulado do PIB Per Capita foi de 2,31%, em função do crescimento real de R\$21.226,70 para R\$21.718,00. A média real do PIB Per Capita é de R\$21.338,52 e a média do PIB a preços de mercado é R\$ 301.808.223,39 durante o período em análise (Tabela 14).

Sob a ótica dos crescimentos acumulados entre 2014 e 2016, a economia de Peabiru apresentou desempenhos inferiores da economia nacional e estadual. Em relação à análise média do período, a instabilidade mais latente se encontra no período 2013-2014 em que não houve crescimento no PIB de mercado, apresentando aqui de 2,82% e queda de 3,02 no PIB Per Capita, sendo que ambos os casos esses percentuais destoam do comportamento ocorrido

⁸ De acordo com o IBGE a inflação brasileira de 2014; 2015 e 2016 foram de: 6,41%; 10,67; 6,29%, respectivamente.

⁹ Inclui os impostos sobre os produtos.

nos períodos anteriores desse estudo. Assim, fica a preocupação e o desafio para que o município volte a restabelecer os níveis de crescimento obtidos nos períodos 2014-2015 e 2015-2016.

De qualquer forma, sugere-se uma condição de alerta, assim como, os cuidados que os municípios devem ter com as questões socioeconômicas e a gestão pública municipal, que exige acompanhamento permanente sobre os acontecimentos nacionais e internacionais que influenciam diretamente no processo de desenvolvimento local.

Valor Adicionado Bruto a preços básicos

No contexto estadual, segundo o IBGE (2018), considerando os valores do VABPB total do ano de 2016, o município de Peabiru está na 86ª colocação entre os 399 municípios.

Na distribuição do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB) deflacionados por ramo de atividade no período de 2014 a 2016, o município de Peabiru mostra que segue o perfil nacional em que o setor de serviços é o mais significativo (Tabela 15).

Tabela 15 – Peabiru: Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2016, período 2014-2016 (R\$ 1,00)

Ramo de Atividade	2014		2015		2016	
	Valor Deflacionado	Partic. %	Valor Deflacionado	Partic. %	Valor Deflacionado	Partic. %
Agropecuária	92.645.335,55	33,03	90.451.248,60	32,62	99.138.000,00	34,49
Indústria	14.333.775,30	5,11	14.267.864,60	5,15	12.727.000,00	4,43
Serviços ¹⁰	114.973.813,76	40,99	115.339.810,20	41,6	116.186.000,00	40,42
Adm Publica	58.549.546,52	20,87	57.214.275,60	20,63	59.394.000,00	20,66
Total	280.502.471,13	100	277.273.199,00	100	287.445.000,00	100

Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018).

O município de Peabiru tem sua base econômica assentada na prestação de serviços, representando a maior formação de volumes financeiros para a economia local quando se trata do esforço produtivo por meio do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos; contribuindo, assim, com todos os setores e se constitui como a principal alternativa para aquecer a economia do município na criação de emprego e renda.

Em relação à participação e desempenho dos setores econômicos do município de Peabiru, pela ordem segue:

O setor serviços corresponde em média 41,00% de participação em relação ao total do VABPB do município durante o período de 2014 a 2016. O setor de serviços obteve

¹⁰ O Setor de serviços é composto pelos serviços, comércio e administração pública.

desempenho econômico com a média de -0,02% referente à dinâmica de crescimento nos anos de 2015 e 2016, ou seja, de 0,32% no ano de 2015 e 0,73% no ano de 2016, com decréscimo de -1,10% em 2014.

O setor da agropecuária corresponde em média 33,38% de participação em relação ao total do VABPB do município durante o período 2014-2016, que o coloca na segunda posição no *ranking* de participação dos setores produtivos de Peabiru. A agropecuária apresentou acréscimo médio real de -1,08%, com base nos três anos analisados. Assim, o crescimento no período 2015-2016 apontou 9,60%, já nos períodos de 2013-2014 e 2014-2015 mostrando declínio, sendo apresentando decréscimo de 10,48% em 2014 e 2,37% no ano de 2015.

A agropecuária é uma atividade importante, mas pelas características econômicas do município possui a representatividade da maioria dos municípios paranaenses, haja vista, que o Grau de Urbanização é equivalente a 99,49% em função da relevância do setor de serviços. O setor agropecuário, embora não apresente grandes resultados financeiros, essa atividade caracteriza-se, normalmente, como força de agregação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município, portanto, poderá oportunizar a criação de políticas públicas que possam elevar a participar da agropecuária na totalização do VAF e do VABPB (Tabela 16).

O setor de indústria corresponde 4,90% de participação média do total do valor adicionado bruto a preços básicos durante o período de 2014 a 2016. Quanto ao desempenho apresentou crescimento médio de -2,12%. Esse decréscimo é resultado, principalmente, das variações negativas dos anos de 2015 e 2016 que foram responsáveis pelas quedas de 0,46% e 10,80%, respectivamente, e o crescimento de 4,91% em 2014 considerando o ano imediatamente anterior.

Ressalte-se que, a política industrial tem a função de promover o desenvolvimento industrial dos municípios, por isso, acredita-se que os investimentos municipais para o setor industrial são importantes, juntamente com o setor de serviços para a busca do crescimento e quiçá do desenvolvimento econômico e social.

Após a exposição da dinâmica de cada área, entendeu-se que, setorialmente, retrata-se uma estagnação da participação do setor de serviços nos anos de 2014 e 2016 ficando com níveis de 40,00% que foram inferiores ao ano de 2015 que atingiu a 41,60%, significando uma relativa estabilidade e acomodação do setor no quesito da participação, que em média, durante o período 2014-2016 atingiu 41,00% do VABPB total.

Caso o município tenha pretensões em melhorar a distribuição e equacionar as riquezas do município, recomenda-se investimentos mais elevados no setor agropecuário através de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., com a finalidade de fortalecer o agronegócio

do município, assim como buscar alternativas para aprimorar o desempenho do setor da indústria e, enfim manter os níveis avançados do setor de serviços.

Em relação ao VABPB, a administração pública, que faz parte do setor de serviços, tem relevante participação de 20,72%, enquanto que o comércio e os serviços participam com 41,0%. Essas duas variáveis praticamente sustentam o processo econômico de Peabiru.

Em função das análises do VABPB que representa o esforço produtivo do município, constatou-se um avanço médio de -0,22% no período 2014-2016 que não foi positivo devido aos declínios de 3,18% e 1,15% ocorridos em 2014 e 2015, respectivamente, haja vista o avanço de 3,67% no ano de 2016. A média do período não foi significativa quando comparados com os dados macroeconômicos brasileiros, como PIB e inflação.

Concluindo esta parte da análise, o desempenho extremamente ruim do ponto de vista econômico em 2017, que compromete o comportamento dos anos posteriores, exigindo mais concentração e uma gestão mais severa para propiciar de retornar aos indicadores de 2015 e 2016. Assim, os resultados sugerem níveis de investimentos mais elevados nos setores econômicos por meio de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., com a finalidade de incrementar o processo produção e serviços estabelecidos que favoreçam a agregação de valor na produção, buscando com isso o equilíbrio na distribuição mais equitativa das riquezas do município.

Valor Adicionado Fiscal (VAF)

O Valor Adicionado¹¹ Fiscal - VAF é um indicador calculado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná que indica a participação municipal no repasse do ICMS e do IPI, entre outros aos municípios. A Tabela 16 mostra o VAF do município de Peabiru.

Nessa análise foi considerado o valor total e os índices de participação com a finalidade de identificar o comportamento dos setores produtivos do município nesse conjunto de informações econômicas e que se constitui numa referência de arrecadação para os municípios que se beneficiam dos resultados das atividades econômicas residentes em Peabiru.

¹¹ *Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas. Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (Montoro Filho, 1994, p. 27).*

Tabela 16 – Peabiru: Valor Adicionado Fiscal com valores deflacionado a preços constantes de 2017 com valores deflacionados, período 2015-2017 (R\$ 1,00)

Ramo de Atividade	2015		2016		2017	
	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%
Produção Primária	175.203.634,37	67,69	155.718.399,26	66,27	163.193.642,00	70,81
Indústria	17.849.179,43	6,9	16.529.610,81	7,03	16.078.609,00	6,98
Comércio e Serviços	64.932.742,52	25,09	54.086.065,21	23,02	50.079.704,00	21,73
Recursos/Autos ¹²	830.886,20	0,32	8.632.797,87	3,67	1.124.109,00	0,49
Total	258.816.442,52	100	234.966.873,15	100	230.476.064,00	100

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA (2018).

O Valor Adicionado Fiscal médio do município de Peabiru, ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017 alcançou o valor de R\$241.419.793,22. Durante os anos analisados o crescimento médio foi de -2,95%, considerando as quedas de 9,21% no ano de 2016 e 1,91% no ano de 2017 e crescimento de 2,27% no ano de 2015. As quedas de 9,21% em 2016 e de 1,91% em 2017 inibiram a trajetória de crescimento do VAF em um primeiro momento, com isso, influenciou diretamente nos resultados que compõem os fatores do crescimento econômico do município naquele ano.

O setor da produção primária, que ocupa a primeira posição no ranking do VAF, teve o maior valor médio entre os anos 2015 e 2017 na ordem de R\$164.705.225,21 que correspondeu a 68,26% de participação em média da totalização do VAF. O setor da produção primária em média teve decréscimo de -7,53%% em igual período. Esse resultado adveio das seguintes variações: -1,21%; -11,12% e 4,80% referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017 pela ordem.

Esses dados ratificam as análises proferidas sobre VABPB em que o setor da agropecuária é uma atividade fundamental para a economia do município, cujo ramo de atividade é bem diversificado.

O setor de comércio/serviços apresentou a segunda colocação no contexto do VAF de Peabiru, atingindo a média de R\$56.366.170,58 correspondendo, em média, a 23,28% de participação. O setor comércio e serviços apontou decréscimo médio 12,77% no período 2015-2017, devido à influência direta dos resultados negativos de 16,70% e de 7,41% referente aos períodos 2015- 2016 e 2016-2017 que não foi compensado com elevação no ano de 2015 com 11,46%. O setor de comércio e serviços ao longo do período se consolidou em valores atualizados, mesmo assim, por precaução, deverá receber atenção especial das

¹² Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência (SEFA, 2018)

Instituições, como associação comercial, SEBRAE, SENAC e da própria prefeitura com a participação efetiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O setor das indústrias apresentou o menor valor no contexto do VAF de Peabiru, em função das suas características econômicas direcionadas para o setor de comércio e serviços, apresentou em média um aumento de -5,48% no seu crescimento se transformando no setor de menor contribuição para a economia do município, inclusive em valores financeiros e índices de crescimentos. Segundo os dados a indústria assume a menor fonte de recursos, com a média de R\$16.819.133,08 correspondendo a 6,97% de participação da totalidade média do VAF.

O gráfico 11 mostra o comportamento do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB) e o Valor Adicionado Fiscal (VAF) em que aponta desempenhos diferentes. Metodologicamente foram utilizados valores referentes a 2015-2016 para compor a mesma base de dados dessas duas variáveis.

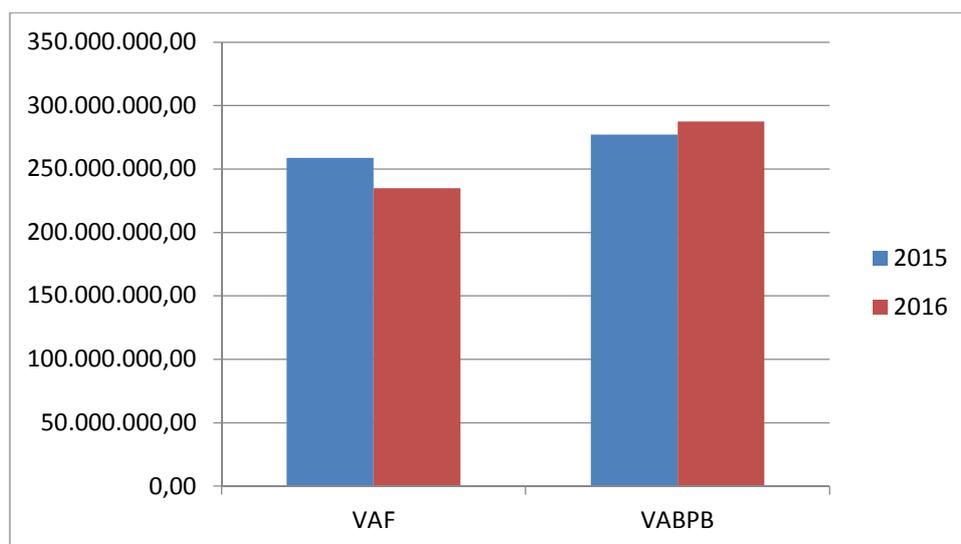


Gráfico 11 - Peabiru: Comparativo entre o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e Valor Adicionado Fiscal, com valores anos de 2015 e 2016 (R\$ 1,00).

Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pelo autor.

Assim, os dados relacionam as duas importantes variáveis de crescimento da economia local, que influenciam diretamente nos níveis de desenvolvimento do município, levando-se em conta a crescimento médio de -0,22% para o VABPB e -2,95% no VAF, de acordo com o período de cada variável discutida nesse documento. Como efeito comparativo e utilizando as taxas de inflação medidas pelo IPCA: 6,41% em 2014; 10,67% em 2015; 6,29% em 2016 e 2,95% em 2017 que perfaz uma média inflacionária de 7,79% para o período 2014-2016 que foi superior à variação do VABPB e superior a variação do VAF em igual período.

Essa equivalência nos crescimentos do VAF e do VABPB com a inflação entre os anos de 2015 e 2016 mostrou perdas consideráveis para a economia do município, ou seja, de um lado, o VABPB mostra crescimento de 3,67% na comparação com a inflação de 2016 de 6,29% ficam evidenciados os déficits para a economia local que comprova que em valores reais essa variável deixou lacuna financeira. Ao contrário, o VAF com a taxa de decréscimo de 9,21% foi inferior a inflação de igual período.

Em função das análises do esforço produtivo do município, os resultados sugerem níveis de investimentos mais elevados no setor industrial através de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., com a finalidade de incrementar o processo industrial com o sentido de fortalecer esse ramo da economia. Essa movimentação, por certo, favorecerá na agregação de valor na produção, buscando com isso o equilíbrio na distribuição de riquezas e o fortalecimento na arrecadação do município.

Dado os valores do PIB de mercado e Per Capita, o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e Valor Adicionado Fiscal, o próximo foco é a geração direta de renda por meio de empregos formais e estabelecimentos no município de Peabiru.

Como análise complementar, para melhor entendimento do comportamento das atividades primárias no contexto do VAF, recorreu-se aos números do Valor Bruto da Produção - VBP¹³ (Tabela 17).

Tabela 17 – Peabiru: Valor Bruto da Produção por atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2016, período 2015-2017 (R\$ 1,00)

Ramo de Atividade	2015		2016		2017	
	Valor Deflacionado	Partic. %	Valor Deflacionado	Partic. %	Valor Deflacionado	Partic. %
Agricultura	159.116.259,75	66,16	146.937.467,78	70,13	167.224.908,35	76,56
Florestais	16.319.388,64	6,79	12.746.256,63	6,08	7.014.870,00	3,21
Pecuária	65.050.773,97	27,05	49.846.189,96	23,79	44.196.495,79	20,23
Total	240.486.422,36	100,00	209.529.914,37	100,00	218.436.274,14	100,00

Fonte: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB)/ Departamento de Economia Rural (Deral).

O resultado identificado na safra de 2015-2016 com a agropecuária apontaram que a agricultura, em média, foi responsável por 70,95% seguida pela pecuária com 23,69% e florestais com 5,36% de participação na totalidade do VBP (Tabela 17).

¹³ Índice de frequência anual, calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses. Engloba produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca etc.(SEAB, 2018).

Considerando o ano imediatamente anterior, o desempenho da agropecuária do ano de 2015 apresentou evolução de 8,89%; reduzindo em 2016 com queda de 7,65% e aumentando para 13,81% o crescimento em 2017 na composição do VBP. A queda de produção na safra 2015-2016 muito se deveu aos problemas climáticos e redução na produtividade das principais culturas e principalmente da pecuária (DERAL e SEAB, 2017).

O crescimento acumulado do VBP entre 2015 e 2017 foi com queda de 9,17% considerando os valores de R\$240.486.422,36 e R\$218.436.274,14, em decorrência das reduções de -57,02% nas atividades florestais e -32,06% nas atividades de pecuária e com aumento somente nas atividades agropecuárias de 5,10%.

Esses dados são comprovados pelo desempenho médio da atividade da agricultura, que atingiu o nível de crescimento 5,02%, e o fraco desempenho da pecuária e das atividades florestais com quedas de 5,92% e 31,62, respectivamente.

Considerando o ano de 2017 em relação ao ano de 2015, o VBP representou acréscimo de 7,16%. Nessa linha, a agricultura aumentou 8,89% e florestais com decréscimo de 28,00%, de acordo com dados levantados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SEAB).

A agricultura, dentro do contexto do VBP do município de Peabiru é sua principal atividade com participação de 70,95% do total, com crescimento de 8,89% no período 2014-2015 e com queda no período seguinte em que o crescimento foi de 7,65% e no período 2016-2017 aumentou para 13,81%.

A pecuária tem baixa relevância para a economia de Peabiru, representando em média 23,69% de participação do VBP. O desempenho negativo ocorreu nos períodos de 2015-2016 e 2016-2017, sendo de (23,37%) e de (11,33%), respectivamente, já no período de 2014-2015 o desempenho foi com crescimento de 16,93. O desempenho ruim nos períodos de 2015-2016 e 2016-2017 compromete a formação financeira do setor na totalidade do VBP.

Em 2017 o município de Peabiru chegou a R\$222 milhões no VBP com os segmentos da agricultura com R\$157 milhões; pecuária com R\$53 milhões e florestais com R\$12 milhões. Isso foi proveniente a produção da lavoura, dos rebanhos de suínos e gado leiteiro/vacas para reprodução, plantéis de frangos, produção de soja, milho, trigo e hortifrutigranjeiro, entre outros.

Estabelecimento e emprego por atividade econômica

Em continuidade aos resultados apresentados até aqui, considerar-se-á dados estatísticos para visualizar a dinâmica quantitativa dos estabelecimentos por atividades econômicas, que contribuem na geração de empregos do município de Peabiru (Tabela 18).

Essa análise retrata o comportamento e o reflexo da economia brasileira que a partir de 2014, passou a conviver com crises: econômica e política, da qual, os resultados são sentidos em maior grau, principalmente nos municípios de pequeno porte.

Tabela 18 – Peabiru: Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2015-2017.

Atividades Econômicas	Estabelecimentos			Empregos		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Indústria	50	56	61	323	338	343
Construção Civil	15	27	37	27	26	37
Comércio/Serviços	163	181	182	1085	1035	1110
Agropecuária	102	102	103	226	225	219
Total Geral	330	366	383	1661	1624	1709

Fonte: MTE/RAIS/Ipardes (2018).

No período compreendido entre 2015 e 2017, segundo a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, a análise é composta pela composição dos estabelecimentos e empregos existentes no município de Peabiru e considerando as médias durante o período referido.

Na composição dos estabelecimentos o comércio/serviço participou com 48,75%; a construção civil com 7,32%; a indústria com 15,48%; e o setor de agropecuária com 28,45% em relação à média da totalidade dos estabelecimentos. Juntos esses últimos três setores respondem por apenas 51,25% dos estabelecimentos do município. Com esses dados, fica clara a seriedade do setor de comércio/serviços na composição dos estabelecimentos do município.

Na composição do emprego, o setor de comércio/serviços lidera a ocupação de trabalhadores do município que, em média, corresponde 64,68% dos postos de trabalho, enquanto a construção civil com 1,80%, indústria com 20,10%, e a agropecuária com 13,42%. Assim, esses três últimos setores somam somente 35,32% de participação na empregabilidade formal do município, que é um percentual muito significativo para a totalidade dos empregos do município.

O setor da indústria, durante o período 2015-2017 em relação à quantidade de estabelecimentos e emprego, em média, cresceu 3,16% e em relação ao emprego obteve crescimento médio negativo de 7,98% dos empregos da indústria no município de Peabiru.

O setor agropecuário de Peabiru, em média, cresceu -6,37% na quantidade de estabelecimentos e -4,21% dos empregos no município durante o período 2015-2017. Na mesma linha, os empregos e estabelecimentos da construção o crescimento foi 17,69% dos estabelecimentos e de 1,10% dos empregos.

Diante do cenário nacional de dificuldades no mercado de trabalho, os setores econômicos do município de Peabiru reagiram negativamente entre os anos de 2015 e 2017, com redução de trabalhadores inseridos no concorrido mercado de trabalho, com isso, influenciando na geração de renda e diminuindo os níveis de crescimento do PIB de mercado e Per Capita municipal.

Em síntese, a equivalência média da quantidade de trabalhadores por estabelecimento obedece a seguinte ordem: comercio/serviços lidera o *ranking* com 6,14; as indústrias possuem 6,01 trabalhadores por estabelecimento; a construção civil por 1,14, e a agropecuária por 2,18 trabalhadores por estabelecimento. A média geral é de 4,63 trabalhadores por estabelecimento.

A relação emprego/estabelecimento sustenta a importância da cidade nos ramos de indústrias, conforme dados econômicos analisados anteriormente, o setor mostra nessa relação quão relevante é a sua participação na geração de emprego e renda, isso quer dizer que a entrada de novas indústrias e o incentivo permanente para as existentes credencia a probabilidade de criação de novos empregos.

Assim sendo, e objetivando o crescimento e a diversificação do setor industrial, considerando a produção agropecuária a ser transformada internamente dará um novo desenho para o aproveitamento das potencialidades locais no processamento industrial dos produtos primários como forma de agregação de valores.

Analisando os dados da população ocupada, com referência a média do período 2015-2017, no município de Peabiru, verifica-se que a maior parte da mão de obra empregada formalmente, está alocada no setor de comercio/serviços, assim como ocorre na maioria dos municípios brasileiros. No setor de serviços o segmento de serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão é o que mais emprega no município. Destaque também para os empregos no segmento de administração pública direta e indireta que é responsável por 24,53% da totalidade dos empregos do município em análise.

Esses números sugerem atenção aos setores produtivos da economia, no sentido de criação de mais empregos nas atividades privadas para minimizar a dependência de administração pública e das transferências de rendas do governo federal, tais como,

previdência social, bolsas famílias etc., muito embora mostrem a importância do setor público na geração de emprego e renda há necessidade de fomentar a atividade privada.

Devido à representação econômica, o Governo Municipal deverá estar atento para desenvolver políticas econômicas e estratégias para incentivar as empresas existentes no comércio/serviços e agropecuária, além de proporcionar a entrada de novos estabelecimentos industriais devido a sua capacidade de promoção na geração de renda e emprego, porém tratamento semelhante deve ser dado aos demais setores.

Durante a elaboração desse caderno, alguns pontos, como o comportamento dos setores da economia, a produção, a renda e a empregabilidade foram focos das análises no sentido de mostrar as potencialidades e deficiências do município de Peabiru, as quais poderão auxiliar nas tomadas de decisão visando à promoção do desenvolvimento local.

Conforme informações no corpo deste trabalho existem recursos de gestão empreendedora que se forem bem utilizados serão capazes de disponibilizar condições técnicas, educacional e de infraestrutura até que venham oferecer possibilidades ao setor produtivo e de serviços em diversificar as ações comerciais, tanto na área rural como na implantação de indústria ou agroindústria, fomentando a economia local.

O município deve envidar esforços para a promoção do crescimento da agropecuária estabelecendo políticas econômicas municipais com a finalidade de proteger as preocupações com diversificações de culturas e rebanhos de animais são importantes para estimular a geração de emprego e renda e fixação do homem no campo. Isso dependerá de políticas públicas direcionadas, principalmente, para os pequenos agricultores, que não possuem aporte financeiro suficiente para o cultivo de culturas que exijam investimentos de maior valor.

Conforme identificado nas análises setoriais da economia, ficou evidente a ausência de investimentos para alavancar, ainda mais, a produção industrial por meio de políticas públicas direcionadas para a formação de um parque industrial mais forte, ficando ao município e especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico a busca de novos investidores, bem como a maior atenção para as indústrias estabelecidas no município.

O setor industrial pode, ainda, despontar como demanda potencial de emprego, o setor precisa ser visualizado com mais atenção e políticas industriais efetivas para atração de mais investimentos nessa área, porque pode fazer a diferença para o desenvolvimento do município.

Dessa forma, apesar das condições favoráveis de Peabiru o executivo municipal deve rever sempre os investimentos nos setores promotores do crescimento econômico, como a indústria, o comércio e serviços e a agricultura. Os investimentos municipais nessas áreas

demonstram baixas participações em relação ao total das despesas por função do município destacadas nas análises das finanças públicas. Isso se faz necessário para que criação de ambiente favorável para a geração de emprego e renda.

Apesar das incertezas e turbulências com que depara a economia nacional, o setor agropecuário é um segmento forte e de representatividade para composição do valor adicionado fiscal, e nessa linha de pensamento é necessário ajuste e mecanismos políticos e econômicos para dinamizar mais o setor estabelecendo metas e programas de incentivos, parcerias com Instituições e cooperativas, assim como também, ao setor de comércio/serviços e da indústria como forma de prospectar indicadores sociais e econômicos que venham contribuir com a população e promover o desenvolvimento local.

Diante disso, algumas variáveis econômicas permitem ao gestor público uma visão mais ampla dessas questões e que podem auxiliar no planejamento municipal quanto à realidade local e como fazer para melhorar as condições de vida da população, notadamente a geração de emprego e renda que são necessidades principais população peabiruense.

5.2 FINANÇAS PÚBLICAS

É o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas, pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

Para que o governo possa realizar políticas de alocação e de realocação de recursos escassos, tornam-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos, necessárias ao pagamento do que chamamos de estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicação de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. Embora muito se tivesse ouvido dizer sobre redução de gastos governamentais e redução do "tamanho" do Estado, a sua participação na economia é de extrema importância, e inúmeras são as funções desempenhadas.

Nesse caderno constam dados estatísticos a partir das Receitas e Despesas relativos ao período de 2016 a 2018 do município de Peabiru, porém foram utilizados implicitamente os

dados de 2014 para demonstrar a variação de 2015. As informações utilizadas foram extraídas da Secretaria do Tesouro Nacional – Siconfi/Finbra, Prefeitura Municipal de Peabiru e IBGE. Os valores atribuídos a esse documentos foram atualizados, ou seja, deflacionados a preços constantes de 2018 de acordo com os indicadores oficiais utilizados para correção de valores e aplicados pelos principais Institutos Oficiais do Brasil.

Receitas municipais

A receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes¹⁴ que deriva para outras variáveis decorrentes dela e que exercem grande influência para gestão pública, notadamente na administração da arrecadação e principalmente como ela é alocada de acordo com as despesas por função.

Nesse estudo pode-se identificar que a mobilidade de recursos destinados para o Fundeb provoca uma redução na receita corrente, que conceitualmente resulta na formação da receita corrente líquida. A dedução das receitas correntes para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem como objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos com a educação, que estarão nos municípios para atendimento ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Durante o período 2016-2018, as receitas correntes sem as deduções foram responsáveis, em média, por 95,45% das receitas orçamentárias, que pode ser observado a partir da elevação das transferências governamentais de nível federal e estadual durante o período analisado, apontado, inicialmente, a precariedade de recursos originados da receita de capital. Assim, a Receita de Capital¹⁵ representou apenas 4,47% de participação e a receita corrente intraorçamentária tendo 0,07% de participação, totalizando assim 100% das receitas orçamentárias. (Tabela 19).

¹⁴ Receitas Correntes - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes.

¹⁵ Receitas de Capital - receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital.

Tabela 19 – Peabiru: Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Ano	Receita Corrente (1)	Dedução da Receita Corrente (2)	Receita Corrente Líquida (3) (1-2)	Receita Capital (4)	Receita Corrente Intraorçamentária (5)	Receita Orçamentária (6) 1+4+5
2016	41.290.399,29	5.071.510,46	36.218.888,83	1.232.558,36	0,00	42.522.957,65
2017	47.143.518,40	5.030.649,57	42.112.868,83	1.734.869,52	104.653,57	48.983.041,49
2018	48.397.890,78	5.073.018,28	43.324.872,50	3.446.843,33	0,00	51.844.734,11
Média	45.610.602,82	5.058.392,77	40.552.210,05	2.138.090,40	34.884,52	47.783.577,75

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor.

As deduções das receitas correntes legais, por serem constitucionais e previsíveis, não comprometeram as receitas correntes, pois atendeu orçamentos específicos de acordo com a Constituição Federal. Em valores reais, as deduções significam em média 10,59% da totalidade da receita orçamentárias referente ao período 2016-2018 indicando os recursos para a distribuição nos investimentos com a educação do município.

Considerando a evolução das receitas em valores corrigidos, verifica-se que a receita corrente, em média, durante o período 2016-2018, apresentou aumento de 6,17%; a receita orçamentaria teve crescimento de 7,11% e às receitas de capital que apontou crescimento de 36,18% que foi influenciada pelos aumentos de 40,75% e 98,68% nos períodos 2016-2017 e 2017-2018, respectivamente.

Considerando os anos de 2016 e 2018, o crescimento acumulado real da arrecadação do município de Peabiru apresentou os seguintes desempenhos: a) Receitas Orçamentárias – o crescimento atingiu a 21,92%, considerando os valores R\$42.522.957,65 e R\$51.844.734,11; b) Receitas correntes - cresceram 17,61% resultado da variação de R\$41.290.399,29 para R\$48.397.890,78 e; c) Receitas de capital - cresceram 179,65% resultado da variação de R\$1.232.558,36 para R\$3.446.843,33.

A receita corrente que é mais relevante variável de arrecadação municipal, apontou crescimento de 1,67% em 2016, seguindo com aumento de 14,18% em 2017 e de 2,66% no ano de 2018 considerando o ano imediatamente anterior. O crescimento de 14,18% no ano de 2017 foi superior ao índice de 2,95% da inflação do mesmo ano, enquanto que em 2018 com crescimento de 2,66%, comprometeu a arrecadação municipal quando deparamos com a inflação de 3,75% no ano. O crescimento de 2016 que atingiu 1,67%, tal como na economia brasileira não foi confortável, principalmente quando comparados com os indicadores de inflação do mesmo ano que foi de 6,29% medido pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) que é considerado o termômetro oficial da inflação no país.

As receitas correntes atualizadas referentes aos anos de 2016 a 2018 se constituíram em ganhos para as finanças públicas de Peabiru por acompanharem os indicadores inflacionários do país, significando aumento de recursos para atendimento às demandas.

Transferências constitucionais

A Constituição Federal de 1988 aborda sobre a partilha de impostos de recolhimento federal ou estadual através de transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios, considerando que a arrecadação tributária, às vezes, não é suficiente para manutenção dos serviços básicos inerentes à Administração Pública.

A Tabela 20 sugere basicamente a reflexão da equivalência entre a receita orçamentária e as transferências correntes para identificar essa relação e visualizar a capacidade de arrecadação municipal durante determinado exercício fiscal. Essa análise indica que quanto maior a equivalência menor é a participação das receitas próprias do município.

Tabela 20 – Peabiru: Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Ano	Origem dos Recursos		Equivalência Receita e Transferência (%) (A/B). 100	Crescimento Real (%) Deflacionado	
	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária (B)		Transferências Correntes	Receita Orçamentária
2016	34.442.919,08	42.522.957,65	81,00%	5,57%	0,30%
2017	35.938.266,70	48.983.041,49	73,27%	4,34%	15,19%
2018	36.769.368,70	51.844.734,11	70,92%	2,31%	5,84%
Média	35.716.851,49	47.783.577,75	75,10%	4,07%	7,11%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor.

Comparando as receitas orçamentárias com as transferências correntes (sem as deduções) recebidas pelo município de Peabiru, verifica-se que a equivalência média é de 75,10% no período 2016-2018, ou seja, as transferências correntes tem significativa participação nas receitas orçamentárias do município. O melhor desempenho aconteceu em 2016 quando a equivalência alcançou a 81,00%, simultaneamente, as receitas orçamentárias obtiveram crescimento médio de 7,11% e as transferências correntes com crescimento de 4,07% no período de 2016-2018.

Na Tabela 20 constata-se o peso que as transferências constitucionais têm nas receitas públicas de Peabiru. As transferências do FPM, do SUS e do FNDE respondem por uma

importante parcela do FUNDEB transferido aos Estados e Municípios, o que indica que as isenções dadas pela União ao IPI e ao IR refletem-se duplamente na receita destes entes da Federação. As isenções diminuem tanto o valor dos Fundos de Participação como também do FUNDEB.

Considerando as médias das evoluções do período de 2016-2018, no município de Peabiru, as Transferências Constitucionais apresentaram as seguintes variações: a) nas transferências correntes (somatório das transferências da União, Estado e Outras) houve crescimento médio de 4,07%; b) as transferências correntes da União obteve crescimento médio de 4,83%; c) as transferências do Estado apresentaram evolução de 4,21%; d) Outras transferências com evolução de 2,42%; e) as transferências de capital apresentaram crescimento de 69,97% e finalmente f) às transferências totais teve acréscimo de 6,42%.

Tabela 21 – Peabiru: Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Ano	Transferências Correntes				Transferências Capital - Total (5)	Total (6) 4+5
	União (1)	Estado (2)	Outras (3)	Total (4) 1+2+3		
2016	18.687.152,81	10.663.765,42	5.092.000,85	34.442.919,08	1.142.198,46	35.585.117,54
2017	18.620.970,64	11.157.571,30	6.159.724,76	35.938.266,70	1.638.497,27	37.576.763,97
2018	19.554.475,03	11.444.870,49	5.770.023,18	36.769.368,70	3.441.826,99	40.211.195,69
Média	18.954.199,49	11.088.735,74	5.673.916,26	35.716.851,49	2.074.174,24	37.791.025,73

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor.

O crescimento médio dos repasses das transferências totais apontou incremento de 6,42%, cujo resultado foi impulsionado pelas variações positivas em todos os períodos analisados.

No geral, para vislumbrar um ambiente mais consolidado economicamente para o município, esses números demonstram a necessidade de imprimir esforços para a captação de recursos com reestruturação na fiscalização e se preocupar com a utilização de recursos originários dos fundos perdidos, além dos cuidados com as transferências de convênios que exigem contrapartida do município.

A participação das transferências constitucionais da União reflete na mais relevante contribuição na arrecadação do município de Peabiru. Em relação aos repasses do Governo Federal, no período 2016-2018 as transferências estão representadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFEM), Serviço Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional do Desenvolvimento da

Educação (FNDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Imposto Territorial Rural (ITR) e Outras Transferências da União e Lei Candir nº 87/96 (Tabela 22).

Cabe salientar que a regularidade dos repasses constitucionais federais, inclusive estaduais proporcionam condições de planejamento de gestão dos municípios para a utilização dos recursos transferidos. Nessa linha de análise, têm-se os valores médios das transferências constitucionais ou dos repasses financeiros, considerando sua totalidade que oferece os seguintes níveis de participação: FPM (74,87%); CFEM (0,97%); SUS (8,46%); FNDE (3,79%); Outras Transferências (8,24%); FNAS (0,98%); L.C. 87/96 (0,33%) e ITR (2,37%). Esses dados mostram a relevância dos valores do FPM para a composição das finanças públicas do município de Peabiru.

Tabela 22 – Peabiru: Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Transferências da União (Variáveis)	Anos			Média 2016-2018
	2016	2017	2018	
FPM	14.694.104,08	13.699.977,28	14.176.590,84	14.190.224,07
CFEM	149.235,03	185.546,40	216.216,74	183.666,06
SUS	1.446.373,37	2.005.538,39	1.356.151,82	1.602.687,86
FNAS	185.314,71	269.052,37	101.922,68	185.429,92
FNDE	629.162,61	699.897,21	824.466,93	717.842,25
Lei Candir 87/96	66.924,15	64.790,66	58.298,76	63.337,86
ITR	360.082,85	410.971,79	576.882,24	449.312,29
Outras Transferências	1.155.956,01	1.285.196,54	2.243.945,02	1.561.699,19
Total das Transferências	18.687.152,81	18.620.970,64	19.554.475,03	18.954.199,49

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pelo autor.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais de responsabilidade da União, considerando as dificuldades do município de Peabiru nos repasses dos anos 2016 e 2018 que em tese teria origem pela crise política e econômica brasileira estabelecida e evidenciada a partir de 2015 fizeram com que a transferência da Lei Candir 87/96 fosse a mais prejudicada nos repasses, conforme segue:

- I. O FPM apontou com crescimento médio de 1,24% devido aos repasses positivos nos anos de 2016 e 2018 correspondendo a 7,02% e 3,48%, respectivamente.
- II. O FNDE assinalou com crescimento médio de 4,79% devido aos repasses com aumento nos anos de 2017 e 2018 correspondendo a 11,24% e 17,80%, respectivamente. Com queda apenas no ano de 2016, assinalando decréscimo de 14,67%.
- III. O SUS assinalou com crescimento médio de 13,23% em virtude dos ganhos nos períodos de 2015-2016 e 2016-2017, sendo de (33,40%) e (38,66%), respectivamente, no período de 2017-2018 com saldo negativo de 32,38%.

- IV. Em relação FNAS, CFEM, Lei Candir e ITR que são as de menor valor financeiro, cresceram em média: 14,04%, 12,37%, -2,65% e 21,44%, respectivamente.

No contraponto aos níveis de crescimento informados a queda inflacionária de 6,29% para 3,75% durante os 2016 e 2018 mostraram que esses índices sinalizaram que, especificamente, o crescimento do FPM conquistou ganhos reais em virtude dos índices de inflação superar os níveis de crescimento do FPM.

Na sequência das análises das Transferências Constitucionais, o Estado tem participação significativa na arrecadação do município de Peabiru, cujos valores transferidos são superiores aos repasses da União (Tabela 23).

A participação das transferências constitucionais Estado é relevante na composição da arrecadação do município de Peabiru. Em relação aos repasses do Estado, no período 2016-2018 as transferências estão representadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposta sobre Propriedade de Veículos e Automotores (IPVA), Serviço Único de Saúde (SUS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), Compensação Financeira pela Produção de Petróleo (Lei nº. 7990/89).

Tabela 23 – Peabiru: Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Transferências do Estado (Variáveis)	Anos			Média 2015-2017
	2015	2016	2017	
ICMS	8.834.484,11	9.545.683,02	9.124.913,36	9.168.360,16
IPVA	1.282.777,74	1.285.477,43	1.270.142,29	1.279.465,82
SUS	191.162,89	0,00	215.001,84	135.388,24
IPI	119.193,30	146.361,28	158.277,17	141.277,25
CIDE	34.988,35	47.030,79	36.378,29	39.465,81
Lei nº 7.990/89	1.358,87	1.569,88	37.451,03	13.459,93
Outras Transferências	199.800,16	131.448,90	602.706,51	311.318,52
Total das Transferências	10.663.765,42	11.157.571,30	11.444.870,49	11.088.735,74

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pelo autor.

Antecipadamente, observa-se que o ICMS e IPVA são os mais significativos repasses do Estado para a composição da arrecadação do município de Peabiru. A receita proveniente do ICMS que é a principal fonte de arrecadação pelo Estado, destina aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) do seu total, enquanto o IPVA, que destina 50% da arrecadação aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais do Estado, mediante as dificuldades do município nos repasses dos anos 2016 e 2018 em relação às transferências do: ICMS, SUS e o IPI foram as maiores prejudicadas nos repasses, conforme análise seguinte:

- I. A evolução do ICMS no período 2016-2018 apresentou crescimento médio real de 4,11% o resultado é referente, principalmente, às evoluções nos anos de 2016 e 2017, apresentando valores de 8,70% e de 8,05, respectivamente. No ano de 2018 houve decréscimo de 4,41%.
- II. As variações médias dos repasses financeiros do IPVA e IPI apresentaram crescimento médio de 2,01% e 9,68%, respectivamente. Importante observar que os valores atribuídos as Transferências do SUS apresentou a maior variação média de repasse do Estado.

A participação em valores médios das transferências constitucionais ou dos repasses financeiros do Estado para o município em relação a sua totalidade segue pela ordem de grandeza: ICMS (82,68%); IPVA (11,54); IPI (1,27%); Outras Transferências do Estado (2,81%) e SUS (1,22%). Esses dados mostram a relevância dos valores do ICMS para a composição das Transferências Constitucionais (Tabela 23).

O IPVA, a segunda principal transferência do Estado para o município de Peabiru apresentou-se com crescimento médio de 2,01% no período em análise. A frota de veículos do município aumentou 5,47% entre 2016 e 2018, saindo de 7.161 para 7.553 veículos de todos os tipos, apontando crescimento superior ao constatado no Estado do Paraná em que houve incremento de 5,33% resultado da frota de 6.849.066 (2016) para 7.214.384 (2018) veículos (DETRAN, 2018).

Sintetizando o crescimento acumulado entre os anos 2016 e 2018, as variáveis ICMS, SUS, IPI e Outras Transferências do Estado foram contempladas com índices positivos.

Receitas tributárias e receitas próprias

A análise conjunta das principais fontes de arrecadação própria mostra que o ISSQN é principal fonte da arrecadação própria do município de Peabiru. As receitas próprias são representadas pelo IPTU, ISSQN, ITBI e Taxas e as receitas tributárias são compostas pelas receitas próprias mais o IRRF. Historicamente, os municípios se apresentam com dificuldades de aumentar a arrecadação devido às falhas de fiscalização e modernização tributária e fragilidades na fiscalização, dessa forma, os municípios devem estruturar sua Administração Tributária em função da sua responsabilidade pela cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa.

Tabela 24 – Peabiru: Receitas Próprias e Tributárias, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Receitas Municipais	Anos			Média do período 2016-2018	Crescimento Médio 2016-2018 (%)
	2016	2017	2018		
IPTU	1.163.293,08	1.399.121,13	1.682.384,54	1.414.932,92	12,30%
ISSQN	1.719.490,71	1.371.219,16	3.423.624,75	2.171.444,87	-4,90%
ITBI	600.809,61	499.186,85	708.273,05	602.756,50	5,59%
TAXAS	571.558,49	740.937,59	911.949,02	741.481,70	14,02%
Receitas Próprias	4.055.151,89	4.010.464,73	5.124.304,45	4.396.640,36	3,34%
IRRF	726.617,65	861.880,50	923.574,20	837.357,45	18,05%
Receitas Tributárias	4.781.769,54	4.872.345,23	6.047.878,65	5.233.997,81	4,68%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor. pelo autor.

Considerando o período 2016-2018, a arrecadação advinda do IPTU respondeu em média por 32,18% da arrecadação própria e 27,03% das receitas tributárias. Especificamente, em relação ao ISSQN a participação média de 49,39% das receitas próprias e de 41,49% da Receita Tributária.

No crescimento médio por imposto e taxas que compõem as receitas próprias municipais tiveram o seguinte comportamento: as Taxas que foi o destaque com crescimento médio real de 14,02% ao longo do período 2016-2018, mostrando o melhor desempenho entre os componentes da receita tributária, graças ao desempenho de 2017, ano que alcançou 29,63% de variação. Em seguida o IPTU (12,30%), o ITBI (5,59%) e o ISSQN cresceram - 4,90%, enquanto o Imposto de Renda (IRRF) teve 16,00% de participação média nas receitas tributárias do município (Tabela 11).

O resultado na arrecadação média das receitas tributárias do município, durante o período 2016-2018 refletiu no crescimento médio de 4,68% e a arrecadação própria do município crescimento de 3,34%. Os índices de inflação que em média ficou 4,33% em igual período de tempo.

Assim os indicadores, em média podem ser considerados relativamente bons quando comparados com os índices de inflação (IPCA). Essa comparabilidade permite sustentar que as receitas tributárias ficaram num cenário de grande perda financeiras em valores reais em função da evolução das receitas tributárias do município que foram inferiores aos níveis inflacionários (Tabela 24).

Exceto o IPTU e as Taxas, as demais modalidades que compõem as receitas tributárias apresentaram desempenho negativo ao longo da série temporal definida nesse documento. As

instabilidades ocorridas muito se devem ao momento de transição nas questões macroeconômicas e políticas que tem afetado a economia de maneira geral.

Receitas correntes e receita tributária

A receita tributária municipal, como parte integrante das receitas correntes, compreende aquela que o município recebe de seus contribuintes por meio do pagamento de impostos, taxas e contribuições de melhoria, conforme previsto pela legislação municipal sem desrespeitar as Constituições Federal e Estadual e o Código Tributário Nacional (SILVA, 2002).

Devido à relevância das receitas tributárias para os municípios, entende-se que a estruturação da administração tributária é uma realidade para responder pelo lançamento, cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa para dinamizar a execução fiscal. Dessa forma, os gestores municipais devem, sempre, atentar para a promoção de melhoria das receitas próprias e para isso investir e fortalecer os setores inerentes a essa prática.

Na Tabela 25 fica demonstrada a relação das receitas tributárias e correntes do município de Peabiru com a finalidade de evidenciar a participação das receitas próprias e da retenção de imposto de renda que forma as receitas tributárias no contexto das receitas correntes.

Tabela 25 – Peabiru: Relação da receita tributária com a receita corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Ano	Receita Tributária (A) (R\$)	Receita Corrente (B) (R\$)	Indicador (A:B). 100 (%)
2016	4.781.769,54	41.290.399,29	11,58
2017	4.872.345,23	47.143.518,40	10,34
2018	6.047.878,65	48.397.890,78	12,50
Média	5.233.997,81	45.610.602,82	11,47

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor.

A receita tributária do município de Peabiru apresentou crescimento médio real de 4,68% durante o período 2016-2018. Em média real, a receita tributária do município corresponde a 11,47% da receita corrente, refletindo um indicador de baixa participação nessa combinação. A melhor participação ocorreu no ano de 2018 com 12,50%. Esses dados remetem a proposta do município na busca por alternativas com mecanismos eficazes de atualização e modernização fiscal com a finalidade de contribuir para melhorar os índices de arrecadação com vistas a ampliar os benefícios dos serviços públicos para a comunidade

através de investimentos, além de reduzir a dependência financeira vindas das transferências constitucionais.

Visualizando a hipótese do Poder Executivo exercer os limites de apuração, a capacidade contributiva da população representada nos tributos, os mesmos poderão ser revistos pelos processos de modernização na estrutura municipal e também no sentido adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.

Despesas financeiras do município

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de cumprimento dos compromissos assumidos de acordo com a Lei de Orçamento, com o intuito de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos.

Para Jund (2008), a despesa é parte integrante do orçamento e corresponde às autorizações para os gastos com diversidade de atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

De acordo com a Tabela 26 os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Despesas Correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios.

Tabela 26 – Peabiru: Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Ano	Despesas Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Orçamentária	%
2016	35.361.630,42	89,18	4.291.081,68	10,82	39.652.712,10	100,00
2017	40.086.027,65	94,65	2.263.810,67	5,35	42.349.838,32	100,00
2018	43.150.067,08	91,41	4.055.528,66	8,59	47.205.595,74	100,00
Média	39.532.575,05	91,75	3.536.807,00	8,25	43.069.382,05	100,00

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pelo autor..

No município de Peabiru, durante o período 2015-2017, em média as Despesas Correntes corresponderam 91,75% e as Despesas de Capital 8,25% de participação nas Despesas Orçamentárias. Denota-se a baixa participação das despesas de capital, demonstrando que os investimentos municipais são relativamente pequenos se considerado os montantes das despesas orçamentárias.

As despesas correntes, em média, durante o período 2016-2018 apresentou taxa de crescimento de 12,15% resultado das variações percentuais de crescimento em todos os períodos analisados, enquanto que as despesas de capital mostraram crescimento médio de 7,90%, devido à variação positiva de 79,15% no ano de 2018. As despesas orçamentárias tiveram crescimento médio de 10,19% no período 2016-2018, ressaltam-se as variações positivas nos períodos analisados.

Admite-se equivalência entre receitas e despesas demonstrando situação confortável entre essas variáveis orçamentárias, conforme prevê teoria das finanças públicas em que a arrecadação é suficiente para cobertura dos gastos, independente das taxas de crescimento de ambas variáveis.

Os dados da Tabela 27 têm como objetivo detalhar as informações sobre a composição das despesas, apontando as principais decisões tomadas para fazer frente aos níveis de arrecadação.

Tabela 27 – Peabiru: Composição das Despesas Correntes e de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Elementos Contábeis	Anos			Média do Período 2016-2018
	2016	2017	2018	
1. Pessoal e encargos	18.019.131,86	22.816.555,41	24.261.187,88	21.698.958,38
2. Juros e encargos da dívida	249.042,76	216.139,05	295.966,66	253.716,16
3. Demais despesas correntes	17.093.455,80	17.053.333,19	18.592.912,54	17.579.900,51
4. Despesas Correntes (1+2+3)	35.361.630,42	40.086.027,65	43.150.067,08	39.532.575,05
1. Investimentos	3.399.278,13	1.821.050,46	3.664.778,00	2.961.702,20
2. Amortização da dívida	891.803,56	442.760,21	390.750,66	575.104,81
3. Despesas de Capital (1+2)	4.291.081,68	2.263.810,67	4.055.528,66	3.536.807,00
Despesas Orçamentárias (Capital + Corrente)	39.652.712,10	42.349.838,32	47.205.595,74	43.069.382,05

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pelo autor.

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o município depende de receita financeira dentro dos limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como: salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção etc..

Os elementos contábeis disponíveis na Tabela 27 representam despesas habituais nas contas públicas e pelos valores apresentados os mais relevantes estão localizados nas despesas correntes que sistematicamente tem aumentado ao longo do tempo mantendo um padrão de normalidade ao passo que as despesas de capital se mostram com reflexos de mais

instabilidades. Nesse contexto, as despesas com pessoal continuam sendo as mais relevantes e geram as maiores preocupações dentro dessa vertente.

Considerando a média das despesas correntes e despesas de capital relativo ao período 2016-2018, destaca-se: a) Despesas correntes - os juros e encargos da dívida apresentaram crescimento médio real de 2,59% e as despesas com pessoal aumentou 13,82%. As duas variáveis não elevaram os níveis reais de despesas para o município; b) Despesas de capital - os investimentos tiveram aumento de 15,96% devido ao ganho de 101,25 no ano de 2018. A conta amortizações da dívida teve queda de 24,95% devido às quedas nos anos de 2016, 2017 e 2018.

Dois variáveis merecem destaques na relação intrínseca entre elas a redução da dívida pública e a minimização na capacidade de investimentos. O ponto relevante se refere ao aumento no pagamento de juros e a elevação média nos investimentos que significa que as contas de capital tanto de receita como despesa precisam ser analisadas com critérios para repensar investimentos que venham de encontro com os anseios da população.

Despesas por função

Analisando sob a ótica econômica, as despesas realizadas pelo município de Peabiru nos anos de 2016 a 2018, observa-se o comportamento estável em consonância com os recursos a disposição dos gestores municipais.

As despesas por função refletem as prioridades dadas pelo governo para alocação dos recursos disponíveis nos cofres públicos de acordo com orçamento anual das receitas e despesas. As despesas por função correspondem ao somatório das despesas correntes e despesas de capital (Tabela 28).

De acordo com estudos realizados por Amarante e Moreira (2008) há uma tendência à diminuição dos gastos com administração ao longo do tempo na economia brasileira. No município de Peabiru a queda nas despesas orçamentárias não aconteceu, tendo assim um crescimento médio de 10,19% considerando o crescimento real (valores deflacionados) ante a inflação média brasileira 4,33% para o mesmo período.

Tabela 28 – Peabiru: Despesas por Função, valores nominais a preços correntes, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Discriminação	Valores			Participação %			
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	Média
Legislativa	1.137.029,69	1.153.849,39	1.353.370,83	3,03	2,82	2,87	2,90
Judiciária	239.622,08	781.837,49	778.618,48	0,64	1,91	1,65	1,40
Administração	4.619.512,33	4.561.866,76	4.445.551,96	12,30	11,14	9,42	10,95
Defesa Nacional	104.685,12	102.552,92	109.879,50	0,28	0,25	0,23	0,25
Assistência Social	949.372,41	1.063.148,79	1.509.031,11	2,53	2,60	3,20	2,77
Previdência Social	0,00	2.189.342,29	2.792.598,69	0,00	5,35	5,92	3,75
Saúde	7.847.182,40	7.971.271,26	9.556.710,79	20,89	19,47	20,24	20,20
Educação	12.978.329,48	13.244.793,66	14.676.687,75	34,55	32,35	31,09	32,66
Cultura	449.082,33	290.835,94	315.842,67	1,20	0,71	0,67	0,86
Urbanismo	3.801.869,46	2.609.051,33	2.598.626,93	10,12	6,37	5,50	7,33
Saneamento	0,00	1.931.603,87	1.904.759,79	0,00	4,72	4,04	2,92
Gestão Ambiental	0,00	15.900,00	114.161,40	0,00	0,04	0,24	0,09
Ciência e Tecnologia	317.008,94	147.463,04	266.721,19	0,84	0,36	0,57	0,59
Agricultura	207.998,72	578.408,86	255.495,31	0,55	1,41	0,54	0,84
Indústria	244.462,85	205.278,37	176.507,99	0,65	0,50	0,37	0,51
Comércio e Serviços	0,00	11.200,00	138.542,00	0,00	0,03	0,29	0,11
Transporte	4.381.324,61	3.706.851,76	5.930.930,08	11,66	9,05	12,56	11,09
Desporto e Lazer	282.750,83	380.155,00	281.559,27	0,75	0,93	0,60	0,76
Total Despesas	37.560.231,25	40.945.410,73	47.205.595,74	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: STN-FINBRA-Ipardes e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades. pelo autor.

No município de Peabiru em relação ao período 2016-2018, a média dos maiores gastos foi concentrada pela ordem de grandeza: Educação, Saúde e Transporte, sobre os quais será analisada a movimentação das despesas referente ao período 2016-2018.

Considerando os gastos com as principais funções, observa-se que em média participou: i) Educação - alcançou 32,66% do total das despesas e sua maior participação ocorreu em 2016 com 34,55%; ii) Saúde – obteve 20,20% com destaque para o ano de 2016 com 20,89% de participação e iii) Transporte - atingiu 11,09% do total das despesas, com maior participação em 2018 com 12,56%. Essas três dimensões, em média, são responsáveis por 63,95% das despesas por função do município.

Como forma para evidenciar o crescimento médio real das despesas com Educação, Saúde e Transporte durante o período 2016-2018 os valores foram deflacionados a preços

constantes de 2018 com a finalidade de tornar uma condição analítica mais adequada e realista:

- Educação que tem a maior representatividade entre os recursos destinados as despesas municipais, respondeu por crescimento médio de 10,26%; distribuído em 23,65% em 2016, queda de 0,02% em 2017 e de crescimento de 7,14% no ano de 2018.
- As despesas referentes à Saúde que tem a segunda maior representatividade entre os recursos destinados as despesas municipais, apontou crescimento médio de 9,87% nas despesas com os gastos nessa função. No ano de 2016 obteve crescimento de 14,19% e no ano de 2017 com queda de 0,48%, enquanto que no ano de 2018 as despesas cresceram 15,91%, significando melhor aplicação de recursos na saúde.
- As despesas com transporte que tem terceira representatividade entre os recursos destinados para as despesas municipais apontou crescimento médio de 14,70% que foi distribuído, pela ordem: crescimento de 6,52% em 2016, seguido com queda de 17,11% em 2017 e crescimento de 54,69% em 2018.

Ressaltam-se os baixos valores destinados no setor de Comércio e Serviços que no quadro de despesas por função tem participação de 0,11% em média, e a destinação de recursos para o apoio ao setor de indústria que tem de participação 0,51%. Nessa linha de prioridades municipal, esses dois setores deveriam merecer atenção especial e contínua como forma de motivação, devido à representatividade que têm para o desenvolvimento local.

Os gastos municipais tendem a aumentar de forma consistente, devido a uma série de fatores, como o aumento das responsabilidades na execução das políticas públicas pelo Estado pela União, pois os municípios absorveram atribuições que antes eram executadas pelos outros entes, caso da saúde e educação do ensino fundamental, por exemplo.

Indo além do estudo das despesas, cabe refletir também sobre a inovação qualitativa potencial, e em termos de impacto, dos processos e empreendimentos realizados pelo município. A capacidade de impacto está ligada à inovação de uma ação governamental devido às carências inerentes aos pequenos municípios.

Despesa com pessoal e a lei de responsabilidade fiscal

A análise dos gastos com pessoal está em consonância com os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000, que dentre outras atribuições, versa sobre os limites destinados aos gastos com pessoal. A referida lei expressa os limites de gastos com pessoal sobre as receitas correntes líquidas, as quais são apuradas somando as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades (Art. 2º, § 3, da Lei n.º 101/2000).

Os indicadores que medem a participação financeira das Despesas de Pessoal, em relação às receitas e despesas totais e correntes mostram um bom desempenho, pois os gastos com pessoal no município de Peabiru atingiu uma média de 53,31% da Receita Corrente Líquida - RCL que é próximo ao limite de 54% da RCL (Art. 19, Art. 21, III, b e Art. 22, parágrafo único) para os gastos com pessoal.

A Despesa Corrente municipal de Peabiru é encabeçada pela despesa com pessoal e encargos. De acordo com a Tabela 29 essas despesas são sempre motivo de preocupação.

Os dados apresentados estão sempre com foco na ocorrência com a proximidade dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, porém o município está bem enquadrado nesse quesito, no entanto, cabe à gestão de recursos humanos no município de Peabiru fazer os ajustes, sempre que necessário, para atender a legislação em vigor. No exercício de 2018 ocorreu o maior volume de gasto com pessoal, atingindo 56,00% que ao limite prudencial em relação RLC (56%), estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Tabela 16).

Tabela 29 – Peabiru: Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

RCL e Despesa com Pessoal	Anos		
	2016	2017	2018
Receita Corrente Líquida (R\$)	36.218.888,83	42.112.868,83	43.324.872,50
Despesa com Pessoal e Encargos (R\$)	18.019.131,86	22.816.555,41	24.261.187,88
Gasto Pessoal em relação a RCL (%)	49,75	54,18	56,00
Limite Máximo (Par. UNICO, Art. 19, Art. 2 inciso III e Art. 22 da LRF) 54%	19.558.199,97	22.740.949,17	23.395.431,15
Limite Prudencial (Parágrafo Único, Art. 22 da LRF) 57%	20.282.577,74	23.583.206,54	24.261.928,60
Limite Máximo (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) 60%	21.731.333,30	25.267.721,30	25.994.923,50

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2018). Dados trabalhados pelo autor.

Considerando os valores reais dos anos de 2016, 2017 e 2018, apurou-se que os gastos com pessoal e encargos não comprometeram os limites estabelecidos pela LRF. Assim, os dados demonstram que racionalização econômica com despesas com pessoal e encargos que foram próximos aos limites de 56% da RCL estabelecido pela LRF. Os gastos com pessoal e encargos é uma preocupação constante que deve ser levada em consideração pela administração pública, principalmente nos modelos atuais de gestão pública em que a transparência das ações é cada vez mais evidente, por isso a política de contenção de despesas dessa modalidade e outras deve ser a meta dos governantes.

Considerando a análise individual dos índices, os dados mostram alta participação dos gastos com pessoal e encargos na composição das despesas do município, sendo, portanto, indispensável, em qualquer situação uma readequação na administração com esse tipo de gasto com medidas de precaução para salvaguardar a saúde financeira do município.

Em suma, os resultados mostram que no período avaliado, os indicadores ficaram acima dos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que tange aos percentuais não permitidos dos gastos com pessoal incidentes sobre as receitas correntes líquidas, cabendo ao município o gerenciamento para os anos seguintes. Esses resultados, apesar da estabilidade nesses gastos, sempre remete o município a um processo de alerta, para que nos anos seguintes evite-se a dilatação dessa diferença entre as receitas e despesas com a finalidade de aumentar os níveis de investimentos que venham promover o desenvolvimento do município.

Evolução das despesas orçamentárias em relação às receitas orçamentárias

As receitas e despesas públicas são consideradas como indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira.

Tabela 30 – Peabiru: Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita, valores deflacionados a preços constantes de 2018, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Descrição	2016	2017	2018
Receita Orçamentária	42.522.957,65	48.983.041,49	51.844.734,11
Despesa Orçamentária	39.652.712,10	42.349.838,32	47.205.595,74
Superávit Orçamentário	2.870.245,55	6.633.203,17	4.639.138,37
Despesa/Receita (%)	93,25	86,46	91,05
<u>Equilíbrio Orçamentário [1]</u>	6,75	13,54	8,95

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor.

O superávit orçamentário mais expressivo ocorreu em 2017 com a participação de 86,46% da despesa em relação às receitas que determinou 13,54% como equilíbrio orçamentário. A relação despesa/receita, em média, atingiu 90,25% no período 2015-2017, enquanto a média do equilíbrio orçamentário foi de 9,75% demonstrando que o município não correu risco de endividamento em função das despesas ser inferior as receitas no ano de 2016, mantendo relativa zona de conforto financeiro (Tabela 30).

Para aperfeiçoar a gestão pública municipal, os estudos e a compreensão relacionados aos indicadores econômicos e financeiros podem auxiliar os gestores na aplicação de recursos

para investimentos e gastos, assim a gestão de resultados é um mecanismo utilizado para medir a gestão que é utilizada também nos órgãos públicos no sentido de justificar as tomadas de decisão governamentais adotadas pelo município na gestão dos recursos humanos.

Indicador de poupança

A poupança pública corresponde à renda líquida municipal. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes no período 2015 a 2017. Se a arrecadação exceder os gastos do município apresenta um superávit público, ou seja, poupança pública positiva ao contrário ocorre um déficit público, com poupança pública negativa.

A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

O Indicador foi calculado a partir da razão entre as Receitas Correntes e Despesas Correntes. Este indicador reflete o esforço da administração em relação ao saneamento financeiro do município. A poupança gera possibilidades para a projeção de novos investimentos priorizando as necessidades do município.

Tabela 31 – Peabiru: Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A:B)
2016	41.290.399,29	35.361.630,42	5.928.768,87	1,17
2017	47.143.518,40	40.086.027,65	7.057.490,75	1,18
2018	48.397.890,78	43.150.067,08	5.247.823,70	1,12
Média	45.610.602,82	39.532.575,05	6.078.027,77	1,15

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor.

Nessa análise, percebe-se que a poupança do município de Peabiru apresenta superávit público nos anos de 2016, 2017 e 2018, ou seja, as despesas correntes são menores que as receitas correntes oriundas de transferências, impostos e taxas cobrados. Poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros, podendo, esse recurso ser destinado a investimentos de forma a propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a população em geral.

Em média a poupança do município obteve crescimento médio negativo de 15,74% resultado das variações negativas de 40,61% no ano de 2016 e de 25,64% no ano de 2018 e somente no ano de 2017 obteve aumento de 19,04%, significando que ao longo dos períodos

ocorreu aumento das despesas, apesar dos resultados positivos entre receitas correntes e despesas correntes.

O crescimento acumulado da poupança entre 2016 a 2018 foi negativo em 11,49% considerando os valores de R\$5.928.768,87 e R\$5.247.823,70. A média dos indicadores de poupança do município foi de 1,15 com índices satisfatórios para a formação de reservas com os objetivos de incrementar os investimentos públicos.

Os resultados apresentados são significativos, mostrando que para cada R\$1,00 de despesa corrente o município tem R\$ 1,17 de receita corrente no ano de 2016; R\$ 1,18 de receita corrente no ano de 2017 e R\$ 1,12 de receita corrente no ano de 2018 e, assim identifica-se uma aproximação maior entre receita e despesa corrente no ano 2018.

Em relação à média dos indicadores, tem-se que: para cada R\$1,00 de despesa corrente, há necessidade de R\$ 1,33 de receita corrente. Isso reforça a tese de que os cuidados, a organização e a modernização tributária e de controles são necessários para que o município tenha mais capacidade financeira para atender as demandas da população.

Em função das demandas crescentes da população nas mais diversas áreas, entende-se que esses dados permitem estímulos ao governo municipal a pressupor participação e controle mais efetivos da arrecadação para a realização de investimentos necessários para atender a população.

Diante desse resultado, ganha força o argumento de que a poupança pública é um indicador que deveria ser sistematicamente monitorado pelos executivos públicos, caso o objetivo seja atingir taxas mais elevadas de crescimento. Nem sempre, o objetivo seja ter uma poupança pública mais alta possível, para financiar os investimentos necessários para a promoção do crescimento e do desenvolvimento local. É evidente que algum investimento público é necessário e que seu financiamento não deve ser realizado pelo déficit público, mas pela poupança pública planejada para atendimento as demandas municipais.

Indicador capacidade de investimento

Os demonstrativos descritos a seguir mostram o comportamento da capacidade de investimentos do município de Peabiru ao longo do período dessa análise que vislumbram uma condição proativa para as tomadas de decisões que venham de encontro com os anseios da população local (Tabela 32).

Tabela 32 – Peabiru: Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2016-2018 (Em R\$ 1,00)

Variáveis	Valores Deflacionados (R\$ 1,00)			
	2016	2017	2018	Média
<u>Receita Efetiva</u> ¹⁶	41.348.006,33	47.208.682,43	48.397.890,78	45.651.526,51
Capacidade de Investimento ¹⁷	5.094.572,35	6.679.894,57	4.857.073,04	5.543.846,65
Capacidade de Investimento (%) ¹⁸	12,32	14,15	10,04	12,14
Investimento/receita orçamentária (%)	7,99	3,72	7,07	6,20
Indicador ¹⁹	0,08	0,04	0,07	0,06

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Peabiru (2018). Dados trabalhados pelo autor

Nesse estudo, é tratado das relações entre investimentos realizados e a receita corrente e da variável despesa (os investimentos realizados correspondem aqueles diretamente realizados pelo município e por meio de convênios com o Estado e/ou União, ou ainda de transferência de capital). Os dados indicam que as taxas de investimento caíram enormemente no período. Observa-se, ainda, que os indicadores apresentam processo de redução. Trata-se de uma evidente demonstração de perda de capacidade para investir e a gravidade do fenômeno é muito sentida, pois os investimentos representam à fonte primária da melhoria, modernização e ampliação dos serviços públicos necessários a população.

Os dados da Tabela 32 mostram as variáveis que permitem a análise sobre a capacidade de investimento e o indicador de investimentos referente aos anos de 2016, 2017 e 2018. Alguns pontos, tais como a montagem da receita efetiva e as despesas correntes somadas as amortizações são determinantes para mensurar os resultados sobre os investimentos realizados e as tendências e necessidades para o futuro.

Não obstante, algumas variáveis como o investimento e a amortização da dívida são termômetros para visualização das condições das possibilidades do município no encaminhamento de novos empreendimentos e a capacidade de contrair novas operações de crédito que venham contemplar as propostas estabelecidas no PPA.

Os investimentos do município de Peabiru durante o período 2016-2018 em relação à receita orçamentária em média apontaram 6,20% de participação. Os investimentos efetuados no período 2016-2017 se apresentaram de forma preocupante devido a redução 4,27% que se traduziu em brutal queda nos investimentos em valores atualizados, que não seguiu o desempenho ocorrido no período 2015-2016 quando alcançou 7,99% de aumento.

¹⁶ Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

¹⁷ Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

¹⁸ Capacidade de Investimento % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva

¹⁹ Indicador = Investimento / Receita Orçamentária.

Todas essas movimentações com valores destinados para investimentos no município mostrou um crescimento acumulado no período 2016-2018 de 7,81% ao considerar os valores de R\$3.399.278,13 para R\$3.664.778,00.

Os resultados apresentados para a relação investimento e receita orçamentária no período foram preocupantes, mostrando que para cada R\$1,00 de receita orçamentária, o município investiu apenas R\$0,08 e no ano de 2016; R\$0,07 de receita orçamentária no ano de 2017 e R\$0,07 de receita corrente no ano de 2018 e, assim identifica-se que os níveis de investimentos nos últimos três anos com média de R\$0,06 é considerado extremamente baixo para a capacidade que Peabiru pode proporcionar.

A análise geral da despesa total é de que a mesma continuará aumentando anualmente em face de necessidade de maiores investimentos para atender a demanda local, por isso, a preocupação com a elevação dos níveis de arrecadação é extremamente desafiador pelo gestor público para cumprimento do Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei das Diretrizes Anual (LDO).

O município de Peabiru apresentou nos três anos analisados uma capacidade de investimento que precisa ser melhorada, apesar de que em todos os anos analisados as despesas correntes adicionadas às amortizações foram inferiores as receitas efetivas. No entanto, apesar das oscilações, esse comportamento proporciona a possibilidade ampliar os indicadores com a capacidade de investimento partindo do pressuposto que essa capacidade existe. Essa movimentação se transporta para a relação investimento/receita orçamentária para se trabalhar no sentido de ampliar os níveis de investimentos para fazer frente às demandas econômicas e sociais e atender as Leis orçamentárias e de responsabilidades.

Considerando os dados apresentados neste caderno e verificando as causas e consequências dos ativos e passivos da contabilidade pública do município, as finanças públicas do Município apresentaram os seguintes resultados de forma analítica:

- No geral, o município de Peabiru apresentou crescimento real das receitas, mostrando controle nas despesas que viabilizou a capacidade de poupança apesar de oscilar em um período ou outro. Detectaram-se níveis acentuados de dependência das transferências governamentais, em função do baixo desempenho na arrecadação de impostos e taxas que compõem as receitas próprias municipais e as receitas tributárias, como é um fato comum na maior boa parte dos municípios brasileiros.

O comportamento das receitas próprias e tributária mostra a necessidade permanente de investimentos na modernização tributária, com a finalidade de angariar mais recursos que possam auxiliar no custeio e investimentos municipais. A arrecadação própria do município

teve crescimento médio de 3,34 % e 4,68% ao longo do período 2016-2018 que culminou com modesta participação na totalização das receitas correntes. Isso leva o município a sempre envidar esforços por meio da modernização da estrutura municipal na administração tributária com vistas melhores resultados com vistas ao atendimento as demandas da população de Peabiru.

O objetivo dessa modernização é tornar o município com menor dependência das receitas de transferências do Estado e União, para tanto, o município deverá estimular os contribuintes, através da arrecadação por meio de sistemas mais desenvolvidos. Mas é necessário ressaltar que o poder Executivo deverá rever a capacidade de contribuição da população em relação aos tributos, adotando uma fiscalização mais eficaz melhorando o desempenho da política tributária no médio e longo prazo, reduzindo, cada vez mais, a dependência do município em relação às Receitas de Transferências.

As transferências do FPM e ICMS demonstram ser fundamentais na totalização das receitas do município. Sendo que o aumento nessas transferências requer mais investimentos em infraestrutura para oferecer condições de que outras empresas e instituições sejam atraídas para gerar mais desenvolvimento econômico e social. No município de Peabiru as transferências constitucionais da União e do Estado são extremamente superiores a arrecadação, por meio, da receita tributária.

As Despesas por Função mostram o destino dos recursos que o município disponibiliza para atendimento a sua população, com isso e de acordo com as informações a distribuição entre as despesas com educação, saúde e transporte que se encontram dentro da realidade da maioria dos municípios brasileiros. Há necessidade, portanto, uma readequação orçamentária no direcionamento dos investimentos, principalmente direcionados para indústria e comércio e serviços para promover o desenvolvimento econômico e buscar a ascensão na geração de emprego e renda.

Os índices de esforço tributário, financiamento dos gastos, poupança e dependência do município em relação às receitas recebidas por meio das transferências constitucionais, mostraram seus pontos mais fragilizados, ou seja, necessidades de rever o comportamento com as finanças públicas de caráter municipal. O índice de dependência é sempre uma grande preocupação para o município, principalmente em relação às transferências ou repasses do Governo Federal e Estadual, notadamente em relação ao ICMS e FPM.

A capacidade de investimento próprio do município demonstrado durante o estudo apresentou-se preocupante, indicando que o município deverá sempre buscar a eficácia de gestão para a formação da capacidade de poupar, no entanto, é essencial a precaução das

despesas correntes para viabilização de novos investimentos evitando assim um descontrole ao longo dos exercícios.

Para que o município aperfeiçoe o sistema de arrecadação própria, é necessário o enfrentamento das demandas, além de cumprir a obrigação constitucional, da LRF e evitar as penalidades aos administradores, o retorno se dará mediante a elevação da receita própria, diminuindo, conseqüentemente, a dependência das transferências correntes.

Em boa parte das análises constatou-se que as interferências macroeconômicas tanto em nível nacional como internacional influenciaram no desenvolvimento dos municípios, porém em algumas situações mais específicas o município superou as expectativas de crescimento quando comparadas com os resultados econômicos do país. Isso se leva a crer que a dinâmica na gestão municipal pode ser o grande diferencial entre as gestões por diversos municípios brasileiros.

Pode-se concluir que durante o período analisado, foi identificada alta dependência do município para a realização de investimentos em relação às transferências intergovernamentais. Verificou-se também a necessidade permanente de criar mecanismos para o desenvolvimento do município, que poderá ser solucionado e/ou amenizado por meio de incentivos e investimentos público e, ainda, viabilizar estudos para aumentar a arrecadação própria.

6 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DE POTENCIALIDADE LOCAL

Prof. Dr. Adalberto Dias de Souza²⁰

O diagnóstico participativo de potencialidade local foi elaborado com as informações obtidas no **Fórum de Desenvolvimento Territorial Local de Peabiru – PR**, realizado no dia 04 de julho de 2019 (figura 18), e contou com a participação da equipe executora do programa de extensão, equipe de gestão da Prefeitura Municipal de Peabiru, lideranças locais e comunidade local. Durante o Fórum foram debatidas questões inerentes aos principais problemas existentes no município, bem como as possíveis alternativas para o desenvolvimento territorial local. Os dados e as informações provenientes do Fórum foram sistematizados e utilizados para o conhecimento das principais fragilidades e potencialidades locais.



Figura 18 - Fórum de Desenvolvimento Territorial Local em Peabiru
Fonte: F. R. COSTA (04/07/2019)

6.1 – Fragilidades

²⁰ Docente vinculado ao Colegiado de Administração da Unespar – *campus* de Campo Mourão.

Foram indicadas pelos participantes do Fórum, após amplo debate, as seguintes fragilidades locais:

- Dificuldades para promover a integração política e econômica entre as cidades da microrregião de Campo Mourão;
- Fraqueza política para captar recursos estaduais e federais;
- Necessidade de atuação mais forte da Associação Comercial local;
- Alto índice de desemprego;
- Pouco investimento na qualificação em nível técnico e superior para a população, especialmente na faixa etária de jovens;
- Índice de escolaridade baixo;
- Problemas ambientais (dificuldade para promover a reciclagem, lixo jogado nas ruas e falta de consciência ambiental);
- Falta de calçadas em alguns pontos da cidade e calçadas mal conservadas em outros pontos;
- Oferta restrita de saneamento básico para a população;
- Limitações de infraestrutura para o desenvolvimento do turismo;
- Ausência de um calendário de eventos oficial e integrado;
- Falta de hospedagem para atender os turistas que visitam a trilha do Caminho de Peabiru;
- Ausência de um centro de eventos;
- Falta de médicos especialistas no município e na região para atender adequadamente a população;
- Limitações na segurança pública;
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo do adequado;
- Malha asfáltica urbana com problemas;
- Proximidade com centros urbanos maiores, como Campo Mourão e Maringá, que atraem a maioria dos investimentos privados.

O município de Peabiru, assim como a maioria dos municípios de pequeno porte demográfico localizados no interior do Paraná, enfrenta uma série de dificuldades para promover o desenvolvimento. Entre os maiores problemas estão limitações no orçamento, o que acaba por comprometer a realização dos investimentos necessários para melhorar as condições de vida para a população.

Entre os problemas diagnosticados no Fórum estão as dificuldades existentes para promover a integração política e econômica entre as cidades que fazem parte da Microrregião geográfica de Campo Mourão. Tais dificuldades limitam as possibilidades de desenvolvimento, visto que as parcerias e consórcios entre os municípios, especialmente na área da saúde, são fundamentais para melhorar o atendimento à população.

A força política local limitada para captar recursos provenientes das esferas Estadual e Federal também são obstáculos para o desenvolvimento. No modelo brasileiro a maior fatia da receita, oriunda das arrecadações, fica para a União e com os Estados. Já os municípios são dependentes dos repasses, como o Fundo de Participação Municipal (FPM). Assim, a articulação política é uma forma de captar mais recursos para os municípios. Porém, isso depende da força política existente na localidade.

Também são obstáculos para o desenvolvimento os reduzidos investimentos na qualificação profissional da população jovem, o elevado número de desempregados, os baixos salários pagos por algumas empresas da localidade, os problemas ambientais, as limitações na oferta de saneamento básico, os problemas na saúde pública e na segurança.

6.2 – Potencialidades locais

A população presente no Fórum indicou as seguintes potencialidades locais como elementos capazes de estimular o desenvolvimento no município de Peabiru:

- Posição estratégica da localidade com fácil acesso, fazendo parte do corredor do MERCOSUL;
- Turismo – Caminhos de Peabiru e Ecoturismo;
- Locais adequados para a prática de esportes radicais (trilha na natureza, ciclismo, motocross, entre outros);
- Turismo religioso (São João);
- Turismo rural;
- Festa do Carneiro ao vinho;
- Artesanato e gastronomia local;
- Recursos hídricos e topografia privilegiada;
- Desenvolvimento da piscicultura com potencial para a criação de uma Cooperativa;
- Agricultura familiar destinada à produção de alimentos orgânicos e certificados;

- Assentamentos rurais com potencial para a agricultura familiar (bicho da seda, hortifrutigranjeiros, laticínios, embutidos, dentre outros);
- Solo fértil e propício para a diversificação da agricultura;
- Existência de mão-de-obra especializada na área de costura;
- Reativação da indústria de açúcar mascavo;
- Estímulo à criação de um Polo odontológico;
- Ampliação do comércio local, com estímulos para a população comprar no próprio município;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) elevado no ensino fundamental.

O município de Peabiru tem um significativo potencial endógeno e condições para despertar um processo de desenvolvimento próprio. A localização estratégica no corredor do MERCOSUL e a proximidade com centros urbanos maiores, tais como: Maringá, Londrina, Campo Mourão, Paranavaí, Cianorte, Umuarama, Cascavel e Toledo, o que pode potencializar o Turismo (cujo maior destaque é o Caminho de Peabiru) e atuar como mercado consumidor para os produtos da agricultura familiar.

As características geomorfológicas (topografia do relevo) e o número elevado de nascentes e de rios favorecem o ecoturismo. O turismo rural nas pequenas e médias propriedades também apresenta significativo potencial.

A piscicultura foi indicada como uma atividade econômica que tem condições de crescer, especialmente a partir da organização de uma cooperativa de produtores para agregar valor na criação de peixe. Também é preciso investir na agroindústria, pensando na cadeia produtiva da piscicultura. A agricultura familiar também tem potencial para contribuir com o crescimento econômico, com foco na produção orgânica certificada.

Com relação aos serviços, os maiores potenciais são a gastronomia e o estabelecimento de um polo odontológico. No que diz respeito à indústria local, os participantes indicaram o potencial da indústria de açúcar mascavo e a indústria de confecção.

A realização do desenvolvimento territorial local, com base nas potencialidades endógenas existentes no município de Peabiru dependerá da capacidade da comunidade em se organizar para resolver os seus problemas e investir nas suas potencialidades. Nesse ponto, a participação de agentes externos (universidades, agências de fomento, redes de cooperação, etc.) pode contribuir para orientar e realizar as ações.

7 EIXOS NORTEADORES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL LOCAL

Prof. Dr. João Marcos Borges Avelar²¹

Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa²²

EIXO 1 – Elaboração de um **Plano Municipal de Desenvolvimento Territorial**, com base nos dados apresentados no presente diagnóstico, definindo os objetivos, as metas, as prioridades e planejando as ações de curto, médio e longo prazo. Durante a elaboração do Plano a participação da comunidade local é fundamental. Na elaboração do Plano, é importante identificar se há no local os seis elementos do Hexágono do Desenvolvimento Regional e como tais elementos interagem. A Figura abaixo mostra quais são esses elementos:



²¹ Diretor da Unespar – *campus* de Campo Mourão e docente do Colegiado de Administração

²² Docente do Colegiado de Geografia da Unespar – *campus* de Campo Mourão

Recomenda-se que os gestores públicos atuem com visão estratégica, envolvendo os atores regionais no desenvolvimento de ações conjuntas. As iniciativas de desenvolvimento devem potencializar os fatores locais e promover sinergia de esforços no sentido de desenvolver novas fontes de recursos e possibilidades para o desenvolvimento regional e local.

EIXO 2 – Fortalecimento da educação básica ofertada pelo próprio município (primeiro ciclo do ensino fundamental - 1ºano ao 5ºano), apoio ao segundo ciclo do ensino fundamental ofertado pela rede pública estadual (6ºano ao 9º ano) e ao ensino médio (1ºano ao 3º); com ênfase na infraestrutura, permanência dos estudantes até a conclusão, qualidade do ensino e formação continuada de professores. Os problemas no ensino médio, tais como: nota no IDEB abaixo da meta e reduzido número de concluintes são obstáculos que precisam ser enfrentados. Os investimentos na educação são fundamentais para o aproveitamento da janela de oportunidade demográfica existente no município.

EIXO 3 – Ampliação do serviço básico de saúde no próprio município (fortalecimento do atendimento médico 24 horas) e ampliação das parcerias regionais para especialidades de maior complexidade. Desenvolvimento de Programas para prevenção de doenças, orientações sobre saúde para crianças e idosos e a realização de campanhas nas periferias sobre práticas que podem evitar determinadas doenças, por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior da região que possuam cursos na área da saúde ou que desenvolvam Projetos de Pesquisa ou Extensão nesta área. Frente a tendência de envelhecimento da população também é importante a definição de estratégias para lidar com essa questão, especialmente no que tange a saúde e qualidade de vida da população idosa.

EIXO 4 – Estabelecimento de condições adequadas para o aproveitamento da janela de oportunidade demográfica existente, com ênfase na qualificação profissional da população jovem, especialmente na faixa etária entre 15 e 25 anos. Nesse ponto, a oferta de cursos profissionalizantes pode contribuir para o desenvolvimento. Sugere-se que sejam intensificadas as parcerias com Instituições especializadas na qualificação profissional, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) visando a oferta de cursos específicos para o município, em conformidade com as demandas locais. Também é possível ações com as Universidades e Institutos presentes na região. Outra possibilidade é a criação de uma Escola Indústria no município com o objetivo de ampliar as condições de

aprendizagem dos jovens, estabelecendo uma relação direta entre os conceitos teóricos e a prática empresarial. A Escola Indústria consiste num local destinado à aprendizagem comercial e industrial, mas que fabrica e comercializa os produtos fabricados nos cursos.

EIXO 5 – Fortalecimento da associação comercial e da associação industrial com o objetivo de criar condições para a ampliação do número de empregos no comércio e na indústria, atividades importantes para a arrecadação do município. Também é possível analisar a criação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para a cidade, constituído por uma Governança composta por atores sociais, políticos, religiosos, entidades sindicais, movimentos sociais organizados e demais entidades de classes. O papel deste Conselho seria propor e viabilizar ações a médio e a longo prazo com vistas ao desenvolvimento local, assegurando que os objetivos e metas para o desenvolvimento sejam pensados não apenas para o governo atual, mas sim para os próximos 20 anos.

EIXO 6 – Definição de estratégias para a contenção da redução da migração de população, especialmente na faixa etária entre 18 e 25 anos, que migram para cidades dinâmicas em busca de emprego e melhores condições de vida, prejudicando o desenvolvimento local. A permanência da população no município é fundamental para as estratégias de desenvolvimento. Para que se tenha uma maior compreensão das causas da migração populacional sugere-se realização de pesquisas específicas sobre o tema. Tais pesquisas podem ser desenvolvidas pelas Universidades da região.

EIXO 7 – Apoio e fortalecimento da agricultura familiar, especialmente para os pequenos agricultores produtores de alimentos saudáveis para a população local e regional. Nesse quesito, é importante criar mecanismos de certificação da produção visando aproveitar o mercado consumidor existente na região (Campo Mourão e Maringá).

EIXO 8 – Aproveitamento das potencialidades turísticas existentes no município, com ênfase no Caminho de Peabiru, como estratégia para ampliar a geração de empregos e a arrecadação. O Turismo (ecoturismo, turismo rural, turismo religioso) é uma atividade com grande potencial em Peabiru e deve ser uma das prioridades.

EIXO 9 – Elaboração de um Plano de educação ambiental no município, com ênfase nos seguintes temas: uso da água em bacias hidrográficas; preservação do meio ambiente;

importância ambiental e econômica da reciclagem; consciência ambiental e valorização do meio ambiente urbano e rural.

EIXO 10 – Desenvolvimento de políticas econômicas e estratégias para incentivar as empresas já existentes nos setores de comércio/serviços, indústria e agropecuária; além de proporcionar a entrada de novos estabelecimentos industriais devido a sua capacidade de promoção na geração de renda e emprego no município. A agroindústria ligada a piscicultura é uma das possibilidades capazes de contribuir para o desenvolvimento.

8 PALAVRAS FINAIS

Para um município atingir um nível adequado de desenvolvimento humano é necessário um esforço que depende de inúmeros fatores. Entre os fatores mais relevantes podemos apontar os seguintes: 1) parcerias com o governo federal e estadual para obtenção de recursos para financiar as políticas públicas capazes de promover melhorias na educação, saúde e infraestrutura; 2) elaboração de um plano de desenvolvimento territorial local com a definição de objetivos, metas e ações a serem realizadas em curto, médio e longo prazo; 3) participação efetiva da população local no aproveitamento das potencialidades endógenas; 4) parcerias de cooperação com agentes externos, como as universidades; 5) despertar da própria comunidade para a necessidade de assumir o protagonismo nas ações transformadoras. No entanto, os obstáculos são muitos, especialmente em uma região periférica como a de Campo Mourão.

Mesmo com os inúmeros problemas enfrentados, o município de Peabiru tem realizado um esforço coletivo e contínuo para melhorar a qualidade de vida de sua população. Os resultados alcançados são importantes e isso fica nítido ao observar os avanços na saúde pública (como a redução expressiva da mortalidade infantil e o aumento a esperança de vida), bem como no primeiro ciclo do ensino fundamental (elevação da nota do IDEB). Para o município continuar avançando em sua jornada rumo ao desenvolvimento é preciso mais apoio, tanto da esfera federal e estadual, como da própria comunidade regional e local. Esperamos que o presente diagnóstico de potencialidade contribua para a reflexão crítica com relação as possibilidades de desenvolvimento para Peabiru e estimule a formulação das políticas públicas necessárias.

9 REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição demográfica e a janela de oportunidades**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2008.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD, Fundação João Pinheiro, IPEA. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/peabiru_pr>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

BATHKE JUNIOR, Wille. Guilherme de Paula Xavier, 37. **Tribuna do Interior**. Campo Mourão, 4 nov. 2001. Especial: Projeto Raízes.

BELOTTO, Heloisa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil meridional: governo de Morgado de Matheus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das “frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia** nº 3, Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

BRASIL, Lei 4771/65, de 15 de setembro de 1965. **Aprova o Código Florestal**. Diário Oficial da União República Federativo do Brasil. Brasília, DF, 15 set. 1965. Disponível em http://www.engenheiro.com.br/lei4771_65.pdf. Acesso mai. 2019. Acesso mai. 2019.

BRASIL, Lei LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Novo Código Florestal**. Diário Oficial da União República Federativo do Brasil. Brasília, DF, 25 Maio. 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso mai. 2019.

CARVALHO, Ely Berço de. **A modernização do sertão: terras, florestas, Estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

COLAVITE, A. P. **As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem de Corumbataí do Sul – Paraná**. 224f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 1930, em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Paraná. In: **Anais do VII Sompósio Nacional de Professores Universitário de História**. São Paulo: ANPHU, 1976.

COSTA, Fábio Rodrigues da. **Condições Periféricas: desenvolvimento geográfico desigual no Paraná**. Unespar/Campo Mourão: Fecilcam, 2016.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2004.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; CASTRO, Manoel Cabral de. **A colonização oficial no Brasil: erros e acertos na fronteira agrícola**. São Paulo: IPE/USP, 1986.

DIOCESE DE CAMPO MOURÃO. Percorrendo nossa história. Disponível em: <http://www.diocesecampomourao.com.br/percorrendoHistoria/14/pe--aloyzio-relata-colocacao-de-pedra--082013.html>. Acesso em 02/09/2018.

DUARTE, Aluizio Capdeville; STRAUCH, Ney. Noroeste do Paraná. In: **Guias de Excursões do I Encontro Nacional de Geógrafos**. Presidente Prudente, 1972.

DUARTE, Ilivaldo. **75 anos: cronologia da Paróquia São José em Campo Mourão**. Disponível em: <http://ilivaldoduarte.blogspot.com/2018/03/75-anos-cronologia-da-paroquia-sao-jose.html>. Acessado em: 02/09/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU. Histórico. Disponível em: <http://peabiru.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1462>. Acessado em 02/09/2018.

<<http://peabiru.pr.gov.br/index.php?sessao=1175ac14fdnc11&id=1462>>. Acessado no dia 03/09/2017.

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2.ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA Solos, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ (FAEP). Maringá alerta para tentativa de despejar produtores de arroz. **Boletim Informativo nº 867**, semana de 6 a 12 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.faep.com.br/boletim/bi867/bi867pag16.htm>. Acesso mai. 2019.

FERREIRA, Paulo E. S. G.; COSTA, Fábio Rodrigues da. A mobilidade da saúde entre Peabiru e Campo Mourão. **Rev. Geomae**, Campo Mourão, v. 4, n 2, p. 37-51, 2013.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipalresultado.htm?UF=PR&IdCidade=411880&Indicador=1&Ano=2013>>. Acesso em: 25 de ago. 2018.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal – 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Peabiru**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/peabiru/panorama>>. Acesso em: 28 de ago. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Peabiru**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/peabiru/panorama>>. Acesso em: 7 de ago. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão Microrregião XII (COMCAM)**, 1960-1991. Campo Mourão: IBGE, s/d.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros Volume XXXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. Lei n.º 68, de 20 de dezembro de 1892. **Terra e Cidadania: coletânea de legislação e estudos**. Curitiba: ITCG, 2008.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. Decreto 1-A, de 08 de abril de 1893. **Terra e Cidadania: coletânea de legislação e estudos**. Curitiba: ITCG, 2008.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. **Campo Mourão**. Curitiba: ITCF, 1987 (texto mimeografado).

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcão-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>>. Acesso em: 7 de ago. 2019.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico Município de Peabiru. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87250&btOk=ok>>. Acesso em: 7 de ago. 2019.

HADDAD, Paulo R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **O binômio soja/trigo na modernização da agricultura do Paraná**: o caso dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1990.

LANSAB. Plano Nacional de Saneamento Básico. **Pacto pelo saneamento básico**: mais saúde, qualidade de vida e cidadania. Ministério das Cidades. 2008. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/PACTO_-_PLANSAB_-_20081216_Final_Internet.pdf>. Acesso em 28 de ago. 2018.

LUGON, Clóvis. **A República Guarani**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUPION, M. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1949.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes do Paraná, 1981.

MASSOQUIM, Nair Glória. **Clima e Paisagem da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense**. 2010. 399f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MENDES, Josué Camargo. **Conheça a pré-história brasileira**. São Paulo: Polígono, 1970.

MINEROPAR. **Atlas Geológico do Estado do Paraná**. Curitiba, 2001.

MINEROPAR. **Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NITSCHKE, Pablo Ricardo; CARAMORI, Paulo Henrique; RICCE, Wilian da Silva; PINTO, Larissa Fernandes Dias. **Atlas Climático do Estado do Paraná**. Londrina, PR: IAPAR, 2019.

PARANÁ. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1958 pelo Senhor Moysés Lupion governador do Paraná. Curitiba, 1958. (Arquivo Público do Paraná).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU. Nossa cidade / Peabiru. Disponível <http://peabiru.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1462> - Acesso: 02/09/2019

RICCI, Vítor. **Área de Preservação Permanente de cursos d'água e várzeas: ante os interesses de ambientalistas e empresários rurais**. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Coordenação de Engenharia Ambiental, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Londrina. 2013.

ROSS, J.L.S. Geomorfologia Aplicada aos EIA's-RIMA'a. In: GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. da (org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.291-336.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

SOUZA, Cláudio B. G. et. al. Cenário e perspectivas para a melhoria do ensino público no Brasil: mídia, cultura e educação. **Revista Ibero-Americana de educação**. Unesp. v 7, n. 2, 2012.

TRATA BRASIL. **Trata Brasil: saneamento é saúde**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/o-que-e-saneamento>>. Acesso em: 27 de ago. 2018.

UNICEF BRASIL. **Fundo das Nações Unidas para a infância**. 2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_9609.htm>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringa: Bertoni, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1995.

WEFFORT, Francisco. **Espada cobiça e fé: as origens do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

YOKOO, Edson Noriyuki. **A dinâmica das frentes de ocupação territorial na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

YOKOO, Edson Noriyuki. **Terra de Negócio: estudo da colonização no oeste paranaense**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2002.

Documentação fotográficas:

BIGARELA, João José. Fotografias nºs 4 e 7.

IBGE. Fotografias nºs 1, 3, 8

